

MÁRIO PEREIRA

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PARANÁ

1994

353.0313
P823
1994 052

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1994

Período: abril a dezembro

GOVERNADOR

Mário Pereira

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL

Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho

Ronaldo Antonio Botelho

CASA MILITAR

Cel. QOPM Wantuil Borges

ADMINISTRAÇÃO

Gilberto Serpa Griebeler

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

José Carlos Tibúrcio

ASSUNTOS EXTERNOS

João Bosco da Silveira Vidal

ASSUNTOS DE OUVIDORIA GERAL

Oswaldo Trevisan

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Fábio Campana

CULTURA

Gilda Poli

DESENVOLVIMENTO URBANO

Reinaldo José Rodrigues dos Santos

EDUCAÇÃO

João Olivir Gabardo

ESPORTE E TURISMO

Luiz Ernesto Meyer Pereira

FAZENDA

Heron Arzua

Gláucio José Geara

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

Adhail Sprenger Passos

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Jorge Aloysio Weber

JUSTIÇA E CIDADANIA

Ronaldo Antonio Botelho

MEIO AMBIENTE

Eduardo Requião de Mello e Silva

Vitório Sorotiuk

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Carlos Artur Krüger Passos

POLÍTICA HABITACIONAL

Rosângela Curra Kosak

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Maria Marta Renner Weber Lunardon

SAÚDE

Mauro Daisson Otero Goulart

Jackson Miguel Baduy

SEGURANÇA PÚBLICA

Rolf Koerner Junior

TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Newton Sérgio Ribeiro Grein

TRANSPORTES

Roberto Lobo Blasi

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1994

Período: janeiro a março

GOVERNADOR

Roberto Requião de Mello e Silva

VICE-GOVERNADOR

Mário Pereira

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL

Luiz Carlos Caito Quintana

CASA MILITAR

Cel. QOPM Wantuil Borges

ADMINISTRAÇÃO

Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Osmar Fernandes Dias

Luiz Roberto de Souza

ASSUNTOS EXTERNOS

Mauro Daisson Otero Goulart

ASSUNTOS DE OUVIDORIA GERAL

João Olivir Gabardo

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Erickson Diotalevi

CULTURA

Gilda Poli

DESENVOLVIMENTO URBANO

Homero Morinobu Oguido

EDUCAÇÃO

Elias Abrahão

ESPORTE E TURISMO

José Afonso Júnior

FAZENDA

Heron Arzua

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO, ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

Adhail Sprenger Passos

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Jorge Aloysio Weber

JUSTIÇA E CIDADANIA

José Tavares da Silva Neto

MEIO AMBIENTE

Eduardo Requião de Mello e Silva

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Carlos Artur Krüger Passos

POLÍTICA HABITACIONAL

Luiz Cláudio Romanelli

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

SAÚDE

Nizan Pereira Almeida

SEGURANÇA PÚBLICA

José Moacir Favetti

TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

José Durval Matos do Amaral

TRANSPORTES

Mário Pereira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	I
1. DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE.....	01
2. ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL.....	11
2.1. FINANÇAS PÚBLICAS.....	13
2.2. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL.....	23
2.3. ASSESSORAMENTO.....	39
2.4. DESENVOLVIMENTO URBANO.....	47
2.5. MEIO AMBIENTE.....	63
2.6. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.....	77
2.7. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	87
2.8. ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	93
2.9. TRANSPORTES.....	101
2.10. ENERGIA.....	115
2.11. EDUCAÇÃO.....	123
2.12. SAÚDE.....	133
2.13. JUSTIÇA E CIDADANIA.....	141
2.14. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.....	151
2.15. SEGURANÇA PÚBLICA.....	159
2.16. POLÍTICA HABITACIONAL.....	165
2.17. CULTURA.....	171
2.18. ESPORTE E TURISMO.....	181
2.19. ADMINISTRAÇÃO GERAL.....	187

INTRODUÇÃO

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES DEPUTADOS:**

O ANO DE 1994 FOI ATÍPICO. AS DEFINIÇÕES DO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO EM MARÇO; AS ELEIÇÕES VINCULADAS PARA PRESIDENTE, DOIS TERÇOS DO SENADO, CÂMARA DE DEPUTADOS, GOVERNADORES E ASSEMBLÉIAS ESTADUAIS; E A POSSE DE NOVOS GOVERNADORES E PREFEITOS, EM DECORRÊNCIA DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÕES DE CARGOS, FORAM ALGUNS DOS FATORES QUE TORNARAM O ANO MUITO ESPECIAL NO QUE SE REFERE AOS PROCESSOS POLÍTICO E ECONÔMICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.

O HORIZONTE DE MENOS DE UM ANO DE GESTÃO PARA OS NOVOS GOVERNADORES, NAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS QUE MARCARAM 1994, EXIGIU QUE FOSSEM TRAÇADAS DIRETRIZES DE GOVERNO MUITO BEM DELIMITADAS TEMPORAL, OPERACIONAL E FINANCEIRAMENTE E REFORÇOU A OPÇÃO PELO INÍCIO DE ALGUMAS AÇÕES CUJA RELEVÂNCIA A CURTO E A MÉDIO PRAZO E/OU RESULTADOS IMEDIATOS PUDESSEM TORNÁ-LAS TRANSCENDENTES AO INTERREGNO GOVERNAMENTAL.

NESSE SENTIDO, FORAM DEFINIDOS CINCO EIXOS BÁSICOS DE GOVERNO EM 1994: A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DO GOVERNO ANTERIOR; A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO PARANÁ; OS PROGRAMAS INTEGRADOS E CONCENTRADOS NA ÁREA SOCIAL; A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO SETOR PÚBLICO E PROGRAMAS TÓPICOS DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL.

O PRIMEIRO EIXO DE GOVERNO FOI O DA CONTINUIDADE DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E CONCLUSÃO DAS METAS DA GESTÃO 1991-1994.

O PARANÁ RURAL, O PEDU, O PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO DA SANEPAR, O PROSAM, A FERROESTE, O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS RODOVIAS, A DUPLICAÇÃO DA BR-376, A PONTE SOBRE O RIO PARANÁ, O PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR (CASA DA FAMÍLIA), O PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA COPEL (SEGREDO, CAXIAS E REDE DE DISTRIBUIÇÃO), O BOM EMPREGO, O PANELA CHEIA, A MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA (NOVOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS OPERACIONAIS), O SIATE, A RECUPERAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES E A MUNICIPALIZAÇÃO DO 1º GRAU, O PROJETO INCUBADORA TECNOLÓGICA DO TECPAR, A ESCOLA DE GOVERNO (CTD/IPARDES), O PROCON E A ESCOLA OFICINA, DENTRE OUTROS, SÃO PROGRAMAS QUE VÊM MARCANDO O GOVERNO DO PMDB INICIADO EM 1991.

A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO ESTADO E, PORTANTO, DO POTENCIAL DE GERAÇÃO DE RIQUEZA, EMPREGOS E MELHORES NÍVEIS DE RENDIMENTOS MÉDIOS CONSTITUI O SEGUNDO EIXO DO GOVERNO EM 1994.

O PARANÁ É ATUALMENTE UM DOS ESTADOS DO BRASIL COM MAIOR POTENCIAL DE EXPANSÃO ECONÔMICA. VÁRIOS FATORES GEOECONÔMICOS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTÃO PRESENTES NO PARANÁ: A PROXIMIDADE COM SÃO PAULO, O FATO DE CONSTITUIR UM DOS EIXOS DOS FLUXOS DE RIQUEZA DO OESTE BRASILEIRO E DO CENTRO-SUL DA AMÉRICA LATINA, A LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA NA ÁREA DE MAIOR POTENCIAL ECONÔMICO DO MERCOSUL (EIXO SÃO PAULO-BUENOS AIRES), DENTRE OUTROS.

O PARANÁ POSSUI UMA MALHA RODOVIÁRIA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO, INTEGRAÇÃO (PONTE SOBRE O RIO PARANÁ) E MODERNIZAÇÃO (DUPLICAÇÃO DA BR-376), ESTÁ AVANÇANDO NA COMPLEMENTAÇÃO DE SUA REDE FERROVIÁRIA (FERROESTE), CONTA COM UM DOS PRINCIPAIS E MAIS EFICIENTES PORTOS DO PAÍS, DISPÕE DE OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA, VEM AMPLIANDO O AEROPORTO DE CURITIBA E DISPÕE DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA NOS PRINCIPAIS NÚCLEOS URBANOS DO INTERIOR DO ESTADO. ALÉM DISSO, O SETOR PÚBLICO ESTADUAL É UM DOS MAIS ENXUTOS DO PAÍS, AINDA PRESERVA PADRÕES DE QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (SAÚDE, SEGURANÇA, SANEAMENTO, ETC.) E TRADICIONALMENTE POSSUI AS FINANÇAS PÚBLICAS EQUILIBRADAS.

ESSES FATORES CONSTITUEM DIFERENCIAIS DO PARANÁ EM RELAÇÃO A OUTROS ESTADOS BRASILEIROS E SÃO FUNDAMENTAIS PARA A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NA ECONOMIA ESTADUAL. NO ENTANTO, TORNOU-SE NECESSÁRIO AVANÇAR NO EQUACIONAMENTO DE ALGUNS INSTRUMENTOS DE FOMENTO AOS INVESTIMENTOS DO SETOR PRIVADO QUE, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS FATORES JÁ MENCIONADOS, PODEM TORNAR O PARANÁ UM DOS MELHORES LOCAIS DO BRASIL PARA A EXPANSÃO E CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRIVADOS.

ESSES INSTRUMENTOS, NA MEDIDA QUE INTEGRADOS E ARTICULADOS SISTEMICAMENTE, CONFIGURAM O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ - PRÓ-PARANÁ. O PRÓ-PARANÁ TEM POR CONCEPÇÃO O RECONHECIMENTO DE QUE O AVANÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO É ESTRATÉGICO E NECESSÁRIO PARA AMPLIAR AS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO DE RIQUEZAS, A

QUALIDADE, A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS, CRIAR OPORTUNIDADES DE EMPREGO, AUMENTAR OS RENDIMENTOS MÉDIOS DOS TRABALHADORES E EXPANDIR RACIONALMENTE AS RECEITAS E O GASTO DO SETOR PÚBLICO EM INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E NA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PARANAENSES.

O PROGRAMA PRÓ-PARANÁ NÃO CONSTITUI SIMPLEMENTE A RETOMADA DE PRÁTICAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À INDUSTRIALIZAÇÃO QUE, EMBORA MUITO IMPORTANTES NO PASSADO, SE ENCONTRAM ATUALMENTE DEFASADAS, DADAS AS NOVAS FORMAS DAS RELAÇÕES ENTRE O SETOR PÚBLICO E A ECONOMIA QUE EMERGEM DOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM CURSO NO CENÁRIO INTERNACIONAL. ESTE PROGRAMA PRETENDE-SE INOVADOR NA INTEGRAÇÃO DOS MECANISMOS DE FOMENTO EXISTENTES OU POSSÍVEIS DE SEREM DEFINIDOS PELO SETOR PÚBLICO ESTADUAL E, NA SUA PRÓPRIA CONCEPÇÃO, IMPLICA NA FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO DE ARTICULAÇÃO DE INTERESSES DOS MUNICÍPIOS, DOS AGENTES PRIVADOS (EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES) E DO ESTADO, COM VISTAS AO ENCAMINHAMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE DO PARANÁ.

O PRÓ-PARANÁ, SEM DESCARTAR AS POSSIBILIDADES DE USO DE INSTRUMENTOS DE NATUREZA FISCAL - DESDE QUE COM PARÂMETROS GENÉRICOS E QUE NÃO IMPLIEM EM FORMAS DE DOAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS - PRETENDE O REDIRECIONAMENTO DAS AÇÕES PÚBLICAS DE FOMENTO INDUSTRIAL NO SENTIDO DE CADA VEZ MAIS BASEÁ-LAS EM PROGRAMAS DE SUPORTE À EXPANSÃO DA COMPETITIVIDADE SISTÊMICA DA ECONOMIA PARANAENSE, EM PARTICULAR NO QUE SE REFERE AO

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, DA QUALIDADE DA PRODUÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E AO APOIO A PARCERIAS E RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS DO SETOR PÚBLICO COM INICIATIVAS REGIONAIS, MUNICIPAIS OU DE SEGMENTOS PRIVADOS.

NESSE SENTIDO, AS PRINCIPAIS AÇÕES E PROGRAMAS DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL QUE COMPÕEM O PRÓ-PARANÁ SÃO OS SEGUINTE:

- PROGRAMA BOM EMPREGO FISCAL (DILAÇÃO DE PRAZO DE PARCELA DO ICMS INCREMENTAL E A RESTITUIÇÃO DO ICMS INCIDENTE NA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, EM DECORRÊNCIA DE NOVOS INVESTIMENTOS EM SETORES PRODUTIVOS DA ECONOMIA ESTADUAL);

- PROGRAMA PARCERIA FISCAL (DILAÇÃO DE PRAZO DE RECOLHIMENTO DE PARTE DO ICMS CORRENTE GERADO NO ESTADO, NO LIMITE MÁXIMO DE 20% OU 40% DO ICMS DEVIDO POR EMPRESAS PRIVADAS OU COOPERATIVAS, RESPECTIVAMENTE, POR PRAZO DEFINIDO PELO PERÍODO DE INVESTIMENTO NO LIMITE MÁXIMO DE 36 MESES, DESDE QUE TAIS RECURSOS SEJAM UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS);

- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-FDE (RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS DO SETOR PRIVADO PARANAENSE EM SEGMENTOS INDUSTRIAIS E AGROINDUSTRIAIS ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA ESTADUAL, SEJA SOB A FORMA DE FINANCIAMENTO DIRETO DE INVESTIMENTOS, SEJA MEDIANTE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA OU CONCESSÃO DE CRÉDITOS E AVAIS);

- DEMAIS PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL JÁ EXISTENTES NO BANESTADO E NO BRDE, EM PARTICULAR A ARTICULAÇÃO DOS MECANISMOS DE REPASSES DE LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BNDES E DA FINEP E DOS PROGRAMAS COMO O PAINEL CHEIA, BOM EMPREGO URBANO INDUSTRIAL, BOM EMPREGO AGROINDUSTRIAL, PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA DO PARANÁ (PADT/BRDE) E O DE BARRACÕES INDUSTRIAIS;

- PROGRAMAS QUALIDADE PARANÁ E DE COMPETITIVIDADE AGROINDUSTRIAL (FORTALECIMENTO DO CONJUNTO DE AÇÕES DO TECPAR E DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS) ATUALMENTE VOLTADOS PARA O FOMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARANAENSES);

- PROGRAMA DE APOIO E ASSOCIAÇÃO NA CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPANHIAS REGIONAIS DE PARTICIPAÇÃO;

- PROGRAMA DE AVAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE AVAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL, ATRAVÉS DE CAUÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS DO FDE, A FINANCIAMENTOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARA PROJETOS INOVADORES DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EMERGENTES DE BASE TECNOLÓGICA);

- APOIO ÀS INICIATIVAS DE INSTALAÇÃO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS REGIONAIS;

- OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SOFTWARE DO PARANÁ E AO DESENVOLVIMENTO DE PÓLOS REGIONAIS DE PRODUÇÃO DE SOFTWARE;

- APOIO À CONSOLIDAÇÃO, NO PARANÁ, DO INSTITUTO BRASILEIRO E QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (IBQP), EM CONJUNTO COM OS GOVERNOS FEDERAL E JAPONÊS;

- FORTALECIMENTO E REORDENAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ-(CONCITEC), ALÉM DA GARANTIA DE RECURSOS CORRENTES PARA O FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-FUNCITEC;

- PROGRAMA DE QUALIDADE NO ENSINO PÚBLICO DE 2º GRAU;

- PROGRAMA FORÇA NA PRODUÇÃO (ESTÍMULO À REALIZAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS PRODUTIVOS ATRAVÉS DA DEFINIÇÃO DE TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA ESPECIAIS E DIFERENCIADAS PARA EMPREENDIMENTOS PRIVADOS LOCALIZADOS NO PARANÁ).

O TERCEIRO EIXO DO GOVERNO ATEVE-SE À DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA VIDA MELHOR. ESTE PROGRAMA PARTE DO RECONHECIMENTO DE QUE O PARANÁ, APESAR DAS CONDIÇÕES E DESEMPENHO FAVORÁVEIS DE SUA ESTRUTURA PRODUTIVA, AINDA APRESENTA GRAVES QUESTÕES NAQUILO QUE SE REFERE AO PADRÃO DE VIDA DE SUA POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE NOS SEGMENTOS DE MENORES NÍVEIS DE RENDA.

UM DOS INDICADORES QUE SINTETIZAM O PADRÃO DE VIDA DE UMA DETERMINADA SOCIEDADE É O DA MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL. O PARANÁ, APESAR DE TODOS OS AVANÇOS ALCANÇADOS NA SUA INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA, AINDA APRESENTA UMA ELEVADA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (30,08 POR MIL NASCIDOS VIVOS), QUE É SUPERIOR À DE SANTA CATARINA (24,48 POR MIL) E À DO RIO GRANDE DO SUL (24,24 POR MIL) E PRÓXIMA À MÉDIA NACIONAL (40,00 POR MIL). E A MORTALIDADE MATERNA É MAIOR QUE A MÉDIA NACIONAL.

NESSE SENTIDO, FOI ESTRUTURADO O PROGRAMA VIDA MELHOR COM O OBJETIVO DE REDUZIR AS TAXAS DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL NO PARANÁ. ESTE PROGRAMA VEM TENDO POR BASE AÇÕES DE PARCERIA ENTRE OS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

MESMO COM SUA OPERACIONALIZAÇÃO INICIADA NO MÊS DE JUNHO, ENTRE AS REALIZAÇÕES DO PROGRAMA, MERECE DESTACAR: A CONTRATAÇÃO DE 4.250 AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS EM 356 MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM, ATÉ NOVEMBRO, 1.500.000 VISITAS DOMICILIARES, CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE 430.000 FAMÍLIAS; ACOMPANHAMENTO DE 20.000 GESTANTES E 70.000 CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS; REGISTRO DE 12.000 MENORES DE 2 ANOS COM DIAGNÓSTICO DE DIARRÉIAS E ORIENTAÇÃO PARA USO DE SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL - SRÓ; E OUTRAS AÇÕES RELATIVAS À SAÚDE MATERNO-INFANTIL, COMO O INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO, CONTROLE DE VACINAS, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL DE GESTANTES E CRIANÇAS, ORIENTAÇÃO ALIMENTAR, ORIENTAÇÃO SOBRE HIGIENE E SANEAMENTO BÁSICO E ENCAMINHAMENTOS PARA UNIDADES COMPETENTES. OS RESULTADOS ESTATÍSTICOS SÓ VIRÃO MAIS TARDE,

MAS DESDE JÁ OCUPAMOS O 1º LUGAR NO PACTO PELA INFÂNCIA.

ESTE PROGRAMA DEMONSTRA, A DESPEITO DO CURTO PRAZO DE TEMPO DE SUA IMPLANTAÇÃO, QUE O SETOR PÚBLICO, CONTANDO COM A VONTADE POLÍTICA ADEQUADA, PODE ESTRUTURAR COM SUCESSO, COMPLEXAS ATIVIDADES VOLTADAS DIRETAMENTE À POPULAÇÃO PAUPERIZADA DE NOSSO PAÍS. FICA DEMONSTRADO NÃO EXISTIR INCAPACIDADE TÉCNICA MOBILIZÁVEL PELO SETOR PÚBLICO A FAVOR DOS QUE REALMENTE NECESSITAM DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL.

O QUARTO EIXO DE GOVERNO FOI O DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL.

O SETOR PÚBLICO ESTADUAL CONTA COM 92 INSTITUIÇÕES (22 ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, 39 AUTARQUIAS, 3 EMPRESAS PÚBLICAS, 19 EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA E 9 ÓRGÃOS EM REGIME ESPECIAL) E 208.829 FUNCIONÁRIOS, DOS QUAIS 47.087 SÃO INATIVOS E 30.529 ESTÃO LOTADOS COMO CELETISTAS NAS EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA SIGNIFICA A CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES DO SETOR PÚBLICO, TER CRITÉRIOS E PROCESSOS PARA AVALIAR TAIS AÇÕES E TORNÁ-LAS CADA VEZ MAIS TRANSPARENTES E PASSÍVEIS DE SEREM FISCALIZADAS PELA SOCIEDADE.

NESSE SENTIDO, UM CONJUNTO DE AÇÕES FORAM ARTICULADAS: AVANÇO NO REAPARELHAMENTO, MODERNIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA; ÊNFASE NA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO MASSIVA DAS OPORTUNIDADES DE TREINAMENTO, ATRAVÉS DO PROJETO ESCOLA DE GOVERNO (CTD/IPARDES) E DA SEAD, MERECENDO DESTAQUES ESPECIAIS A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS E A UFPR, E A DISSEMINAÇÃO DE PROCESSOS DE QUALIDADE TOTAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

FINALMENTE O QUINTO EIXO DE GOVERNO ESTEVE CENTRADO NO FORTALECIMENTO DE UMA DAS LINHAS DE AÇÃO DO PROGRAMA PARANÁ RURAL, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUTIRÃO DO CALCÁRIO.

ESTE PROGRAMA, APESAR DE TÓPICO, VEM TENDO MUITA IMPORTÂNCIA PARA AS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO PARANÁ, POIS, NO CURTO PRAZO, TEVE CONDIÇÕES DE AMPLIAR AS POSSIBILIDADES OU REVERTER SITUAÇÕES CRÍTICAS NO QUE SE REFERE ÀS CONDIÇÕES DE VIDA DE CONTINGENTES EXPRESSIVOS DE PRODUTORES AGRÍCOLAS.

A EXPANSÃO DO USO DE CALCÁRIO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA, PRINCIPALMENTE DE PEQUENOS PRODUTORES, É UM INSTRUMENTO PODEROSO PARA AMPLIAR A PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E, DESTA FORMA, OS NÍVEIS MÉDIOS DE EMPREGO E RENDA DESSES PRODUTORES.

OS RESULTADOS JÁ ALCANÇADOS POR ESTE PROGRAMA DEMONSTRAM SER MERECEDOR DE SEU PROSSEGUIMENTO E INTENSIFICAÇÃO, PREPARANDO O PEQUENO AGRICULTOR E EMPREENDEDOR AGROINDUSTRIAL ÀS EXIGÊNCIAS DE MAIOR COMPATITIVIDADE REQUERIDAS, TANTO PELO

MERCOSUL COMO PELA MAIOR ABERTURA ECONÔMICA DO BRASIL.

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES DEPUTADOS:**

A CONTRATAÇÃO DO PROJETO QUALIDADE NO ENSINO PÚBLICO DO PARANÁ, DIRECIONADO ÀS ÁREAS DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E DEMAIS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SALAS DE AULA, CUJO INVESTIMENTO TOTALIZA 178 MILHÕES DE DÓLARES, SENDO 50% DESTES CONTRAPARTIDA ESTADUAL, OBJETIVA ELEVAR O PADRÃO QUALIDADE EDUCACIONAL DAS NOSSAS CRIANÇAS, CAPACITANDO-AS À ENFRENTAR CONDIÇÕES DE VIDA EM NÍVEIS DE COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL.

A CRIAÇÃO DA COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS-COMPAGÁS QUE NASCE COMPROMETIDA COM A EFICIÊNCIA DE SUA CONTROLADORA, A COPEL, E COM A MESMA RESPONSABILIDADE SOCIAL DE PROPICIAR O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, ELEVANDO O PADRÃO DE VIDA DE SUA POPULAÇÃO.

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL TEM POR FINALIDADE CONSCIENTIZAR OS SERVIDORES DA IMPORTÂNCIA DE SEU TRABALHO E OS REFLEXOS PARA O PÚBLICO INTERNO E EXTERNO. A QUALIDADE TOTAL CONSTITUI UMA MUDANÇA DE COMPORTAMENTO QUE MARCARÁ UM NOVO ESTILO DE TRABALHO, RESPONSÁVEL PELA INSERÇÃO DE CONCEITOS QUE PERMITIRÃO AOS SERVIDORES SEREM MAIS ATUANTES COM O

DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS MAIS ADEQUADOS À REALIDADE PARANAENSE.

APESAR DAS DIFICULDADES, O ANO DE 1994 SE ENCERRA APRESENTANDO UM EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, COM UMA ARRECADAÇÃO PROVÁVEL EM TORNO DE US\$ 2.400 MILHÕES, REPRESENTANDO UM CRESCIMENTO REAL DE 36,5% EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DE 1993. COM ÊNFASE AO EXCEPCIONAL DESEMPENHO DO ICMS COM ACRÉSCIMO DE 44,6% SOBRE 1993.

COM O RESULTADO OBTIDO EM 1994, O ESTADO DO PARANÁ SE AFIGURA COMO UM EXEMPLO QUASE ÚNICO NO PAÍS, COMPLETANDO QUATRO ANOS CONSECUTIVOS DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, O QUE NOS PERMITE DIZER, COM ORGULHO, QUE NO BRASIL É POSSÍVEL HAVER UMA GESTÃO RESPONSÁVEL DA COISA PÚBLICA.

AS FINANÇAS DO ESTADO, APRESENTAM UM QUADRO EXTREMAMENTE FAVORÁVEL, COM O SALDO DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA, PRATICAMENTE ESTABILIZADA NOS ÚLTIMOS ANOS, COM UM PERFIL RENEGOCIADO E, TAMBÉM, PROVÁVEL SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 1994.

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES DEPUTADOS:**

É NECESSÁRIO QUE SE FAÇA AQUI UMA PEQUENA NOTA DE ESCLARECIMENTO. A MENSAGEM QUE PASSO ÀS MÃOS DA DIREÇÃO DESSA CASA, BEM COMO OS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE CADA UMA DAS SECRETARIAS DE ESTADO, COBRE UM UNIVERSO

DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1994, COM DADOS ESTIMATIVOS REFERENTES AO ÚLTIMO BIMESTRE. ISTO PORQUE SE VIVE, HOJE, UMA SITUAÇÃO PECULIAR: A MUDANÇA DE GOVERNO EM 1º DE JANEIRO DE 1995, QUE DETERMINOU A NECESSIDADE DE CONCLUIR ESTE DOCUMENTO ANTES DO TÉRMINO DO EXERCÍCIO. NORMALMENTE, O CHEFE DO EXECUTIVO ESTADUAL CUMPRE ESTE DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO “POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA”.

NATURALMENTE, NAQUELE MOMENTO, O ATUAL GOVERNADOR ELEITO, ENTÃO EMPOSSADO, DEVERÁ FAZER UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO E PERSPECTIVA DO ESTADO, COMO EXIGE A NORMA CONSTITUCIONAL.

PARA FINALIZAR, DESEJO CUMPRIMENTAR OS INTEGRANTES DA ATUAL LEGISLATURA QUE DEIXARAM NESTA CASA A MARCA DE SUA ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA ELEVAR O PARANÁ NO CENÁRIO NACIONAL.

DESSA CASA PODE-SE DIZER QUE ALTIVAMENTE CUMPRIU SUAS FUNÇÕES DE FORNECER OS INSTRUMENTOS LEGAIS DE GESTÃO DO ESTADO, ACOMPANHOU E FISCALIZOU OS ATOS DO EXECUTIVO E EXEMPLARMENTE MANTEVE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ FORA DOS NOTICIÁRIOS NEGATIVOS QUE INFELIZMENTE EM OUTROS CENÁRIOS DEPRECIAM A FUNÇÃO POLÍTICA E RETIRAM A ESPERANÇA E CONFIANÇA DO POVO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO.

UMA PALAVRA AINDA DE AGRADECIMENTO À EQUIPE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA QUE COMIGO ENFRENTOU OS DESAFIOS E DIFICULDADES DA GESTÃO PÚBLICA, MAS TAMBÉM AO CONJUNTO DO

FUNCIONALISMO ESTADUAL, OS QUAIS MESMO SOB CONDIÇÕES DE TRABALHO NEM SEMPRE IDEAIS, SOUBERAM FAZER E FIZERAM MUITÍSSIMO PELOS PARANAENSES, RECUPERANDO AOS OLHOS DO POVO O SENTIDO DO TERMO "SERVIDOR PÚBLICO".

ESTOU CERTO DE QUE NESTE CURTO PERÍODO DE UM ANO COMPROVAMOS SER CAPAZES DE ESTRUTURAR UMA NAÇÃO - A BRASILEIRA - ONDE ATRAVÉS DO PROCESSO DEMOCRÁTICO INSTAURE-SE UMA SOCIEDADE ABUNDANTE, CULTA E SOBRETUDO JUSTA, QUE CONSTITUI A ASPIRAÇÃO DE TODOS OS BRASILEIROS.

MUITO OBRIGADO.

CURITIBA, 30 DE DEZEMBRO DE 1994.

MÁRIO PEREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

1. DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE - 1991 A 1994

1. DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE NO PERÍODO 1991 A 1994

Este texto contempla algumas informações sobre o desempenho das economias paranaense e brasileira no período de 1991 a 1994, na busca permanente de facilitar a compreensão da dinâmica macroeconômica estadual e sua inserção no contexto nacional. Os indicadores apresentados constituem estimativas preliminares que deverão ser substituídas quando as estatísticas básicas definitivas estiverem disponíveis.(1)

Tabela 1 - Taxa de Crescimento do PIB do Brasil e Paraná 1991-1994.

	1991	1992	1993	1994
BRASIL	1,1	(0,9)	5,0	4,1 (1)
PARANÁ	2,5	1,7	9,1	6,4 (2)

FONTE: IBGE,IPARDES.

(1) Previsão IPEA.

(2) Previsão IPARDES.

A economia brasileira registrou, no período 1991/94, uma taxa de crescimento médio anual de 2,27%, enquanto que na economia paranaense esta taxa foi de 4,88% ao ano, tendo portanto o Paraná apresentado uma performance bastante superior à da economia nacional, nesse período.

No início de 1991, observou-se o ressurgimento da ameaça hiperinflacionária, em que pese a intensificação recessiva resultante da insistência oficial em manter uma política de combate à inflação que combinava aperto monetário, juros altos, contenção fiscal e defasagens tarifárias, cambiais e salariais, praticada desde o início do Governo Collor.

No primeiro semestre, esboçava-se um tímido movimento de melhoria conjuntural traduzido na diminuição dos índices de inflação e numa pequena recuperação produtiva, determinada por fatores sazonais, como a colheita e comercialização da safra agrícola, reposição de estoques do comércio, ampliação das exportações, aumento do consumo

pré-descongelamento e/ou pós-abonos, antecipações salariais e excitação do mercado interno em face da iminente devolução dos cruzados.

A tentativa de contenção da demanda via aperto monetário resultou na interrupção do movimento de recomposição de estoques e redução na demanda, originando quedas nas vendas do comércio e de suas encomendas ao setor industrial. Mesmo num quadro de instabilidade econômica e ajuste recessivo, o PIB brasileiro apresentou um crescimento de 1,1%.

O PIB paranaense cresceu 2,5%, em 1991, sustentado pelo desempenho da agropecuária que cresceu 3,4% (sobretudo das lavouras de algodão, trigo e café), do setor industrial (3,03%), especialmente da construção civil e seus fornecedores industriais de extração de minerais, minerais não metálicos e madeira. A expressiva performance da construção civil é explicada pela aceleração do ritmo de construção da Usina Hidrelétrica de Segredo.

Apesar do modesto crescimento da indústria de transformação (+0,5%), merece registro a evolução da produção dos gêneros papel e papelão, este voltado ao mercado externo; e bebidas, têxtil e fumo.

A economia brasileira apresentou uma taxa de crescimento negativa de 0,93% em 1992, em que pese o desempenho favorável da agricultura e das exportações, evidenciando o quadro de desequilíbrio macroeconômico, marcado pela conjugação entre inflação alta e ascendente e recessão produtiva, num ambiente de austeridade monetária, juros altos e contenção fiscal sobre os níveis de produção, particularmente das atividades industriais e comerciais mais articuladas ao mercado interno.

Em 1992, o PIB paranaense experimentou crescimento de 1,74%, sofrendo portanto de forma menos acentuada os efeitos da instabilidade macroeconômica verificadas no País, em razão do comportamento positivo das safras de milho (+52,7%) e feijão (+32,4%), - e seus desdobramentos agroindustriais e comerciais - e da recuperação ocorrida nas indústrias de metalurgia, material elétrico e de comunicações, material de transporte, madeira e papel e papelão, sobretudo no último trimestre do ano.

No ano de 1993, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 4,96%, o melhor desempenho desde 1986, confirmando a tendência de recuperação iniciada em fins de 1992 e retornando aos patamares anteriores ao profundo e prolongado ciclo recessivo

promovido pelo Governo Collor. A dinâmica expansiva esteve relacionada a uma retomada produtiva do setor industrial privado, predominantemente depois da queda dos juros reais, favorecendo o aumento nos salários reais e a absorção de mão-de-obra. Nos últimos quatro anos a iniciativa privada intensificou os esforços no sentido de implantar ou aprofundar projetos de readequação técnico-produtiva visando à rápida melhoria nos padrões de eficiência, produtividade e competitividade, como forma de sobrevivência, devido às dificuldades impostas pelo ambiente de contração econômica interna e pelo maior grau de exposição da economia brasileira à concorrência externa. Disso tudo derivaram organizações empresariais mais racionalizadas (operacional e administrativamente), desverticalizadas e, em grande proporção, terceirizadas.

Segundo estimativas do Iparde, a economia paranaense assinalou uma taxa de crescimento de 9,12% em 1993 - a maior desde 1987 e praticamente o dobro da brasileira -, explicada no primeiro semestre pela enorme movimentação econômica ligada à maior safra de verão da história do Estado, num contexto de recuperação de preços; e, no segundo semestre, pelas expectativas positivas quanto à rentabilidade da produção agrícola em 1994 e pela elevação do volume e valor das transações de soja no mercado futuro. Mais importante, ainda, foi o desempenho do setor industrial que cresceu 14,1%, decorrente do bom desempenho da indústria extrativa e de transformação (9,2%) e da recuperação da indústria de construção civil que cresceu 28,9% nesse ano.

Na indústria de transformação, vários foram os gêneros que apresentaram uma boa performance, destacando-se a extração de minerais (32,34%), metalurgia (18,87%), material de transportes (19,82%), química (18,78%), vestuários, calçados e artefatos de tecidos (25,22%), madeira (15,35%) e mobiliário (10,28%).

Dessa conjugação de fatores positivos - embora conjunturais - teve como conseqüência a elevação do PIB paranaense no brasileiro, que passa de 5,99% para 6,20% em 1993.

A economia brasileira inicia o ano de 1994 com inflação elevada e tendência de continuidade do crescimento no nível das atividades produtivas, com substancial expansão das compras externas de bens de capital (23,52% no 1º trimestre contra igual período do ano anterior), destinada fundamentalmente à produção de bens duráveis

(sobretudo automóveis e eletrodomésticos), além da recomposição de estoques comerciais e industriais.

No segundo trimestre, manifesta-se uma desaceleração da produção industrial, decorrente da implantação da URV, que exigiu dos agentes um "timing" para adaptação ao novo indexador, gerando incertezas quanto ao futuro da economia frente ao processo de estabilização.

O cenário pré-real é composto por contenção salarial, margens de ociosidade em vários ramos industriais e safra suficiente para suprimento da demanda, salvo a necessidade de algumas importações complementares (trigo, arroz e algodão) no período de entressafra.

Com a reforma monetária, ou seja, a introdução do real ocorre uma elevação nos níveis de consumo da economia, derivado da combinação dos efeitos da "monetização" e aumento da massa salarial, com a relativa estabilidade nos níveis de emprego.

A introdução da nova moeda ocasionou - pela eliminação do imposto inflacionário - um ganho do poder aquisitivo da população em geral, principalmente para as classes de baixa renda, elevando o consumo agregado, provocando recuperação nos níveis de venda de produtos semiduráveis que vinham de desempenhos desfavoráveis desde o início do ano.

No primeiro semestre de 1994, a indústria brasileira cresceu 4,7%, devido ao bom desempenho das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis (18%) e de bens de capital (15%). Merece destaque o crescimento da produção de tratores e máquinas rodoviárias (44,6%), aparelhos receptores de tv, rádio e equipamentos de som (62%) e automóveis, utilitários, caminhões e ônibus (22%).

Também se observa a influência positiva sobre os níveis de atividade determinada pela industrialização e comercialização da safra recorde de grãos, simultaneamente à ampliação da renda da cadeia articulada ao setor primário, favorecida pelas elevadas cotações dos produtos agrícolas, aumentando a demanda por máquinas agrícolas e fertilizantes.

Agosto foi o mês no qual se sentiu claramente os reflexos efetivos do Plano Real, o que pode ser constatado pelo acréscimo de 17,58% das vendas em relação a julho, enquanto que no bimestre setembro-outubro, não há grandes oscilações no nível de produção, mantendo-se no patamar atingido em agosto.

Para o último quadrimestre do ano, a tendência de expansão do nível de atividade, bastante normal no final de ano, pode ser suficiente para pressionar os índices de inflação e assim revigorar o processo de indexação. Tal situação é enfrentada através do pacote monetário-fiscal visando represar o aumento de consumo através da contenção de crédito.

Segundo as previsões do IPEA, a economia brasileira deverá crescer 4,1%, em decorrência do aumento de 6,0% da produção agropecuária, de 4,8% da indústria nacional e de 2,7% no setor comercial.

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS NO BRASIL E PARANÁ EM 1994

SETOR	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)	
	BRASIL (1)	PARANÁ (2)
AGROPECUÁRIA	6,0	3,8
INDÚSTRIA	4,8	5,4
COMÉRCIO	2,7	9,3
TOTAL	4,1	6,4

FONTE: Previsões (1) IPEA/(2) IPARDES.

Confirmadas as perspectivas otimistas para o setor rural paranaense - recorde de produção e ampliação dos preços reais dos principais produtos -, nota-se no começo de 1994, um panorama de aquecimento espalhando-se por diversas atividades, com destaque, nos primeiros cinco meses do ano, para venda (e investimentos) de máquinas e implementos agrícolas e veículos utilitários; embarque de cargas pelo Porto de Paranaguá (transporte rodoviário e ferroviário); comercialização de insumos (antecipada devido às relações de troca benéficas aos produtores); venda de ativos reais (imóveis, telefones, automóveis, etc.) e aplicações financeiras. Particularmente, no subsetor comercial das cidades do interior, observou-se a proliferação de transações referenciadas no sistema equivalência-produto (especialmente soja), que garante maior previsibilidade financeira aos agricultores.

Esse comportamento foi reforçado com a execução de programa lançado pelo governo estadual, visando incentivar a elevação

da aplicação de calcário agrícola no Paraná (de 2,8 milhões de toneladas atuais para 4 milhões até o final do ano e 6 milhões em 1995), predominantemente nas pequenas e médias propriedades, mediante a concessão de subsídios no repasse do produto aos agricultores, e a construção de diversos terminais rodoviários, objetivando uma diminuição no custo de distribuição do insumo através do encurtamento das distâncias entre as minas de produção e regiões agrícolas em aproximadamente 250 quilômetros.

Os efeitos da elevação da rentabilidade física e financeira da agricultura estadual em 1994 pode ser sintetizado na expressiva variação real de 5,05% do valor da produção estimado em relação ao excelente resultado de 1993.

Quanto ao complexo alcooleiro, a pronunciada ampliação de 14,3% na produção de cana frente à safra passada, somada ao continuado aquecimento da demanda externa (especialmente açúcar) deve assegurar excelente rentabilidade às diversas atividades da cadeia produtiva.

Merece destaque o volume de vendas de tratores agrícolas no período de janeiro a junho de 1994, que só nesse período superou o movimento de todo o ano de 1993 (4.857 frente 4.489), posicionando o Estado na liderança do mercado nacional (27,8% ante 27,3% de São Paulo). A New Holland, produtora de tratores e colheitadeiras na Cidade Industrial de Curitiba, triplicou a venda de tratores nesse período, ampliando sua participação no mercado paranaense .

Segundo as previsões do Iparides, a economia paranaense deverá crescer 6,4% em 1994, com a agropecuária crescendo 3,8%, a indústria 5,4% e o comércio 9,3%, superior à média nacional de 4,1%.

Os resultados estatísticos das economias paranaense e brasileira estão demonstrados nas Tabelas 1 e 2.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO
E PIB TOTAL E PER CAPITA DO PARANÁ E BRASIL - 1980-1993

ANO	% PIB PR/BR	PRODUTO INTERNO BRUTO			
		Total Em US\$ Bilhões		Per Capita Em US\$	
		Correntes		Correntes	
		Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
1980	6,69	228,519	15,288	1,926.43	2,003.93
1981	6,74	239,399	16,125	1,979.85	2,094.16
1982	6,22	255,957	15,921	2,076.73	2,048.77
1983	6,55	256,504	16,793	2,041.58	2,141,14
1984	6,63	280,167	18,573	2,187.61	2,346.26
1985	6,51	310,876	20,238	2,381.33	2,533.23
1986	5,93	342,748	20,334	2,575.66	2,521.89
1987	6,40	366,343	23,442	2,700.73	2,880.91
1988	6,71	378,090	25,353	2,734.43	3,087.31
1989	6,31	405,744	25,619	2,878.77	3,091.10
1990	6,02	403,415	24,286	2,807.92	2,903.29
1991	5,96	423,239	25,225	2,890.01	2,988.04
1992 ⁽¹⁾	5,99	431,640	25,855	2,891.44	3,034.62
1993 ⁽¹⁾	6,20	456,084	28,277	2,997.00	3,288.00

FONTE: BANCO CENTRAL, IPARDES

(1) Estimativa IPARDES.

TABELA 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO PARANÁ,
SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - 1993 - 1994

PRODUTO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	1993	1994
Algodão	(53,94)	(5,70)
Amendoim	(10,74)	(16,17)
Arroz	7,04	3,66
Feijão	(0,51)	8,72
Mamona	0,00	1,19
Milho	10,69	(1,14)
Soja	40,97	11,06
Café	(7,41)	(10,00)
Trigo	(36,06)	7,77
Alho	15,89	(2,86)
Batata Inglesa	(8,58)	(3,34)
Cebola	8,20	29,14
Tomate	12,41	21,37
Cana-de-açúcar	4,87	14,29
Fumo	25,84	(20,28)
Mandioca	43,52	21,10
Rami	10,77	(44,04)
Batata Doce	0,08	(0,37)
Uva	(2,63)	(12,93)

FONTE: SEAB/DERAL, IBGE, IPARDES

2. ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 1994

2.1. FINANÇAS PÚBLICAS

2.1. FINANÇAS PÚBLICAS

A Secretaria de Estado da Fazenda tem como função básica nas ações do Governo, colocar à sua disposição os recursos necessários para concretizar os programas governamentais.

Dentro dessa ótica, procurou orientar a sua ação nos princípios da justiça fiscal, na execução de diversos programas fiscais que atingem todo o conjunto da atividade econômica do Estado, sujeita aos tributos estaduais, com a finalidade de combater a sonegação fiscal e evasão de divisas.

Este esforço está refletido no comportamento do principal componente da arrecadação, o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, com excepcional desempenho no exercício de 1994, apresentando acréscimo real sobre o de 1993 de 44,6%.

A execução financeira, foi desenvolvida de forma a cumprir a programação financeira elaborada em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, tendo como parâmetro as possibilidades de caixa, através de cronograma diário e mensal, objetivando otimizar os gastos governamentais. Neste aspecto, foi dado ênfase para o equilíbrio da receita com a despesa, através de uma programação financeira realista, em que se procurou atender, prioritariamente, àquelas despesas certas e inadiáveis, como pessoal, serviço da dívida, custeio administrativo e outras.

A arrecadação provável, no exercício, deverá atingir US\$ 2,417 milhões com crescimento real em comparação ao exercício de 1993 de 36,5%. O ICMS, entre os componentes da receita, é o mais significativo, sobre o qual o órgão arrecadador através dos mecanismos tributários fiscais pode atuar, ou seja, o aumento da arrecadação é diretamente proporcional ao esforço de sua atuação, cuja contribuição deverá atingir US\$ 1.526,0 milhões.

Foi mantido rígido controle sobre a dívida pública estadual, com o saldo devedor mantendo-se praticamente nos mesmos níveis nos últimos 4 anos, ficando com isso evidenciado que os gastos do Governo foram financiados exclusivamente com recursos próprios. O saldo devedor em 31.10.94 estava em US\$ 1.434,2 milhões, correspondendo a 59% da previsão da arrecadação prevista para o ano, demonstrando com isso um quadro extremamente favorável neste aspecto.

Com a rolagem da dívida interna junto ao Governo Federal em março de 1994, o perfil da dívida foi alongado do ano de 2017 até 2023. O saldo devedor da dívida interna fundada - dívida de longo prazo - em relação à administração direta em 31 de dezembro de 1993 era de US\$ 581 milhões. Desse montante, o Estado rolou US\$ 172 milhões e assumiu a rolagem de outros US\$ 32 milhões referente às dívidas da Fundepar, DER e Instituto de Saúde do Paraná, perfazendo um total de US\$ 204 milhões.

A Secretaria da Fazenda também negociou com a Copel o saldo de US\$ 387 milhões que aquela estatal tinha na Conta de Resultados a Compensar-CRC, diminuindo o mesmo montante a dívida para com o Governo Federal. A CRC é a diferença da tarifa real de energia elétrica e a tarifa autorizada pelo Governo Federal.

Ainda foi reconhecido um crédito remanescente no valor de cerca de US\$ 9 milhões, referente à correção monetária dos Repasses do Fundo de Ressarcimento das Exportações, procedidos com atraso no período de março a dezembro de 1989.

Em relação à dívida externa da administração direta, o saldo devedor no final do ano deverá se aproximar de US\$ 516 milhões, tendo como principais credores o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID (US\$ 230 milhões) e o Banco Mundial-BIRD (US\$ 134 milhões). Para os demais credores, US\$ 152 milhões, o Estado aguarda a rolagem da dívida em negociação com o Governo Federal.

Em síntese, as finanças do Estado, nesta fase de transição governamental, apresentam um quadro extremamente favorável, com o saldo da dívida pública interna e externa, praticamente estabilizado nos últimos anos e com a expectativa de um superávit financeiro em 1994.

FOMENTO ECONÔMICO

Programa Bom Emprego Fiscal.

Em meados de 1992, foram enquadrados 48 projetos. O montante de investimentos realizados, comprovados e com possibilidade de enquadrar no Programa monta US\$ 91,6 milhões, com 6.652 novos empregos gerados e tendo como objetivo apoiar a implantação, expansão e reativação de indústrias no Paraná.

FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

Dentre as principais ações nessa área, destacam-se:

- estudo para redução do ICMS, de 12% e 17%, para 7% no fornecimento de produtos para merenda escolar a órgãos estaduais e municipais do Estado;

- elaboração do trabalho de estimativa do ICMS incidente sobre as exportações, para o período 93/94, por estados, e para subsidiar decisão de desoneração total de ICMS nas exportações;

- continuidade na participação do Grupo dos Estudos dos Estados Produtores de Combustíveis, Petróleo e Energia Elétrica, para atuar junto ao Congresso pelo fim da imunidade do ICMS nas operações interestaduais dos referidos produtos; elaboração, em conjunto com o Estado do Rio de Janeiro e Bahia, de trabalho completo sobre o assunto;

- admissão e nomeação de 448 agentes fiscais através de concurso público e 187 já sendo treinados e aguardando nomeação, para execução de trabalhos em postos fiscais, principalmente os localizados nas fronteiras do Estado;

- criação do Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco, Lei 10.898 de 11.08.94;

- adequação nos sistemas para eliminação de cobrança nas repartições fazendárias, visando à racionalização de toda a arrecadação que passa a ser efetuada pela rede bancária;

- lavrados 37.088 autos de infração, que resultaram numa produção total de US\$ 296,5 milhões. Para efeito de comparação, em todo o exercício de 1993 a produção fiscal alcançou US\$ 245,1 milhões. A emissão de autos de infração por sistema de processamento eletrônico de dados ensejou um acentuado incremento de produtividade fiscal. Anteriormente a média/mês de lavratura era de 1.726 autos de infração, hoje é de 4.153.

Na área patrimonial foram instaladas as Delegacias Regionais de Umarama com 2.383,7 m² e Maringá com 3.630 m² além de iniciada a construção do Posto Fiscal Querubino P. da Silva, no Município de Tijucas do Sul, com 567,74 m².

Com a atualização do saldo credor do ICMS, com a correção monetária dos débitos, o Paraná foi o primeiro Estado da federação a

reconhecer a atualização dos créditos, amparando, em especial, o setor exportador.

ASSUNTOS MUNICIPAIS

Com o objetivo de elaboração do Índice de Participação dos Municípios-FPM, foram apropriadas 145.871 Declarações Fisco Contábeis - DFCs, 3,3% a mais que 1993, dos quais 50,1% de microempresas. O índice de omissos foi da ordem de 17% sobre os contribuintes inscritos e o total de documentos apropriados elevou-se a 159.194.

O valor adicionado total do Estado (atividade no campo de abrangência do ICMS: primário, indústria, comércio, transportes, telecomunicações) cresceu em termos nominais 2.356%, ou 6% acima do deflator implícito do PIB da economia brasileira, isto é, a economia paranaense, medida pela variação do valor adicionado, cresceu 6% em 1993 relativamente a 1992.

Com a finalidade de dotar o Fundo de Participação dos Municípios-FPM, de segurança e confiabilidade cada vez maior, foram implementados programas em dois níveis:

1. Externamente, através de fiscalização das próprias prefeituras municipais com acesso à documentação e procedimentos, para o quê adotou-se atitude de transparência, complementada com reuniões regionais e esclarecimentos sobre o cálculo do valor adicionado e a formação do índice.

2. Internamente, a informatização e a análise fiscal têm permitido o estabelecimento de "redes" para captar distorções e irregularidades em declarações fisco-contábeis.

Em decorrência, antes do cálculo do índice definitivo, diversos contribuintes foram interpelados a proceder retificação de dados, quando comprovada a irregularidade por desatenção ou desconhecimento.

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A - BANESTADO

O ano de 1994 foi marcado pela implantação do Plano Real, contendo em seu bojo medidas de conversão para a nova moeda, gerando um cenário de baixa inflação.

O impacto imediato no Banestado, face as mudanças do ambiente econômico, foi a queda dos ganhos inflacionários.

Entretanto, a estabilidade econômica ensejou novo impulso de crescimento do setor produtivo, permitindo ao Banco apresentar um destacado desempenho, beneficiando os mais diferentes setores da economia paranaense, bem como, à toda a população que confia o seu dinheiro, suas poupanças, seus investimentos ou aqueles que precisam de recursos e acorrem ao Banestado.

Os Depósitos Totais registraram em out/94, a cifra de R\$ 1.832 milhões (US\$ 2,180 milhões), representando um crescimento real de 90,4% no exercício que, apesar dos elevados índices de impostos compulsórios determinados pelo BACEN, permitiram alavancar as operações, especialmente, dos pequenos e micros produtores.

As Operações de Crédito alcançaram, no mesmo período, um volume aplicado de R\$ 2.009 milhões (US\$ 2,391 milhões) que indicou um crescimento de 43,5%.

A recuperação de créditos e as composições de dívidas possibilitaram de maneira bastante significativa a expansão dos negócios e a redução de comprometimento do Patrimônio da Instituição.

O Patrimônio Líquido do Banestado supera a cifra de R\$ 300 milhões (US\$ 350 milhões) e apresenta uma rentabilidade líquida aproximada de 10%.

Desta forma, a confiança depositada por mais de 110 mil acionistas do Banestado, está recompensada nos excelentes resultados obtidos e que contribuirão no processo de crescimento e desenvolvimento do Estado do Paraná.

Áreas de Negócio

A Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial, identificada com a vocação do setor primário da economia paranaense, intensificou as atividades ao Programa Panela Cheia.

Balizando suas ações como elemento difusor de tecnologia de ponta, implementou, via convênio firmado especialmente com cooperativas centrais, novas linhas de financiamento. Dentre essas, assume realce especial a importação de matrizes leiteiras do Canadá, beneficiando a região de Londrina e de suinocultura de alta linhagem, em regime de integração com a Batavo nos campos gerais (Castro, Pirai/Ponta Grossa). Ampliação da avicultura de corte no oeste e

sudoeste paranaense e instituição dos Programas Novilho Precoce e Calcário, abrangendo todo o Estado.

Destaque especial mereceu a comercialização agropecuária promovida via Certificado de Mercadorias com Emissão Garantida - CM-G, em que o Banestado realizou 70,1% dos negócios efetivados na Bolsa de Cereais de São Paulo.

Na Carteira de Operações de Fomento, o Programa Bom Emprego "Industrial Urbano" teve, desde o início de sua operacionalização em março/93 até novembro/94, 2.110 propostas recepcionadas pelas agências do Banestado. Isto representou investimentos da ordem de R\$ 138 milhões de reais, sendo R\$ 89 milhões em financiamento, o que proporcionou a geração de 14.454 empregos diretos na economia do Estado. Foram liberados R\$ 42 milhões de reais e os setores que mais tiveram pedidos de financiamentos foram vestuário e calçados, minerais não metálicos, madeira, mobiliário e metalúrgica. A Carteira através do FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos, atendeu a pessoas jurídicas e físicas junto ao setor agrícola, financiando máquinas e equipamentos novos nacionais, atingindo um valor aplicado de R\$ 209 milhões de reais em 5.150 contratos.

A Carteira de Câmbio e Operações Internacionais realizou até 30.11.94, o volume operacional de US\$ 357,0 milhões de compra e US\$ 255,0 milhões de venda de moedas estrangeiras, no segmento do mercado do dólar comercial.

Com cerca de 365 mil contratos vigentes, a Carteira de Crédito Direto ao Consumidor do Banestado teve um crescimento de 318,66% (dólar), com R\$ 352 milhões de saldo.

A Carteira Comercial injetou recursos, disseminando-os nos diversos segmentos empresariais da ordem de R\$ 358 milhões (set/94), incrementando a sua parceria com o setor produtivo.

A Carteira de Crédito Imobiliário apresenta em out/94 saldo de Financiamentos Imobiliários com o volume aplicado superior a R\$ 500 milhões e na captação de recursos através da Caderneta de Poupança registra um saldo da ordem de R\$ 527 milhões (US\$ 620 milhões), com crescimento real superior a 50% neste exercício. Instituiu a modalidade de Poupança Integrada, isto é, vinculada a conta corrente que propicia o resgate automático, mediante autorização de seu titular.

A Banestado Leasing S/A Arrendamento Mercantil atingiu um desempenho excepcional. A produção acumulada até 11/94 foi de US\$ 161 milhões em 5.182 contratos.

Setor Administrativo, Tecnológico e Organizacional

O Banestado conta atualmente com 745 pontos de atendimento, incluindo Agências, Postos e Super Caixa.

É destaque a implantação do "Auto-Atendimento Banestado" localizado em ante-salas de Agências Estratégicas, dotadas de sofisticados equipamentos de informática, com a finalidade de oferecer aos clientes atendimento moderno e com qualidade.

A área de Recursos Humanos, seguindo a política de valorização funcional, implantou novo sistema de acompanhamento de desempenho funcional, aliado à expansão do Projeto de Gestão de Qualidade, ambos voltados à melhoria do resultado e ao aprimoramento dos serviços a clientes.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

No período de janeiro a novembro de 1994, o BRDE-PR contratou 206 operações de financiamentos num valor total de R\$ 51.2 milhões.

A ação financiadora do Banco, no Paraná voltou-se exclusivamente ao apoio do setor privado da economia, sendo 68.41% dos recursos destinados ao setor industrial, seguindo-se o setor terciário com 16,95%, e o setor primário com 14.63%.

Os projetos de expansão e implantação absorveram 77.20% do total dos financiamentos.

Como repercussões sociais advindas dos financiamentos contratados pelo BRDE do Paraná, foram gerados 1.742 empregos diretos, sendo a arrecadação do ICMS incrementada em R\$ 2.2 milhões.

SERVIÇO DE LOTERIA DO ESTADO - SERLOPAR

Até o final do ano de 1994, está previsto para a realização de 52 extrações lotéricas; Loteria Instantânea Raspinha, emissão de 14.5 milhões de bilhetes; Loteria de Prognósticos - Lotopar, concurso de nº 308 a 345.

2.2. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

2.2. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral-SEPL, durante o exercício de 1994, desenvolveu suas atividades de coordenação das ações governamentais e de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo.

Coube à SEPL a realização de estudos, o desenvolvimento de programas, a coordenação de atividades da administração estadual, a fim de evitar a duplicidade de ações e a desconexão dos trabalhos das demais secretarias, com vistas a elevar a eficiência da máquina administrativa.

Na busca de transformações efetivas, a SEPL atuou junto a organismos internacionais para a obtenção de recursos externos, procurando promover a industrialização do Estado, aprofundando o relacionamento com a República Popular da China e o MERCOSUL, apoiando, desta maneira, as iniciativas do setor privado e novas formas de cooperação que possam beneficiar, direta ou indiretamente, a sociedade paranaense.

COORDENAÇÃO

Em 1994, o PROJETO QUALIDADE NO ENSINO PÚBLICO DO PARANÁ foi apresentado formalmente ao Governo Federal, na Secretaria de Assuntos Internacionais-SEAIN do Ministério do Planejamento.

Em maio desse mesmo ano, a Coordenação do Projeto, juntamente com a Pasta da Educação e representantes da SEAIN, realizou a reunião para negociação das condições do contrato em Washington na sede do Banco Mundial.

O investimento previsto pelo Projeto estará direcionado basicamente para as áreas de capacitação de docentes e demais profissionais da educação, construção/manutenção de salas de aula, suprimento de materiais pedagógicos e ações de reestruturação administrativa da Secretaria de Estado da Educação e de gestão do sistema. As ações serão desencadeadas ao longo de cinco anos em toda a rede pública de ensino de 1º grau, preferencialmente nos municípios que assinaram o Convênio de Parceria com o Estado.

O valor total do empréstimo é de US\$ 178,955,083, sendo 50% desse valor como contrapartida estadual. Prevê-se, ainda, um montante aproximado de 15% sobre o total na rubrica contingências.

Para o Ensino de 2º grau, está em fase de elaboração o Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, que prevê um investimento da ordem de US\$ 200,000,000 nesse nível de ensino, contando o Estado com a autorização do Governo Federal para contratar o investimento necessário ao desenvolvimento das ações previstas.

Esse projeto visa executar programas de investimento nas áreas de capacitação docente, adequação da rede física, aquisição de equipamentos para laboratórios e oficinas, além de ações ligadas à gestão do sistema. O Projeto dará ênfase ao ensino técnico, ou formação tecnológica de jovens, bem como à difusão da ciência e da tecnologia.

A coordenação do Projeto Expansão vem estabelecendo contatos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, que se manifestou favorável às negociações para o próximo ano.

A CASA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA tornou-se uma realidade, com sua instalação no edifício do Tecpar, em março de 1994. Sua manutenção está a cargo das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia; do Instituto de Tecnologia do Paraná; da Minerais do Paraná e da Companhia Paranaense de Energia.

Cumprindo seu objetivo de ampliar a cultura da população, a Casa da Ciência e Tecnologia prestou atendimento a cerca de 6.000 (seis mil) visitantes à Exposição Inaugural "Ciência e Tecnologia: alimento e vida", em sua maioria escolares; atuou na catalogação e recuperação de cerca de cinco mil itens bibliográficos pertencentes ao acervo do Tecpar; elaborou projetos, visando à captação de recursos financeiros; elaborou, também, proposta de organização de uma oficina com a finalidade de reunir, restaurar e catalogar seus acervos permanentes; realizou visitas técnicas às instituições nacionais congêneres.

ASSESSORAMENTO

Face às necessidades da Secretaria, a Assessoria de Informática da SEPL, passou por um amplo processo de ampliação de suas atividades. Além disso, foram incorporados 29 microcomputadores

e impressoras, com vistas a fortalecer setores de fundamental importância.

Dessa forma, a Coordenadoria de Orçamento e Programação, passou a estar diretamente ligada ao *Mainframe* da Celepar através da emulação de mais 8 terminais via *UDI*, proporcionando maior agilidade aos trabalhos relativos ao orçamento.

Da mesma forma, todas as unidades da Secretaria foram reforçadas com equipamentos novos e mais modernos, além da total reestruturação da parte elétrica e lógica da Secretaria, com nova fiação e novos aterramentos, estabilizando toda a rede elétrica ligada à informática.

No âmbito do assessoramento técnico, a SEPL vem mantendo um fluxo constante de informações entre os organismos estaduais e federais e, também, junto à bancada paranaense na Câmara Federal, em assuntos referentes ao preparo da proposta orçamentária, com vistas à inclusão de emendas no Orçamento da União. Estas atividades, desenvolvidas em Brasília e Curitiba, estão voltadas à preparação, atualização, acompanhamento e encaminhamento dos pleitos do Estado do Paraná aos Ministérios e Secretarias do Governo Federal.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - PRÓ-PARANÁ

O PRÓ-PARANÁ visa à promoção da industrialização e do desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Tem por concepção o reconhecimento de que o avanço da industrialização é estratégico e necessário para ampliar as possibilidades de geração de riqueza; a qualidade, a produtividade e a competitividade das atividades econômicas; criar oportunidades de emprego, aumentar o rendimento médio dos trabalhadores e expandir as receitas e os gastos públicos em infra-estrutura econômica e na melhoria das condições de vida dos paranaenses.

Com essa preocupação, o Governo do Estado lançou o Programa PRÓ-PARANÁ, como a forma mais taxativa de intensificação do processo de industrialização do Paraná na agenda das questões estratégicas que devem ser enfrentadas pelo Setor Público Estadual, frente aos desafios que estão colocados para o futuro da sociedade paranaense. O Programa refere-se também à necessidade de uma

imediate articulação, integração e criação de mecanismos institucionais de incentivo à realização e atração de novos investimentos no Paraná, tendo em vista a retomada de crescimento sustentado na economia brasileira, que se anuncia a partir da continuidade do processo de estabilização monetária iniciado com o Plano Real.

Nesse sentido, são recolhidas da experiência nacional e internacional várias formas de incentivo ao dinamismo das atividades produtivas, complementares às já existentes no Estado, a fim de torná-las disponíveis e passíveis de serem utilizadas e articuladas, independente das condições circunstanciais e específicas de governo.

O PRÓ-PARANÁ não constitui simplesmente a retomada de práticas de políticas públicas de fomento à industrialização que, embora muito importantes no passado, se encontram defasadas. Este Programa pretende ser inovador na integração dos mecanismos de fomento existentes ou possíveis de serem definidos pelo Setor Público Estadual e, na sua própria concepção, implica na formação de um espaço público de articulação de interesses dos municípios, dos agentes privados (empresários e trabalhadores) e do Estado, com vistas ao encaminhamento de ações voltadas para o desenvolvimento da economia e da sociedade do Paraná.

PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PROSAM

A Unidade de Gerenciamento do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba-UGP/PROSAM, esteve, até junho de 1994, vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, integrando-se, a partir de então, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que passou a conduzir as ações para cumprir as metas do Programa.

Dentro dos objetivos precípuos do programa, foram desenvolvidas ações descritas a seguir.

- Modificação das responsabilidades e funções dos órgãos executores participantes do programa em nível estadual.

- Início dos processos de licitação e contratação de obras e/ou serviços, estimados em investimentos na ordem de US\$12.0 milhões (doze milhões de dólares americanos) tais como:

- . Suporte de Apoio e Assessoramento à UGP

- . Estruturação da Base para Gestão dos Recursos Ambientais
- . Estudos, Projetos Básico e Executivo do Parque e Controle de Cheias do Rio Iguçu
- . Projeto e Fiscalização das Obras para Tratamento e Disposição de Efluentes do Lixão da Lamenha Pequena
- . Estudos Geológicos e Geotécnicos para o Aterro Sanitário Norte
- . Projeto e Acompanhamento da Implantação do Sistema Regional de Transferência de Resíduos Sólidos para Destinação Final.
- Revisão e acompanhamento, em nível de supervisão física e financeira, visando aos reembolsos dos processos de compra e contratação de equipamentos, com investimentos na ordem aproximada de US\$ 5,350,000 (cinco milhões, trezentos e cinquenta mil dólares americanos), bem como dos processos de contratação de obras, com investimentos na ordem de US\$ 27,660,000 (vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta mil dólares americanos).

ESCRITÓRIO BRASIL - CHINA

O ano de 1994 foi extremamente profícuo para as atividades do Escritório Brasil-China-EBC, unidade da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, que conta técnica e financeiramente com o suporte do Banco do Estado do Paraná. O objetivo básico do EBC consiste em apoiar iniciativas, tanto do setor público quanto do setor privado, que representem uma ampliação das nossas relações econômicas, comerciais, de cooperação científico-tecnológica e culturais com a República Popular da China, país que vem apresentando um extraordinário crescimento econômico nos últimos 15 anos, alcançando, nos dois últimos, taxas em torno de 13% ao ano, entre as maiores do mundo.

No âmbito do setor privado, o EBC atendeu diversas solicitações, por parte de empresas locais, para identificar na China empresas interessadas em importar seus produtos. Também atuou no sentido de apoiar as exportações chinesas, de produtos demandados pelo nosso setor privado, com destaque para dois eventos realizados com o apoio do Escritório: 1) a Rodada de Negócios realizada no dia 24 de agosto, na Associação Comercial do Paraná, com a participação de empresários da província de Zhejiang (província-irmã do Paraná), em que US\$ 400 mil de negócios (contratados ou pretendidos) foram realizados. Dentre os produtos chineses que interessaram aos

empresários paranaenses, pelo seu baixo preço, citam-se: aparelhos de som, lâmpadas, rosqueadores, tecido de seda, jaquetas de poliéster, camisas de algodão e poliéster, TV em cores, bicicletas e máquinas de costura; 2) participação de 57 empresários chineses, da província de Jiangsu, na III Exposul Internacional, promovida pelo Governo do Estado e realizada de 15 a 23 de outubro de 1994. Segundo uma avaliação preliminar, o montante de negócios realizados (contratados ou pretendidos) alcançou o valor de US\$ 1,7 milhão.

Além de atuar no sentido de apoiar a realização de negócios, em seus primeiros estágios, o EBC também envidou esforços para a divulgação de oportunidades econômicas. Deve ser mencionada aqui a proposta de 18 "joint ventures" apresentada pela delegação de Jiangsu antes referida bem como os 100 itens de cooperação econômica e tecnológica propostos por instituições da província de Zhejiang. Em ambos os casos, o EBC divulgou essas oportunidades junto a associações representativas dos empresários, secretarias municipais de indústria e comércio etc., visando identificar o parceiro nacional interessado nesses projetos.

Ainda no âmbito do setor privado, destacam-se: 1) o acordo de cooperação celebrado, em 12 de novembro, entre a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde Dr. Bezerra de Menezes e o Zhejiang College of Traditional Chinese Medicine. Seu objetivo consiste em implantar na Faculdade um centro nacional de referência em Medicina Tradicional Chinesa, explorando todo o potencial que o tema apresenta. Esse projeto foi incluído no Acordo Brasil - China de Cooperação Científico-Tecnológica; 2) em janeiro de 1994, foi assinada "carta de intenções" entre a Pontifícia Universidade Católica do Paraná e o Instituto Politécnico de Jiangsu, para a cooperação futura nas áreas de software; testes eletrônicos para controle de qualidade de produtos agrícolas armazenados; administração; sistemas industriais e proteção ambiental.

No âmbito do setor público, o EBC contribuiu para que várias instituições governamentais do Estado se relacionassem com instituições similares da China. Dentre as diversas áreas de cooperação apoiadas, merecem destaque as seguintes:

a) cooperação em plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos, a ser prestada em 1995, por parte do Instituto de Pesquisa em Matéria Medica Chinesa, da província de Zhejiang, em favor do IAPAR e da Universidade Estadual de Londrina, conforme "cartas de

intenções" assinadas em julho de 1994, por ocasião da visita da delegação chinesa voltada para essa área;

b) implantação de um curso de tecnologia da seda no campus de Goioerê, da Universidade Estadual de Maringá, em 1995, a ser viabilizado pela colaboração do Instituto Têxtil da Seda, da província de Zhejiang, conforme Acordo assinado em 30 de setembro de 1994, quando da visita da respectiva delegação;

c) cooperação em suinocultura, a ser concretizada mediante a implantação de um laboratório destinado a transferir ao nosso Estado a alta tecnologia chinesa na área de identificação de doenças de suínos, com o apoio da Academia de Ciências Agrárias da Província de Jiangsu bem como de seu Instituto de Medicina Veterinária;

d) intercâmbio técnico entre o CEHPAR e o Instituto de Pesquisa Hidráulica de Nanjing na área de hidráulica e hidrologia, já iniciado em 1º de outubro de 1994, com o início do estágio de um engenheiro chinês naquele Centro vinculado à Universidade Federal do Paraná;

e) intercâmbio técnico em citricultura, vacina contra anemia infecciosa equina e heparina, que já se iniciou com os contatos que as missões chinesas correspondentes mantiveram com as nossas instituições interessadas nesses assuntos, sendo de se destacar, em particular, o acordo estabelecido para o desenvolvimento conjunto de nova tecnologia de extração de Heparan e Dermatan a partir de heparinóides;

f) possibilidade de cooperação da Shuangya Shan Dangfang Industry Company, da província de Heilongjiang, com o TECPAR, no sentido de transferir tecnologia para a produção de blocos cerâmicos utilizando resíduos de xisto, sendo que a fonte de energia da unidade fabril é o próprio xisto;

g) intercâmbio técnico entre o IAPAR e o Instituto de Pesquisa em Sericoltura da cidade de Zhenjiang, província de Jiangsu, iniciado com o estágio, durante 2 meses, de um pesquisador do IAPAR, especialista em amoreira, naquele instituto chinês.

Cabe mencionar, ainda, os esforços visando ao estabelecimento da relação da fraternidade entre cidades do Paraná e da China. Foram assinados os "protocolos de intenção" dentro desse objetivo, relativos a Londrina-Zhenjiang e a Curitiba-Hangzhou, por ocasião da visita das delegações chinesas respectivas.

Em 1994, o EBC envolveu-se na organização da visita de 13 missões chinesas, das mais diversas áreas de interesse, bem como apoiou a ida de técnicos paranaenses à China, e também de uma missão empresarial do Norte do Paraná, que visitou, em outubro, a tradicional Feira de Guangzhou (Cantão).

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Na esfera do Planejamento Governamental foram desenvolvidos estudos, diagnósticos, pareceres e informações técnicas de interesse do Governo do Estado com vistas a propiciar o posicionamento da administração estadual nas questões de privatização e infra-estrutura pública, gerando informações à sociedade paranaense, sobre alternativas econômicas voltadas a dinamizar o desenvolvimento de regiões e determinadas atividades públicas e privadas no Estado do Paraná.

Destacam-se, entre outros, os estudos sobre o interesse do Estado quanto à participação do Governo na desfederalização do trecho administrado atualmente pela Superintendência Regional-SR-5 da Rede Ferroviária Federal S.A.-RFFSA, objetivando a estadualização da gestão de seu patrimônio.

Cabe citar a elaboração de propostas para obtenção de financiamento junto a agentes internacionais de fomento destinadas à competitividade da agroindústria paranaense; melhoria da qualidade e produtividade da indústria paranaense; propostas de reestruturação do setor público, bem como de reestruturação e financiamento para a rede descentralizada do sistema de saúde pública; e, ainda, para a aquisição de equipamentos técnico-científicos destinados a projetos de instituições estaduais.

PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Na área de Planejamento Institucional, a SEPL prestou serviços de orientação e assessoramento técnico e jurídico aos diversos órgãos e entidades solicitantes da administração pública estadual, tendo dado continuidade à elaboração de estudos e projetos de natureza organizacional, ao preparo de propostas de adequações de estruturas, com a conseqüente formatação de leis, decretos, estatutos, regulamentos e regimentos internos e à manutenção permanente do Sistema de

Legislação Organizacional - LOP e do Sistema de Estrutura de Governo - EGO.

ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

No campo da execução orçamentária, no exercício de 1994, a Coordenadoria de Orçamento e Programação-COP emitiu os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), procedendo sistematicamente aos ajustes e reemissões decorrentes das cinco correções aplicadas nos orçamentos.

Foram elaboradas as programações financeiras, estabelecendo os limites de capacidade de empenho para cada órgão da Administração Pública, relativamente a recursos do Tesouro Geral do Estado, mediante critério de hierarquização de prioridades, procedendo, ao longo dos períodos, às necessárias reprogramações para complementação dos recursos inicialmente previstos ou para atendimento de ações emergenciais não previstas nas programações, contribuindo significativamente no plano programático estadual, uma vez que consolida o orçamento como valioso instrumento de coordenação.

Para o exercício de 1995, no campo de planejamento e orçamentação, a Coordenadoria concebeu e elaborou o Anteprojeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, acompanhando todas as fases do processo legislativo. As propostas orçamentárias setoriais foram compatibilizadas com as prioridades da ação governamental e com a estimativa das possibilidades financeiras do Tesouro Estadual, elaborando, em seqüência, o Anteprojeto da Lei Orçamentária Anual para 1995.

COORDENAÇÃO GERAL DE INTEGRAÇÃO DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÕES

Instituído em junho de 1993, o Sistema Estadual de Informações-SEI, vem desenvolvendo suas atividades sob a coordenação do Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, através das ações da Coordenação Geral de Integração de Informática e Informações - CGI e das sete Coordenações de Segmentos.

A Secretaria Executiva da CGI desenvolveu, além de suas atividades técnicas e administrativas normais (estudo e emissão de pareceres técnicos sobre projetos de informatização e de aquisição de

bens e serviços de informática, instituição de Câmaras Técnicas, atendimento aos usuários do SEI, entre outras), os seguintes trabalhos: formação e participação em Grupos de Trabalho para definição de Normas para Aquisição de Bens e Serviços de Informática, gerando produtos como Lista de Bens e Serviços Enquadrados em Franquias e, Guias Técnicas e Critérios Técnicos de Edital de Licitação; formação e participação na Comissão de Negociação Centralizada com Fornecedores; elaboração do Regimento Interno do SEI.

Representadas por diversos órgãos do Estado, as Coordenações de Segmentos desenvolveram, em sua maioria, atividades através de Câmaras Técnicas, que são instâncias normativas do SEI, a seguir discriminadas.

- Câmara Técnica de Padronização, Normalização e Automação dos Acervos Documentais e Câmara Técnica de Normas e Padrões para Apresentação de Dados e Informações, no âmbito da CBPUB - Coordenação da Base Pública do Estado, ambas com resultados já adotados pelo Estado.

- Câmara Técnica para Normatização das Estruturas Geradoras de Informações Setoriais, no âmbito da CBGOV - Coordenação da Base de Dados da Governadoria, instituída em agosto, iniciou suas atividades com a coleta de informações sobre sistemas operantes no Estado.

- Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento, no âmbito da CBCAR - Coordenação da Base Cartográfica do Estado, procedeu os Inventários e Diagnósticos tanto da Base Cartográfica do Estado como do Cadastro Técnico, já testados e aprovados, visando sua futura padronização e integração.

- Câmara Técnica de Administração de Dados e Câmara Técnica de Integração de Sistemas Computacionais, no âmbito da CITEC - Coordenação de Infra-estrutura Tecnológica, instituída em agosto, tem como resultado respectivamente, seu Plano de Ação e a definição de algumas Normas Técnicas necessárias para a integração dos diversos ambientes computacionais do Estado.

- Câmara Técnica do Termo de Referência de Sistemas de Informação e Câmara Técnica de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas, no âmbito da CSIST - Coordenação de Sistemas de Processamento, apresentando como resultados, a primeira seu Modelo

Preliminar bem como a definição de um projeto de Cadastro de Sistemas, e a segunda, por sua vez, seu Plano de Trabalho.

O SEI atua, ainda, através de mais duas Coordenações, a CBGER - Coordenação da Base Geral do Estado e a CTREI - Coordenação de Treinamento Integrado.

A CBGER conta com seu Plano de Trabalho concluído dentro de duas grandes linhas de ação: a modelagem de Sistemas de Informações Gerenciais por Função de Governo e a Infra-estrutura Tecnológica.

E a CTREI, objetivando a qualificação dos servidores públicos no uso da Informática em seus processos de trabalho, ministrou cursos vinculados às demandas institucionais com vistas a instrumentalizar seus servidores para o uso de equipamentos adquiridos ao longo do ano.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

O IparDES, através do Centro de Pesquisa, Centro Estadual de Estatística e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento, tem como prioridade atender a demandas oriundas de outras instituições públicas estaduais, bem como do setor privado, órgãos de representação política e social, instituições de pesquisa e de ensino e pela própria sociedade em geral, desenvolvendo, em 1994, as atividades descritas a seguir.

CENTRO DE PESQUISA - Este setor concluiu os seguintes estudos: Análise dos Gastos Públicos em Educação; Cadastro de Ocupações e Acampamentos Rurais do Paraná; O Mercado de Trabalho Urbano Paranaense nos Anos 80; Mercosul: Infra-estrutura/Transporte; Comércio Exterior do Paraná; Formulação de Política Regional para a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro - AMUNORPI; Estudos Estratégicos sobre a Economia e Sociedade Paranaense; Sistema de Informações para a Infância e Adolescência; Formulação, Avaliação dos Instrumentos de Coleta e Gestão de Dados - 3ª Etapa e Subsídios para Elaboração de Orientações Regionais de Política Florestal.

Estudos em continuidade ou iniciados: Renda Interna do Paraná; Análise Conjuntural; Avaliação Demográfica dos Resultados do

Censo de 1991; Projeções Demográficas dos Municípios do Paraná; Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba; Mercado de Trabalho do Setor Agropecuário Paranaense: Características e Nível de Emprego; Digitalização da Carta de Uso do Solo do Paraná - 1980; Digitalização em PEC-ARC/INFO, das Cartas Temáticas do Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba; Perfil dos Municípios Paranaenses; Avaliação do Impacto da Municipalização do Ensino no Estado do Paraná - Projeto Qualidade do Ensino Público; Diagnóstico sobre o Ensino Médio no Paraná - Projeto Qualidade do Ensino Público; Mercosul: Agropecuária, Agroindústria e Infra-estrutura Física; Zoneamento Ecológico-Econômico e Diretrizes para a APA de Guaraqueçaba; Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná e Estudo sobre a Infância e Adolescência: Exploração Sexual de Meninas/Adolescentes - Visibilidade do Problema nas Unidades Federadas.

CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA - Responsável pelo gerenciamento da Base Pública do Estado - BPub, o Centro Estadual de Estatística - CEE, desenvolveu suas atividades visando à manutenção e ampliação da base de dados para atendimento às demandas provenientes do Governo do Estado do Paraná e da sociedade civil em geral.

Em relação ao período anterior, o acréscimo ao acervo de dados foi de 22,41%, totalizando 24.700.000 informações disponíveis.

Foi desenvolvido um projeto do Sistema de Comércio Exterior, com dados sobre importação, exportação e cadastro de empresas, provenientes do Ministério da Indústria e Comércio, que se encontra disponível em módulos através da Base Pública.

Com o apoio da Celepar, foi viabilizado o acesso à Rede Nacional de Pesquisa, para os usuários, através da Sala de Atendimento.

A Sala de Atendimento Público supriu às demandas externas e internas dos usuários não interligados à BPub via teleprocessamento, repassando um total de 6.935.520 informações, com atendimento a 654 solicitações.

Paralelamente, o CEE realizou as pesquisas mensais do Índice de Preços ao Consumidor de Curitiba (incluindo a reestruturação da metodologia), o Levantamento Mensal de Preços de Insumos de

Construção Civil e a Pesquisa Mensal de Preços para Materiais e Bens de Consumo.

CENTRO DE TREINAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO-CTD - Com o objetivo de treinar, capacitar e reciclar os servidores públicos estaduais para um melhor desempenho de suas funções, o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento - CTD, desenvolveu uma programação onde foram ministrados Cursos de Aperfeiçoamento Técnico-Gerencial, Informática Instrumental e Eventos em Parceria.

Foram realizados cursos e eventos num total de 17.295 horas/aula e treinamento de 7.149 funcionários do setor público estadual e 145 do federal.

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ - CELEPAR

A CELEPAR, no papel de agente de informatização e supridor da infra-estrutura imprescindível à efetivação do Sistema Estadual de Informações-SEI, tem dedicado o melhor de seus esforços no processo de informatização dos serviços dos diversos órgãos da Administração Pública do Estado.

Para atingir seus objetivos, procurou adequar sua gestão econômica e financeira, diminuindo significativamente os custos operacionais, repassando este benefício aos usuários dos serviços através da redução de preços.

Em março de 1994, foi implantada a nova Rede de Comunicação de Dados e Serviços, abrangendo todo o Estado do Paraná. Através desta rede, o Governo aproxima ainda mais o cidadão dos benefícios da informação e da informática.

A rápida evolução tecnológica é uma das principais características da informática, a obsolescência dos produtos existentes é uma constante. Na empresa pública, principalmente, existe uma forte cobrança do usuário por soluções rápidas e eficazes, devido à exigência do cidadão, cada vez mais consciente de seus direitos, junto ao Governo do Estado.

Para atender à crescente demanda, a Celepar precisou crescer e mudar sua tecnologia, antes desenhada dentro de uma arquitetura proprietária, com a adoção de uma plataforma heterogênea, aberta, à semelhança dos padrões internacionais.

A linha de produtos e serviços foi ampliada e consolidada através de Consultoria em Tecnologia da Informação e de Gestão; Serviços de Rede de Comunicação de Dados; Administração de Ambientes Informatizados; Operação de Sistemas; Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas e Recursos Computacionais.

A Celepar foi uma das primeiras empresas do Estado a iniciar o processo de Gestão pela Qualidade Total.

A Companhia reduziu os níveis hierárquicos intermediários, aproximando do processo de decisão o executor da tarefa e tornando os serviços mais rápidos, beneficiando a todos os seus clientes.

Este foi um período de profundos avanços no campo das relações pessoais e a palavra que define essas mudanças é a maturidade. Assim, tem sido possível atender à demanda dos usuários, com a melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços prestados pela Empresa.

2.3. ASSESSORAMENTO

2.3. ASSESSORAMENTO

As ações de assessoramento ao Chefe do Poder Executivo, abrangem, entre outras, aquelas desenvolvidas pela Casa Civil da Governadoria, Casa Militar, Comunicação Social, Secretários Especiais de Assuntos Externos e de Ouvidoria Geral, bem como da Procuradoria Geral do Estado.

ASSUNTOS EXTERNOS

A Representação do Governo do Estado do Paraná, em Brasília, tem como objetivo institucional prestar apoio logístico e operacional a todos os órgãos da administração direta e indireta do nosso Estado, em suas demandas junto à administração federal.

Seu desempenho esteve voltado para o assessoramento e suprimento de infra-estrutura operacional ao Senhor Governador, a autoridades e a técnicos da administração pública estadual e municipal; atendimento administrativo às estatais paranaenses; suporte a empresas privadas do Estado no relacionamento com o setor público; seleção e divulgação de matérias de interesse das administrações estadual e municipais procedentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; divulgação da agenda do Chefe do Poder Executivo à imprensa, deputados federais e senadores paranaenses; distribuição de materiais de divulgação do Estado nas áreas social, econômica, política, de turismo e, em particular, na área assistencial.

O Escritório prestou, ainda, atendimento a órgãos de âmbito nacional e internacional referente ao desenvolvimento de estudos e/ou informações estatísticas em diferentes áreas do estado; acompanhamento junto às Comissões Parlamentares das propostas de projeto de lei, emendas à Constituição de interesse do Estado do Paraná, assim como da proposta de emendas ao Orçamento da União; atendimento à Procuradoria da Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas junto a Tribunais Superiores no que se refere aos Acórdãos dos processos em tramitação.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

As atividades da Procuradoria Geral do Estado-PGE são de difícil aferição quantitativa, e as estatísticas nem sempre denotam a importância das atividades desempenhadas ainda que os números sejam extremamente altos.

Essas atividades abrangem toda a defesa judicial do Estado do Paraná, incluindo os três poderes, e consultoria ao nível superior do Poder Executivo. Essas atividades envolvem atuação em todas as comarcas e Juntas de Conciliação e Julgamento do Paraná, onde hajam feitos da Fazenda, em Porto Alegre, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; nos Tribunais em Brasília: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e nos Tribunais situados em Curitiba: Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada. Sem contar, ainda, que atua na justiça federal, inclusive de outras seções além do Paraná.

Não obstante, a PGE termina o ano com 87 procuradores em atividade. Por isso realiza-se o 9º concurso para ingresso na carreira de Procurador, vez que todas as atividades essenciais desta Pasta só podem ser desempenhadas por procuradores devidamente concursados.

A Procuradoria, em Brasília, onde está lotado apenas um procurador, atendeu 260 recursos no STF e 200 no STJ. Para atendimento foram elaboradas 150 peças de maior envergadura e 330 pedidos de vista com análise dos processos. Esses números dão volume da envergadura dos trabalhos desenvolvidos.

Tais atividades foram desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria de Recursos que atua perante os Tribunais Estaduais e o Tribunal Regional da 4ª Região em Porto Alegre; Procuradoria de Assuntos Especiais que acompanha processos em fase de execução judicial contra e a favor do Estado. Na área de Executivos Fiscais, os procuradores do Interior ofertaram, em média, 1.500 petições em Executivos Fiscais cada um, além da atuação em procedimentos ordinários. O Setor de Engenharia, de grande importância ao apoio judicial, participou de 900 processos de inventário e separação, com avaliações que somam R\$ 52 milhões, para cobrança de impostos devidos ao Estado do Paraná.

Releva ainda notar que a Procuradoria Geral atende, além das ações propostas contra a Administração Direta, ações propostas contra as

autarquias mediante avocação nos casos de maior gravidade para o interesse público.

Das atividades relevantes da Procuradoria Geral do Estado em 1994, destaca-se a elaboração de pareceres e orientação jurídica à negociação de empréstimos internacionais, dos quais se sobressai o ajuste com o Banco Mundial, cujo empréstimo à Educação resultou em um dos melhores contratos já assinados, no sentido de vantagens jurídicas para o Estado.

Entre as ações importantes, ajuizadas a favor do Estado, realça-se a ação proposta no Supremo Tribunal Federal no sentido de afastar cobrança das contribuições do Estado para o PASEP, por inconstitucionalidade.

Ainda nesse ano, procede-se à liquidação de valor a que foi condenada a União a ressarcir o Estado em virtude da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, cujo valor estimado pode chegar a 500 milhões de dólares.

Além disso, a PGE conseguiu liminar permitindo depósito de taxa aduaneira e imposto de importação incidentes sobre a compra de trilhos para a FERROESTE, permitindo a discussão da incidência desses tributos.

Nas ações administrativas, participa a PGE do Programa Direito de Morar que visa solucionar o problema de moradia de 13.926 famílias sob a ameaça de despejo forçado por mandados judiciais, sendo que o programa visa também afastar a execução de intervenção federal por descumprimento de ordens judiciais no sentido de oferecer força policial para tais despejos. Esse programa pretende a regularização fundiária das áreas cujas características permitam ocupação urbana, reassentamento das populações nas áreas onde não seja possível ocupação, e urbanização das áreas regularizadas.

Participou, ainda, na orientação aos processos licitatórios de concessões de Transporte Coletivo, de Processos Administrativos Disciplinares, de vulto, nas diversas Secretarias e dos procedimentos para venda de ações da COPEL, a qual se efetivada, permitirá um aporte de aproximadamente 600 milhões de dólares em receitas patrimoniais para o Estado. E, em conjunto com o Tribunal de Justiça, foi concluído, em tempo recorde, o procedimento para aquisição do Edifício onde atualmente funcionam as Varas Cíveis e da Fazenda.

OUVIDORIA GERAL

O motivo principal da criação do instituto de Ouvidoria foi de propiciar a todo o cidadão uma efetiva participação no controle dos princípios da legalidade, economicidade e publicidade dos atos de gestão pública.

Entretanto, essa questão não deve ser abordada exclusivamente numa perspectiva jurídica mas, ao contrário, a função de Ouvidoria está em cumprir importante papel no plano social, econômico e político.

O Ouvidor tem condições de ampliar o controle sobre a Administração Pública em áreas que escapam aos organismos comuns e aos procedimentos tradicionais; os cidadãos, por sua vez, serão estimulados a participarem na gestão e no controle dos assuntos públicos; estará significativamente ampliada a proteção à liberdade e aos direitos fundamentais, sejam de caráter cívico, econômico, social ou cultural; o sentimento generalizado de insatisfação que a comunidade tem frente aos excessos e abusos cometidos pela administração pública, terá um canal facilitador para apreciar soluções sugeridas pela sociedade.

De acordo com o que determina a legislação, nesta organização funcional, as atribuições do Ouvidor-Geral foram resumidas em três grupos: AUDITORIA (área de Auditoria das Receitas e área de Auditoria das Despesas); OUVIDORIA (área Jurídica e área Técnica); e LICITAÇÃO (área de Análise de Licitações e área de Análise de Custos).

A área de OUVIDORIA, responsável pela defesa dos direitos dos cidadãos em relação aos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo Estadual, deve receber e esclarecer denúncias e reclamações sobre as atividades governamentais, apurando-as com brevidade.

É de sua competência recomendar a todos os organismos estaduais, através do Ouvidor-Geral, as medidas destinadas a prevenir, reprimir e fazer cessar as irregularidades; a análise e a emissão de pareceres sobre assuntos que lhe forem encaminhados; a prestação de esclarecimentos ao cidadão, resguardando a boa gestão do setor público; a comunicação por escrito, ao reclamante, ou denunciante, a respeito das medidas corretivas a serem adotadas pelo Estado na questão apresentada.

O grau de resolubilidade das participações dos cidadãos atingiu 47,51%.

Deve-se ressaltar as experiências de interiorização nas cidades de Cornélio Procópio, Guarapuava, Jacarezinho e Londrina, propiciando ao cidadão do interior maior participação na gestão e no controle dos assuntos públicos; demonstrar ao cidadão que a Ouvidoria é o caminho apropriado para ampliar o controle social; facilitando, pela proximidade física, o acesso da população do interior ao novo canal de cidadania implantado pelo Governo.

A área de AUDITORIA tem como responsabilidade o planejamento, a coordenação, a organização, a orientação e a execução de auditorias no âmbito dos órgãos e entidades integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual; a realização de auditorias no conteúdo de procedimentos contábeis e de documentos de natureza financeira, no âmbito da administração pública estadual; a articulação com o Tribunal de Contas do Estado, visando à harmonização dos serviços de auditoria; o controle do processo relativo ao resguardo da legalidade dos atos financeiros praticados no âmbito da administração pública estadual; a análise crítica das informações sobre custos para o processo de decisão; a tomada de contas ou da aplicação dos recursos do Estado; a requisição ou a apreensão de documentos que apresentem características de irregularidades.

Até novembro de 1994, foram realizadas, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, 25 auditorias, além de 06 levantamentos de cálculos trabalhistas.

Os trabalhos concluídos compreenderam auditorias ordinárias e extraordinárias, voltadas aos fatos ocorridos no período em questão, com o intuito de normalização imediata das irregularidades encontradas dentro do próprio exercício.

Em virtude de se tratar de valores significativos tem sido objeto de freqüente preocupação a verificação dos assuntos relacionados a procedimentos licitatórios, convênios, contratos e repasses diversos de recursos públicos.

A área de LICITAÇÃO tem como responsabilidade a análise, a avaliação e o acompanhamento permanente dos processos de licitação, em todas as suas modalidades, que tramitem no âmbito do Poder

Executivo; a realização de estudos e pesquisas voltadas para o aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios na esfera pública estadual; a orientação jurídica complementar a todas as entidades do Poder Executivo Estadual, no tocante a tais procedimentos e à celebração de contratos; a comunicação às autoridades administrativas competentes, através do Ouvidor-Geral, de quaisquer irregularidades que possam caracterizar a prática de ilícito/abuso de autoridade; a recomendação a todos os organismos do Poder Executivo Estadual de medidas destinadas a prevenir, reprimir e fazer cessar as irregularidades detectadas nos procedimentos de licitação.

Foram efetuadas análise, avaliação e o acompanhamento permanente dos procedimentos de licitação em todas as suas modalidades no âmbito do Poder Executivo - nos termos dos Decretos nºs 1.557/92 e 4.003/94, bem como da Lei nº 8.666/93, com as alterações nela produzidas pela Lei nº 8.883/94, atingiu o montante de 2.977 verificações. Destas, foram emitidos relatórios, pareceres e informações, contendo recomendações aos órgãos promotores das respectivas licitações, de medidas destinadas a prevenir, reprimir e fazer cessar eventuais impropriedades técnico-jurídicas detectadas.

Afora tais medidas, foram realizadas inúmeros atendimentos a consultas formuladas pelas diversas Secretarias e entidades vinculadas, versando, principalmente, sobre as matérias de responsabilidade da área de Licitações.

Visando dirimir dúvidas suscitadas pela edição da nova disciplina jurídica das licitações, Lei nº 8.666, de 21.06.93, alterada pela Lei nº 8.883, de 08.06.94, bem como minorar as dificuldades práticas dela decorrentes, implementou-se projeto de apoio técnico-jurídico a servidores integrantes de Comissões de Licitação dos órgãos da Administração Direta e da Indireta do Poder Executivo, denominado de "Troca de Experiências", prestando atendimento a 31 (trinta e um) órgãos, com a participação de 72 (setenta e dois) membros de comissões de licitação.

Este trabalho propiciou sensível melhora no desenvolvimento dos procedimentos licitatórios, fato este que se comprova mediante a confrontação dos procedimentos realizados anteriormente à implantação do projeto, e aqueles realizados após a participação dos servidores integrantes de comissões de licitação nas reuniões.

2.4. DESENVOLVIMENTO URBANO

2.4. DESENVOLVIMENTO URBANO

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU, nos termos da Lei no. 8.485, de 03 de junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, para definição de políticas, planejamento, execução, coordenação e controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano, recursos hídricos e, à integração intermunicipal.

O campo de atuação da Secretaria compreende a elaboração de programas que visem ampliar a infra-estrutura dos serviços públicos nas áreas de saneamento básico, o disciplinamento do uso do solo, com vistas à orientação do crescimento dos centros urbanos, ao controle da erosão e à redução dos efeitos de enchentes e secas.

As principais ações desenvolvidas pela SEDU, no ano de 1994, encontram-se descritas a seguir.

- No âmbito internacional, o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Governo Japonês, através da JICA, que prevê a viabilização da execução do Plano de Recursos Hídricos para o Estado do Paraná, concluiu as fases I e II do Plano, onde determinou a metodologia para formulação do Plano Diretor, considerando não somente a utilização da água, como também, a conservação do meio-ambiente nas bacias hidrográficas, tais como a qualidade da água, o ecossistema, solo, etc. Baseado nesta metodologia, formulou estratégia para a utilização dos recursos hídricos e a conservação ambiental nas bacias hidrográficas selecionadas como piloto, levando em consideração a urgência da utilização da água e das questões do meio-ambiente.

- Realização de convênio com a Associação dos Municípios do Estado do Paraná para realização de Congresso Paranaense dos Municípios, com a finalidade de promover o incremento das relações e melhor integração de programas do Governo, entre o Estado e os municípios, em seus aspectos técnicos e políticos.

- A Coordenação das medidas necessárias à execução e ao aprimoramento da Política Estadual do Desenvolvimento Regional, em consonância com as diretrizes dos Governos Estadual e Federal e dos municípios, e, com as atividades desenvolvidas pelas demais Secretarias de Estado e por entidades afins.

- A coordenação, implantação e a consolidação da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano.

- A coordenação e a supervisão do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, bem como, do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU.

A partir de junho, o Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba-PROSAM integrou-se às atividades da SEDU, que passou a cumprir as metas do programa no âmbito da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC. O detalhamento dessas atividades, antes desenvolvidas pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, encontra-se no capítulo 2.2 desta Mensagem.

PEDU/INFRA-ESTRUTURA

Chega a 1.400 o número de obras concluídas e em andamento, sendo 543 de saneamento, 694 de pavimentação, 12 de controle de erosão, 29 terminais rodoviários, 35 creches, 19 iluminações públicas, 2 mercados/feira, 7 praças, 4 centros de convivência de idosos, 14 escolas, 5 quadras de esportes, 22 postos de saúde, 1 matadouro, 1 teatro, 6 centros comunitários e 3 postos de bombeiros em 342 municípios, totalizando um montante de recursos na ordem de US\$ 194.278.029,08.

PEDU/INSTITUCIONAL

Nesse campo, observa-se a conclusão de 58 projetos, representando 582 ações; 17 projetos em andamento, representando 197 ações; 21 projetos conveniados, representando 192 ações; 12 projetos autorizados, representando 319 ações; que somam um investimento no valor de US\$ 5.676.065,79.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO-FDU

É responsável pela implementação dos subprojetos regulamentados pelos Decretos 3.115 (vários subprojetos); 3.104 (Terminal do Trabalhador Volante); 3.105 (Barracão Industrial) e 3.106 (Casa Familiar Rural).

Cabe ao FDU o planejamento, a programação e a supervisão de ações relativas ao desenvolvimento urbano que contam com

participação financeira do Estado e que sejam compatíveis com a política estabelecida para o setor.

O Fundo transferiu recursos aos municípios destinados à execução das seguintes obras: galerias de águas pluviais e controle da erosão, infra-estrutura de água e esgoto, iluminação pública em conjuntos habitacionais, aquisição de terrenos para aterro sanitário, construção, ampliação e reforma de hospitais, postos e centros de saúde, construção, reforma ou adequação de quadras poliesportivas e ginásio de esporte, construção, ampliação e reforma de centros de atividades comunitárias, creches, centro de apoio ao trabalhador rural, prédios da APAE e APMI, banheiros públicos, lar para idosos e escolas especiais, pavimentação, calçamento e reurbanização de ruas, praças e parques, construção, ampliação e reforma de abrigos para trabalhador volante e terminais rodoviários, obras de iluminação pública em conjuntos habitacionais, totalizando, aproximadamente, R\$ 9.000.000,00.

SUPERINTENDÊNCIA DO CONTROLE DA EROSÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM

PROGRAMA DE CONTROLE DA EROSÃO URBANA

Neste programa, a SUCEAM participou com recursos e tubulações em concreto no montante de R\$ 3.200.000,00, além do fornecimento de projetos e assistência técnica aos municípios, os quais, como contrapartida, executaram as obras, utilizando equipamentos e mão-de-obra própria. A tônica das obras é a estreita parceria com as prefeituras municipais, numa prática que pressupõe a divisão de responsabilidades, conscientização e treinamento natural de mão-de-obra.

Para consecução desse programa de obras, a SUCEAM produziu, neste ano, 105 mil tubulações de concreto com diâmetro variando entre 40 centímetros a 1,20 m e forneceu, para auxiliar nos serviços de escavação de valas, 5.673 horas/máquinas para diversas prefeituras, visando à implementação dos sistemas de drenagem.

Na área de prevenção da erosão urbana o Programa de Mapeamento Geotécnicos e Estudos dos Fenômenos Erosivos na Região Noroeste do Paraná elaborou CARTAS DE APTIDÃO DE SOLOS (esc. 1:25.000) e respectivas notas explicativas dos Municípios de Paraíso do Norte, Janiópolis, Altônia e Querência do Norte e CARTAS DE UNIDADES GEOTÉCNICAS (esc. 1:25.000) e respectivas NOTAS

EXPLICATIVAS dos Municípios de Cidade Gaúcha, Paranavaí, Cianorte e Nova Esperança.

PROGRAMA ESTADUAL DE LIMPEZA PÚBLICA

Na área de limpeza pública, a SUCEAM atendeu a 200 municípios, prestando apoio técnico para seleção de áreas destinadas a aterros em 107 municípios, e elaborando projetos de Aterros Sanitários Controlados para outras 30 prefeituras.

Realizou, também, neste período, um Curso sobre "Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos" para municípios com mais de 50.000 habitantes em Londrina.

Foi elaborado, editado e distribuído um fascículo sobre "Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos" para todos os municípios do Paraná.

PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU

A SUCEAM é responsável, dentro do programa PEDU, pela análise e acompanhamento dos projetos e obras na área de pavimentação e drenagem urbana, envolvendo todos os municípios do Estado. Foram analisados cerca de 400 projetos de drenagem urbana e pavimentação, gerando um atendimento a 250 municípios dentro do Programa.

PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Este programa desenvolveu as seguintes ações:

Atendimento à Região Metropolitana de Curitiba

- Limpeza e dessassoreamento de canais e córregos visando ao saneamento ambiental em diversos municípios através do fornecimento de 592 horas/máquinas.

a) Tratamento e deposição do Lixo da Lamenha Pequena e Resíduos Sólidos Urbanos.

- Elaboração dos procedimentos gerais para o processo de Pré-seleção de consultoras com vistas à formação de lista sucinta (SHORT LIST).

b) Parque e Controle de Cheias do Alto Iguaçu.

- Estudos hidrológicos - em fase de conclusão
- Contratação de Projeto Básico e Executivo.

Atendimento à Região Litorânea do Paraná

No litoral do Estado, a SUCEAM vem dando continuidade às ações de observações, não só das obras existentes, mas, principalmente, da necessidade de obras complementares.

Operação Praias

A fim de proporcionar melhores condições aos veranistas do litoral paranaense, foram executadas obras de melhoria dos acessos aos depósitos de resíduos sólidos urbanos referente aos Municípios de Guaratuba (revestimento primário); Matinhos (sinalização horizontal, drenagem, revestimento primário) e Paranaguá (Balneários) revestimento primário, através da atuação dos técnicos da SUCEAM na operacionalização e viabilização dos equipamentos e veículos durante a operação.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

Como responsável pela exploração e manutenção da grande maioria dos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários existentes no Estado do Paraná, a SANEPAR no exercício de 1994, deu continuidade na implementação de importantes programas de investimento que visam atingir os objetivos precípuos da empresa: contribuir para a melhoria de qualidade de vida da população, satisfazendo suas necessidades de saneamento básico, com postura empresarial moderna e tecnologia apropriada, respeitando fatores sociais, políticos e ambientais.

Segue-se panorama sucinto das principais ações desenvolvidas pela SANEPAR.

Os sistemas de ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO foram incrementados com 67.966 novas ligações de água e 12.791 novas ligações de esgoto, conforme se observa no quadro a seguir.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO

ITENS	EM 31/12/93	EM 30/10/94	INCREMENTOS
LIGAÇÕES			
ÁGUA	1.432.745	1.500.711	67.966
ESGOTO	326.151	338.942	12.791
ECONOMIAS			
ÁGUA	1.772.242	1.847.241	74.999
ESGOTO	538.147	558.038	19.891
ECON.DOMIC.			
ÁGUA	1.615.583	1.685.662	70.079
ESGOTO	471.124	488.409	17.285
LOCALID.ATEND.			
ÁGUA	600	615	15
ESGOTO	70	80	10
EXTENSÃO REDE			
ÁGUA	27.664	28.647	983
ESGOTO	5.925	6.163	238

A situação atual apresenta um panorama de 6,3 milhões de pessoas com acesso à água tratada, do total dos habitantes urbanos nas 318 sedes municipais e 297 distritos atendidos; 168,5 mil pessoas com água tratada, de um total de 671,1 mil habitantes dos aglomerados rurais do Estado; 1,8 milhões de pessoas atendidas com serviços de coleta de esgoto em 80 centros urbanos do Paraná; 1.445 habitantes da zona rural contando com módulos sanitários.

Persistiu, no exercício de 1994, a prática de tarifas uniformes no Estado para viabilizar a manutenção dos sistemas de menor porte, via de regra deficitários, possibilitando minorar os déficits e diminuir a pressão do custo de vida nas pequenas localidades.

Os consumidores das faixas que menos consomem, continuaram sendo beneficiados com tarifas subsidiadas.

As entidades filantrópicas também contam ainda com subsídios de até 50% do valor das faturas.

Além de manter os subsídios anteriormente implantados, foi instituída a aplicação de REDUTOR nas tarifas de esgoto sanitário, específico para cada município, proporcional ao valor dos investimentos realizados nestes sistemas pelos próprios municípios e/ou obtidos a fundo perdido junto à União Federal.

No exercício de 1994 foram concluídas 59 obras, estando em execução outras 120, em todo o Estado, conforme demonstrações a seguir:

OBRAS	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL
CONCLUÍDAS	36	23	59
EM EXECUÇÃO	45	75	120
TOTAL	81	98	179

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Apesar das limitações de recursos destinados ao financiamento do setor de investimento público, a SANEPAR, através de criterioso planejamento e intensa busca de alternativas, tem conseguido equacionar nos últimos exercícios, um montante de recursos que somados aos seus próprios e àqueles oriundos de convênios com municipalidades, possibilitou o andamento das obras e a implementação das melhorias indispensáveis ao cumprimento de suas principais metas.

Desde o início dos programas abaixo, foram equacionados e aprovados, até novembro de 94, os seguintes valores:

PROGRAMA	ÁGUA (US\$)	ESGOTO (US\$)
PEDU	36.335.687	44.364.315
PROSEGE	-	14.034.994
PRONURB	55.964.178	1.878.412
PROSAM	-	20.332.440
TOTAL	92.299.865	80.610.161

Fonte: DVPI US\$=R\$ 0,85 PF=US\$8,85 = R\$7,52

Além disso, do valor global dos programas, encontram-se em fase de tramitação recursos da ordem de US\$ 340.504.660 para sistemas de abastecimento de água e US\$ 126.184.060 destinados a esgotos.

Visando à implantação de sistemas de abastecimento de água e melhorias sanitárias em comunidades rurais do Estado do Paraná, foram concluídas 253 perfurações de poços artesianos, estando em andamento outras 97.

Foram elaborados 556 projetos de sistemas de abastecimento de água dentre os quais 127 com utilização de mananciais de superfície, na captação.

A utilização de recursos no valor de US\$ 4.816.000 provenientes do Tesouro do Estado promoveu ações que beneficiaram 22.070 pessoas.

SANEAMENTO AMBIENTAL

Cabe mencionar a consolidação e o desenvolvimento da formulação do Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná (Acordo de Cooperação JICA/SEDU) relativamente às fases I e II de coleta de informações, determinação da metodologia de formulação do Plano e da estratégia de utilização dos recursos hídricos e conservação ambiental das bacias hidrográficas do Paraná;

Registra-se a concepção preliminar do Banco de Dados Ambiental das bacias hidrográficas de abastecimento de água e de diluição de despejos, com o uso do geoprocessamento e a formulação do Programa de Educação Ambiental da SANEPAR dentro das diretrizes gerais do respectivo programa estadual, visando a sua prática também no PROSAM.

QUALIDADE TOTAL

Na busca contínua do aperfeiçoamento para manter o grau de modernidade e eficácia exigido pelos parâmetros atuais de desenvolvimento, a SANEPAR está desenvolvendo programa especial objetivando a gestão pela Qualidade Total, cuja prática propiciou, em 1994, a instituição do Escritório da Qualidade e formação de 65 consultores e 34 equipes, além da realização de 146 ações individuais de qualidade.

O NÚCLEO DE CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - NCD desenvolveu 11 projetos de desenvolvimento tecnológico voltados à pesquisas.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ - FAMEPAR

No trabalho conjunto com os municípios paranaenses, a FAMEPAR tem procurado fortalecer a capacidade municipal na formulação de políticas, prestação de serviços e fomento ao desenvolvimento local através das ações de pesquisa e disseminação de experiências; edição de documentos técnicos e didáticos; promoção da capacitação técnica, gerencial e operacional dos servidores e funcionários municipais; atividades de assistência técnica e gerenciamento do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

O Instituto, através de seu corpo técnico, coloca à disposição dos municípios, estudos, pesquisas e documentos, formação e treinamento de recursos humanos, e diferentes técnicas de governo local, abrangendo as áreas de modernização administrativa e desenvolvimento urbano.

PROJETO PERFIL DE MUNICÍPIO (INTEGRANTE DO PIMUN/PEDU)

O desenvolvimento do Perfil de Município de forma articulada e coordenada com outros organismos estaduais e municipais tem o objetivo de tornar disponível o Sistema Estadual de Informações, composto por um banco de dados, com aproximadamente dois milhões de informações numéricas, de interesse dos governos locais, agregadas ao nível de setor censitário e especializada com a utilização de um sistema de informações georeferenciadas.

PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - PIMUN

Este programa objetivou a viabilização de equipamentos e programas de informática a municípios, o desenvolvimento de sistemas de informática instrumental; e o treinamento em informática para técnicos municipais.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

A FAMEPAR presta Assistência Técnica aos governos municipais nas áreas de Modernização Administrativa, Direito Trabalhista, Tributário, Civil, Administrativo e Financeiro; Desenvolvimento e Planejamento Urbano e Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Documentação relativos aos aspectos administrativo, político, social e econômico dos municípios.

Além disso, foram firmados convênios com municípios para repasse de recursos, visando à execução de obras de infra-estrutura urbana, de acordo com a política de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado do Paraná.

Procurando a valorização da informação, como elemento necessário a racionalidade administrativa, implantou-se através da biblioteca, os sistemas "SEIBIB", que conta, até o momento, com 2.556 referências bibliográficas, entre artigos de periódicos e monografias e o de "Informações Gerais dos Municípios", onde foram agrupados os diversos dados dos municípios paranaenses.

PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU

Desde 1990, a FAMEPAR atua, em relação ao PEDU, de acordo com as diretrizes do Governo Estadual de forma planejada e sistemática, assessorando tecnicamente as equipes municipais responsáveis pela elaboração, julgamento e implantação de novos instrumentos de gerenciamento, e como agente de capacitação de recursos humanos, contribuindo assim para o fortalecimento dos 371 municípios paranaenses com ênfase para as questões administrativas, financeiras e de gestão das cidades.

Este Programa está subdividido em dois subprogramas: de Investimento em Infra-Estrutura Urbana e de Desenvolvimento Institucional.

DESEMPENHO FINANCEIRO DO PROGRAMA

Resumo da execução financeira do PEDU, por fontes de -
recursos, em 1994.

Valores em US\$ 1.000

SUBPROGRAMA	FONTES	COMPROMETIDO	PAGO
INSTITUCIONAL	BIRD		605
	ESTADO	(*)	496
	MUNICÍPIOS		109
	TOTAL		1,210
INFRAESTRUTURA(**)			
MUNICÍPIOS	BIRD	6,755	7,185
	ESTADO	3,799	4,165
	MUNICÍPIOS	3,518	3,783
	TOTAL	14,072	15,133
SANEPAR (***)	BIRD	1,232(-)	12,032
	ESTADO	693(-)	11,731
	MUNICÍPIOS	641(-)	1,306
	TOTAL	2,566(-)	25,069
TOTAL GERAL	BIRD	5,523	19,822
	ESTADO	3,107	16,392
	MUNICÍPIOS	2,876	5,198
	TOTAL	11,506	41,412

(*) Dados disponíveis no DT.

(**) Nos Projetos INFRA-ESTRUTURA Municípios e Sanepar, os valores comprometidos são referentes aos contratos autorizados e autorizações de programação, respectivamente.

(***) Os valores comprometidos aparecem negativos, tendo em vista reavaliação da programação pela SANEPAR.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC

A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC é o órgão estadual de planejamento e gestão das funções públicas de interesse comum dos municípios metropolitanos.

No exercício de 1994, surgiram, novos mecanismos de articulação do Estado com os demais atores do espaço metropolitano, com destaque para as Audiências Municipais de Desenvolvimento, as Câmaras Técnicas Setoriais - de Planejamento Econômico, de Transporte Coletivo, de Obras, de Gestão dos Mananciais, de Controle do Uso e Ocupação do Solo, os seminários de difusão de trabalhos e experiências, os fóruns populares.

Entre suas realizações, destacam-se, de forma significativa, aquelas voltadas ao transporte coletivo metropolitano, como a instauração de concorrências para 84 linhas, de um total de 140.

O controle sobre as tarifas do Sistema de Transporte Metropolitano foi reassumido pela COMEC. O custo médio do quilômetro do transporte coletivo metropolitano é, segundo dados da Associação Nacional de Transporte Público - ANTP, de R\$ 0,77, o mais baixo custo de sistema de transporte urbano de passageiros em todo o Brasil. O sistema foi incrementado com o ingresso de equivalente a 12% da frota total.

Ainda, entre as realizações fiscais do setor, houve no exercício a implantação de cinco novos terminais metropolitanos, duas linhas perimetrais, trezentos e cinquenta abrigos, integração físico-tarifária em quatro municípios e a aplicação de conceito de qualidade total no gerenciamento e fiscalização do transporte metropolitano, consolidando o Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano de Curitiba não apenas como o de menor custo tarifário como também o de melhor qualidade entre todas as Regiões Metropolitanas do Brasil.

Os componentes do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAM a cargo da COMEC foram todos licitados, alguns contratados e em execução, com o detalhe de que as consultorias foram objeto de pré-qualificações públicas, superando as modalidades restritivas de seleção impostas pelos organismos internacionais financiadores em seu contratos. Assim, adquiriram contornos de realidade a construção do Parque Ambiental do Passaúna, a aquisição de doze caminhões de lixo, as avaliações dos imóveis, os

projetos de infra-estrutura de saneamento básico nas áreas de mananciais, o alargamento da ponte sobre o rio Passaúna, a compra de equipamentos para o uso conservacionista do solo metropolitano e a aquisição de áreas destinadas ao reassentamento de famílias em áreas críticas e de risco na Região Metropolitana de Curitiba.

A parceria entre a COMEC e o DER garantiu a execução, no exercício de 1994, do maior volume de obras de estruturação viária regional e de pavimentação de vias de transporte coletivo, com investimentos da ordem de US\$ 23.000.000,00, num total de quarenta e quatro quilômetros, além de obras rodoviárias especiais, como trincheiras, pontes e viadutos.

A função-planejamento veio assinalada pela conclusão de dois relatórios: o de informações para a gestão territorial metropolitana, resultante de termo de cooperação técnica firmado com a Companhia de Pesquisa de recursos Minerais - CPRM e o de mineração nas várzeas do Alto Iguaçu, de termo firmado com a MINEROPAR.

O Projeto JICA, o Programa Estadual de Limpeza Pública, o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Preservação do Passaúna, o Programa Direito de Morar, o Plano Habitacional Metropolitano são atividades que também integraram, com destaque, o universo de planejamento e gestão metropolitana.

O inventário dos trabalhos editados pela COMEC de 1974 a 1994, a elaboração dos mapas temáticos econômico-sociais da Região Metropolitana de Curitiba e o estudo sobre a gestão metropolitana como função pública de interesse comum são outras realizações do exercício, contextualizados no esforço de relançamento da função-planejamento da Região Metropolitana de Curitiba, todos instrutores da mais imediata de todas as tarefas, a de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Integrado Metropolitano, o Plano Metropolitano Terceiro Milênio, a ser construído na próxima gestão governamental com base no acúmulo histórico e científico acervado na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

Da análise dos recursos gráficos previstos e fixados para o exercício de 1994, a COMEC apresentou receita arrecadada de R\$ 2.154.087,00 e despesa realizada de R\$ 1.802.778,00, com conseqüente superávit de R\$ 351.309,00.

2.5. MEIO AMBIENTE

2.5. MEIO AMBIENTE

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente é responsável pela gestão ambiental através do Instituto Ambiental do Paraná.

Com o objetivo de manter as condições ambientais do Estado de forma a garantir a qualidade de vida da população, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA coordena e executa uma política ambiental comprometida com a noção de desenvolvimento sustentado. Isso significa dizer que o relacionamento do homem com a natureza deve ser equilibrado e proveitoso para ambas as partes.

O trabalho se faz em duas frentes bem definidas, mas que se integram nos resultados. Em um plano, opera-se uma ação global de gerenciamento dos recursos naturais, ação que se estrutura sobre diversos itens específicos, dizendo respeito, cada um deles, a atividades como a fiscalização, a manutenção e o monitoramento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, o licenciamento, o gerenciamento dos recursos hídricos, a regularização fundiária, pesquisas diversas, a cartografia e outras atividades.

Em outro plano, há que se ressaltar a promoção da consciência ecológica através de um Programa de Educação Ambiental que conjuga aprendizado pedagógico, atividades artísticas e culturais, com resultados bastante animadores no que diz respeito à formação de um compromisso com a qualidade ambiental por parte da população.

O Instituto Ambiental do Paraná-IAP, no exercício de 1994, executou suas atividades no intuito de interromper o processo de destruição e desagregação ambiental, adotando as medidas de recuperação e ou minimização da agressão, buscando moldar uma mentalidade conservacionista e de proteção, objetivando sempre, enquanto Estado, contribuir para a compatibilização do desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. Neste sentido, foram firmados acordos de cooperação técnico-científica com universidades e órgãos internacionais, convênios com órgãos federais, estaduais e municipais, e ainda foi dada continuidade a programas e atividades em suas diretorias através de suas unidades, bem como descentralizando sua atuação através de seus 19 Escritórios Regionais.

As atividades são desenvolvidas, pela Assessoria de Planejamento e Diretorias de competência: DITEC - Diretoria Técnica

Científica; DIAMB - Diretoria de Informações Ambientais; DIFLA - Diretoria de Fiscalização e Licenciamento e DIAFI - Diretoria Administrativa e Financeira.

Na área de planejamento, a execução orçamentária buscou compatibilizar, no exercício de 1994, a necessidade dos projetos com as disponibilidades de recursos orçamentários para aplicação na execução da política do meio ambiente.

Para tanto, assessorou e coordenou a elaboração e a continuidade de projetos especiais de captação de recursos públicos estaduais, municipais e federais.

Na área de informática, a Assessoria de Planejamento desenvolveu trabalhos com relação à implantação de um Sistema de Informações Ambientais-SIA.

Informações Ambientais

O IAP conta com um Centro de Documentação que objetiva atender às necessidades internas de informação e documentação e fornecer apoio informativo e documental ao público. Seu acervo é constituído por, aproximadamente, 5.000 monografias, 150 títulos de periódicos, folhetos e relatórios, além da memória técnica das instituições que precederam o IAP. A cobertura temática do seu acervo abrange as áreas do meio ambiente, ecologia, engenharia sanitária e ambiental, recursos hídricos, poluição da água e do ar, águas residuárias, florestas, cartografia, direito agrário, reforma agrária e direito ambiental.

Cadastro Técnico Rural e Ambiental

Constitui-se em ferramenta de trabalho das mais importantes para qualquer planejamento regional. Entre as suas múltiplas finalidades estão o conhecimento da potencialidade agrícola e a capacidade de uso das terras, a identificação do uso e ocupação das áreas agrícolas, a identificação precisa da rede geodésica, dos limites, confrontações, rumos e distâncias dos perímetros e superfícies dos imóveis rurais, além da realidade ambiental do Paraná.

Foi concluído, em Foz do Iguaçu, o primeiro Cadastro Técnico Rural e Ambiental do País. O projeto foi realizado em conjunto com a Prefeitura da localidade e a Universidade Federal do Paraná, contando com a cooperação do Governo Alemão através da GTZ.

O cadastro relaciona e determina os limites precisos e a verdadeira situação de todos os 751 imóveis rurais de Foz, além do

levantamento dos recursos ambientais como matas ciliares, reflorestamentos, uso de agrotóxicos, qualidade de água e reservas legais.

O trabalho foi realizado por técnicos da SEMA/IAP através de levantamento aerofotogramétrico, visitas às propriedades rurais, produção de material cartográfico e da produção de memoriais descritivos de cada um dos imóveis da região. Cada proprietário rural recebeu cópia da planta individual de sua propriedade com respectivo memorial descritivo.

Esta iniciativa veio a se constituir um modelo a ser adotado para subsidiar a reforma agrária, o fim dos conflitos de terra e a proteção dos recursos naturais. Incentiva também alternativas econômicas, ecológicas e de infra-estrutura, proporcionando um incentivo à permanência do homem em seu meio natural.

Cartografia e Sensoriamento Remoto

Na Área de Cartografia e Sensoriamento Remoto, são coordenados e executados os serviços de mapeamento sistemático, cadastral, temático-ambiental, implantação e manutenção da Rede Geodésica Básica, Medição para fins de Regularização Fundiária dos Parques, Reservas, APAS e Unidades de Conservação, ainda identifica e monitora o Uso do Solo através de Imagens de Satélite.

No decorrer de 1994, merece destaque a implantação da Rede Geodésica Internacional de 1ª Ordem; a restituição plani-altimétrica para Reforma Agrária de 15 áreas num total de 17.000 ha; restituição planimétrica e cálculo de áreas da Estação Ecológica de Ilha Grande com 30.000 ha, além da elaboração de Mosaico de Imagens do Paraná, escala 1 : 1.000.000 (Paraná visto do Espaço) e, outros mapas.

Hidrologia e Hidrometria

Para a gestão dos recursos hídricos, é necessário o conhecimento da distribuição espacial e temporal desses recursos, além do monitoramento de sua qualidade.

As diferentes condições de qualidade de água são constantemente avaliadas e mapeadas através de uma rede de estações que monitoram as condições ambientais do Estado.

Com o conhecimento e a avaliação dos dados coletados através dessa rede de estações, são obtidas e prestadas informações mais precisas sobre o regime fluvial e pluvial do Estado, bem como sobre a qualidade e quantidade das águas destinadas ao consumo humano, industrial e para geração de energia elétrica. São dados que, interligados, permitem identificar pontos ou situações críticas e delinear políticas para o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas tanto no meio rural quanto no urbano.

A rede pluviométrica básica do Estado está sendo redimensionada e otimizada, trabalho realizado através de ações como a diminuição do número de Estações, o que gera uma considerável economia de recursos sem que haja redução na qualidade dos dados.

No monitoramento qualitativo dos recursos hídricos, realizado nas bacias hidrográficas do Estado, são determinados, para efeito de análise das condições ambientais, parâmetros físico-químicos, biológicos e ecotoxicológicos em rios e reservatórios, o que representa significativo avanço no processo de avaliação dos impactos sobre o meio ambiente.

O Instituto Ambiental do Paraná desenvolveu o “Sistema de Avaliação e Classificação de Qualidade das Águas dos Reservatórios do Estado do Paraná” e vem executando, desde 1987, o monitoramento sistemático desses ecossistemas. Neste exercício, foram pesquisados 20 lagos e reservatórios em todo o Estado, sendo 12 localizados na Região Metropolitana de Curitiba.

O atual quadro de degradação da qualidade das águas destes ambientes deverá ser revertido através da implementação de diversas medidas saneadoras já previstas dentro do Programa de Saneamento Ambiental (PROSAM).

Além disso, estão sendo desenvolvidos estudos para, a partir dos 1.500 poços profundos perfurados pelo IAP, elaborar um conjunto de mapas hidro-geológicos do Estado do Paraná, visando representar a exata localização e produção dos vários aquíferos existentes no Estado e subsidiar a comunidade sobre a obtenção de água subterrânea.

À área Técnica-Científica cabe administrar e manejar adequadamente as Unidades de Conservação do Estado, melhorando o perfil das áreas efetivamente protegidas, bem como responder pelo cálculo do índice de compensação fiscal - vertente Unidades de

Conservação (ICMS Ecológico), orientando e apoiando os municípios na gestão de Unidades de Conservação.

Entre suas principais atividades, podemos citar:

- Programa Paraná Rural - gerência, manutenção e manejo de 40 Unidades de Conservação Estaduais e trabalhos na elaboração do plano de manejo do Parque Estadual Pico do Marumbi.

- Programa de Impactos Ambientais de Barragens, atividade de elaboração de plano de manejo para a Estação Ecológica do Caiuá - Criação de Unidades de Conservação (Floresta Estadual de Santana, Córrego da Biquinha, Parque Estadual do Pau Oco) e Ampliação do Parque Estadual Agudo da Cotia, que passou de 1.009,37 ha para 2.698,68 ha, cuja denominação foi alterada para Parque Estadual Roberto Ribas Lange.

- ICMS Ecológico - Realização do 1º Encontro Nacional do ICMS Ecológico em novembro de 1994, com apresentação de trabalhos técnicos sobre o cumprimento da lei e sua contribuição na construção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação; Criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN estadual).

Produção de Mudas Florestais

A produção de mudas florestais no IAP é desenvolvida em 28 viveiros. As principais espécies produzidas são: araucária, ipê, canafístula, erva-mate, pitanga, cereja, goiaba, gurucuaia, peroba, imbuia, caroba, cedro e eucalipto.

As mudas destinam-se à execução de programas de recomposição de áreas de preservação permanente, de florestamento, reflorestamento e adensamentos florestais.

Para incremento da produção de mudas, a SEMA/IAP conta com um laboratório técnico voltado para as atividades de melhoria produtiva de sementes situado em Engenheiro Beltrão e outro laboratório de melhoria produtiva de sementes junto ao viveiro do Guatupê, em São José dos Pinhais, onde são realizadas análises sobre germinação, pureza, teor de umidade, tempo de armazenamento e produtividade de sementes.

Recuperação de Matas Ciliares - Projeto Água Limpa

O objetivo fundamental do Projeto Água Limpa é a recuperação dos mananciais do Estado do Paraná.

No exercício de 1994, foram recuperados 285 km de margens de rios o que totaliza uma recuperação total desde o início do Projeto de mais de 1.100 km de margens de rios, em 28 mananciais e afluentes de captação de água, beneficiando 42 municípios. Foram plantadas 1 milhão de mudas de espécies florestais nativas em 5.000 propriedades rurais beneficiadas.

Nesse Projeto, os agricultores são conscientizados acerca da importância de evitar o plantio de produtos agrícolas e a utilização de pastagens em, no mínimo, 30 metros das margens dos rios. Recebem também a instrução de plantar mudas de árvores nativas da região nas margens preservadas. Os técnicos da SEMA/IAP assessoram o processo e as mudas necessárias são fornecidas pelos viveiros próprios da Secretaria ou pelos viveiros das prefeituras que mantêm convênio com a SEMA/IAP.

Proteção à Fauna e Flora

As questões de fauna e flora do Estado vêm merecendo atenção por parte dos técnicos do IAP no sentido de compatibilizar o uso dos recursos hídricos e terrestres com a preservação da natureza.

Entre outros projetos desta área, destacam-se:

- estudos de espécies animais silvestres com populações em desequilíbrio, levando-se em conta não somente espécies com populações em excesso, caso da *Zenaida auriculata* (pomba-amargosa), como também espécies ameaçadas de extinção;

- elaboração e publicação das listas vermelhas de animais e vegetais com risco de extinção, num total de 169 espécies animais;

- realização através do convênio de cooperação técnica entre Brasil e Alemanha (IAP/GTZ), de levantamento faunístico e florístico da Bacia do rio Passaúna, com o objetivo de determinar método de avaliação de impactos ambientais em barragens;

- realização de levantamento fitossociológico da Bacia Hidrográfica do rio Irai, onde será construído futuro reservatório de abastecimento para a Grande Curitiba, com vistas a avaliar o impacto da obra sobre a vegetação;

- implementação, pelo CENTRO DE AQUICULTURA em Toledo, de tecnologias de reprodução natural e artificial para produção de peixes de importância ecológica e econômica do nosso Estado,

visando à recuperação de ecossistemas aquáticos e de impactos e o incentivo à piscicultura.

Saneamento Ambiental

Trata-se da realização de estudos e pesquisas, com objetivo de minimizar os impactos causados por poluentes no meio ambiente, através do desenvolvimento, adaptação e avaliação de tecnologias de tratamento e disposição de efluentes e do incentivo à implantação de processos de tecnologias limpas.

Entre as atividades desenvolvidas nesse sentido, destacam-se o diagnóstico da carga poluidora industrial do Estado; avaliação de tecnologias de tratamento de despejos industriais e a avaliação de tecnologias de controle de atividades poluidoras propostas em projetos apresentados com vistas ao licenciamento de atividades e estabelecimento dos respectivos critérios.

De acordo com o diagnóstico da carga poluidora industrial realizado no início deste governo, o número de indústrias geradoras de despejos líquidos orgânicos, em operação no Paraná, era de aproximadamente 480. Essa carga poluidora era equivalente ao esgoto produzido por uma população de 36,7 milhões de pessoas. O grave quadro foi alterado após a adoção de medidas de controle, baixando para o equivalente ao esgoto produzido por 1,2 milhões de habitantes, o que representa uma eficiência de cerca de 97% na remoção desta carga.

Tais dados mostram que, apesar do aumento do número de atividades poluidoras instaladas no Estado, as ações desenvolvidas pela SEMA/IAP têm garantido a redução da carga poluidora lançada e, conseqüentemente, a melhoria da água de nossos rios.

Desenvolvimento de Projetos Especiais

Floresta Atlântica - proteção e conservação do maior remanescente da cobertura vegetal da Floresta Atlântica brasileira.

A Floresta Atlântica é um dos biomas tropicais mais ameaçados de extinção, que encontra na zona litorânea do Paraná e de São Paulo uma das concentrações mais significativas de seus remanescentes, abrigando grande número de espécies endêmicas de fauna e flora.

Esse bioma constitui-se em uma das Reservas da Biosfera criadas pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, visto que o Paraná tem o “trecho contínuo melhor conservado de Floresta Atlântica no País” devido às suas condições estéticas, paisagísticas e ambientais, além de sua função como importante agente estabilizador do meio geológico e de contenção de sedimentos, o que garante atividades econômicas importantes não só para o Paraná como, também, para o Brasil.

O IAP vem desenvolvendo ações para conter as agressões ambientais e a pressão econômica exercida na região. Essas ações são realizadas com recursos provenientes do Estado e, ao mesmo tempo, em parceria com instituições de financiamento internacionais.

O Programa Paraná Rural - BIRD tem suas ações voltadas basicamente às áreas abrangidas pela Serra do Mar, com ações na Área de Especial Interesse Turístico (AEIT) do Marumbi e na porção Sul do tombamento da Serra do Mar (expansão da AEIT do Marumbi).

Foi elaborada proposta apresentada junto ao BIRD para financiamento do projeto para o triênio 94/96, que prevê recursos da ordem de US\$ 1,5 milhão para aplicação em equipamentos, obras para consolidação e implantação das Unidades de Conservação, além de pesquisas complementares.

Por último, ressalte-se que está sendo negociado com a instituição financeira alemã KfW, para desenvolvimento de ações de proteção da Floresta Atlântica. Os recursos previstos para o desenvolvimento do Projeto Floresta Atlântica / KfW representam a cifra de US\$ 13 milhões destinados a fundo perdido para o Paraná, sendo exigida uma contrapartida de 30%, ou seja, US\$ 3,9 milhões, totalizando US\$ 16,9 milhões em investimentos novos para proteção e preservação da Floresta Atlântica.

Regularização Fundiária

O IAP desenvolve um programa específico, promovendo a legitimação de posses e ocupações de terras, apuradas como devolutas. Esta atividade propicia ao produtor as condições básicas para que torne produtiva sua propriedade, tendo acesso ao financiamento de sua produção e à assistência técnica.

O grande objetivo alcançado com o trabalho de regularização fundiária é fazer com que a terra passe a exercer uma verdadeira função

social, deixando de representar mero bem de capital e assegurando a permanência do produtor no campo.

No exercício de 1994, foram trabalhadas 89 áreas de projetos definidos com, aproximadamente, 91.010,00 ha onde estão assentadas cerca de 4.311 famílias de agricultores.

Resíduos Sólidos e Agrotóxicos

Orienta a destinação dos resíduos sólidos e, na área de agrotóxicos, o estudo da destinação das embalagens, o cadastro de agrotóxicos e a aplicação de metodologia de monitoramento de resíduos no ambiente.

Promove a orientação técnica aos municípios quanto à coleta, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos.

Além da destinação do lixo domiciliar, industrial e hospitalar, a SEMA/IAP orienta e cria alternativas para a disposição final de resíduos oriundos do tratamento de efluentes.

Com caráter inédito, a SEMA/IAP organizou procedimentos para a execução de projeto interinstitucional de recolhimento e reaproveitamento de embalagens de agrotóxicos.

Foram criados também procedimentos para o cadastro de produtos agrotóxicos de uso não agropecuário, com o objetivo de normatizar e regulamentar sua comercialização e uso.

Programa Resíduos Sólidos Urbanos e de Saúde

O Programa busca desenvolver um atendimento rápido e eficiente às prefeituras municipais para solucionar a questão da destinação final dos resíduos sólidos urbanos, descentralizando suas ações.

Embora órgão de fiscalização, o IAP procurou sempre orientar as prefeituras antes da aplicação de medidas drásticas, conforme determina a legislação vigente, para que a sociedade não fosse prejudicada muitas vezes pelo descaso de algumas administrações municipais em resolver esta questão.

Como estratégia, foram elaborados 18 cursos regionais, facilitando o deslocamento dos técnicos municipais. Neste cursos, foram capacitados 783 técnicos. Como resultado imediato, houve por parte de 48% do municípios do Estado interesse em regularizar a situação.

Como conseqüência destes programas, aumentou-se significativamente o tempo de vida útil das áreas de destinação final, com uma produção maior de resíduos acondicionados de maneira correta, sem agredir o meio ambiente, e a participação mais efetiva da população nos programas de separação pré-domiciliar.

Recuperação de Áreas Degradadas

Objetiva recuperar áreas de baixa resistência, que apresentem baixa capacidade de valor em relação ao seu estado natural e onde a intervenção do homem seja indispensável para a recuperação de sua condição anterior.

O problema de degradação ambiental, no Estado do Paraná, assume elevada importância em virtude de milhares de pontos de degradação espalhados em todo o Estado. Para sanar o problema, foram desenvolvidas ações de treinamento, projetos de recuperação ambiental, entre outros.

Fiscalização e Licenciamento

A fiscalização ambiental compreende a execução de combate às formas predatórias de exploração dos recursos de fauna, da flora e das atividades economicamente poluidoras. Apesar destas atividades serem de caráter coercitivo, através da educação ambiental foi desenvolvida uma conscientização da população.

Nas inspeções de fiscalização, são verificadas as informações sobre as condições de exploração de matéria-prima utilizada, produção, captação de água, geração e tratamento de efluentes, operacionalidade das estações de tratamento e são coletadas amostras dos efluentes para análise laboratorial.

Para tanto, são aprimorados os parâmetros de licenciamento, somando os de toxidade aos tradicionais, possibilitando a detecção de elementos impactantes não mensuráveis, através de análises físico-químicas tradicionais.

As operações de fiscalização são realizadas por terra, por ar, com utilização de helicópteros, de um avião Sêneca, e nos rios e mar, com a utilização de embarcações especificamente preparadas para a atividade, resultando em 3.664 ações.

A Polícia Militar tem um destacamento próprio que serve de “braço armado” da SEMA/IAP, a Força Verde que empreende ações conjuntas com os técnicos capacitados para as operações fiscalizatórias. Aproximadamente, 400 homens da Polícia Militar participam dessas ações.

2.6. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2.6. AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

No decorrer de 1994, várias ações de significativo impacto no meio rural, com conseqüentes reflexos para a população urbana, foram desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e suas Vinculadas, tendo como diretrizes básicas a conservação e recuperação dos recursos naturais, o aumento da produção e da produtividade, a produção de alimentos básicos e o abastecimento.

Tratando da conservação e manejo adequado dos recursos naturais, merece destaque o PARANÁ RURAL, cuja denominação engloba os diversos Programas executados pela SEAB neste campo, com recursos do Tesouro do Estado e do BIRD, tendo já beneficiado 211.330 produtores rurais com mais de 50 práticas de conservação de solos em 2.340 microbacias hidrográficas que perfazem uma área de 6.800.000 ha, ou seja, 50% da área ocupada com agricultura e pecuária do Estado e quase 30% do território paranaense.

Somente em 1994, foram cadastradas 95 novas microbacias, beneficiando 10.000 produtores, abrangendo uma área de 380.000 ha.

No âmbito do Programa, foram readequados 3.000 km de estradas rurais que, somados aos 46.000 km já executados, facilitam o escoamento da produção agrícola; a implantação de 119 abastecedores comunitários beneficiou 2.260 produtores, contribuindo para a redução da poluição e fornecimento de água potável para estas comunidades; foram desenvolvidas práticas em conservação de solo em 45.350 ha, envolvendo 6.366 propriedades, garantindo, dessa forma, aumento da produção e produtividade agrícola; implantados 1.067 empreendimentos comunitários que beneficiaram 14.550 famílias; 6 milhões de mudas de essências florestais foram empregadas, num esforço para recompor a cobertura florestal do Estado e para fins econômicos, beneficiando 1.840 produtores.

Também num esforço para aumentar a produção, 34.000 produtores receberam subsídios para aquisição de calcário, sendo aplicados, com subsídios do Estado, em nossos solos, 510.000 toneladas desse importante corretivo. Além disso, visando intensificar o uso de tão importante insumo, foi ampliada a linha de crédito, em equivalência-produto, para financiamento pelo BANESTADO.

Com respeito ao calcário, salienta-se o investimento feito pelo Governo do Estado para implantação de uma adequada infra-

estrutura de embarque na região produtora e de desembarque nas regiões consumidoras. No terminal ferroviário de embarque, em Araucária e 3 de desembarque, em Cianorte, Guarapuava e União da Vitória, foram movimentadas 425.000 toneladas, atendendo 10.000 produtores rurais. E para facilitar ainda mais o acesso dos produtores a este insumo, foram construídos 38 Terminais Rodoviários de Calcário, distribuídos estrategicamente no Estado.

A abrangência das atividades extensionistas foi alcançada por 369 escritórios municipais e 23 escritórios distritais da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER-Pr, distribuídos nas 19 regiões administrativas. Apenas dois municípios recentemente criados não contam com a estrutura da EMATER-Pr; no entanto, os agricultores são atendidos pelas equipes dos municípios de onde foram desmembrados.

Dessa forma, são 412 as unidades de execução em campo, permitindo que a extensão rural esteja mais próxima da família rural, que seja mais eficaz nas suas ações, proporcionando facilidades para o agricultor participar, em conjunto, na busca do desenvolvimento rural. Foram concluídas as construções de 70 escritórios municipais da EMATER-Pr, com recursos do PARANÁ RURAL/BIRD, permitindo a adequação de bases físicas nos mais diversos municípios do Estado.

Sob a coordenação da SEAB e execução da EMATER, foi realizada a III EXPOSUL INTERNACIONAL que, em 1994, após 25 anos de existência, estabeleceu recordes de público (251.000 pessoas), de vendas (R\$ 18 milhões), de animais (6.380 cabeças) e da participação internacional (15 países).

No tocante aos investimentos, cabe destacar a conclusão do Pavilhão Internacional, no Parque de Exposições Castelo Branco.

Sendo impossível segmentar as ações em conservação dos recursos naturais e produção agrícola e desenvolvimento, deve-se mencionar que, no Programa de Irrigação e Drenagem, foram incorporados ao processo produtivo 2.000 ha de várzeas, beneficiando 180 produtores, além de serem concedidos subsídios para 142 projetos de irrigação por aspersão e plasticultura.

Através do Programa de Abastecimento Alimentar, foram implantadas 64 unidades de transformação animal e vegetal, como farinhas, engenhos de cana, moinhos coloniais e outras, agregando

renda aos produtores rurais. Ademais, foram apoiadas 4 hortas comunitárias de grande porte.

Pelo Programa de Apoio a Assentamentos Rurais, foram beneficiadas 1.145 famílias em 60 assentamentos, através de ações de suporte à produção, horas/máquina para preparo do solo, calcário, insumos, ferramentas, implementos, armazéns, moinhos e unidades de transformação. Foram apoiadas, também, 15 comunidades indígenas, atividade esta inovadora.

Prosseguiu, em 1994, a implantação do Programa Estadual de Revitalização da Cafeicultura, que preconiza a adoção de um modelo tecnológico desenvolvido pelo IAPAR, chamado de "Café Adensado". Através deste Programa, a cafeicultura paranaense teve seu modelo tecnológico redefinido, realizando a capacitação de 400 técnicos de extensão oficial, do Ministério da Agricultura Abastecimento e Reforma Agrária, de Prefeituras e de Cooperativas para atuarem no Programa. Foram implantadas 822 unidades demonstrativas, em todos os municípios cafeeiros do Estado e 51 viveiros, com capacidade inicial de produção de 20.000.000 de mudas desde 1991.

O Programa de Fruticultura desenvolveu ações no sentido do incremento de área plantada, melhoria da qualidade das frutas pós-colheita, difusão de tecnologia e capacitação de mão-de-obra, armazenagem e transformação de frutas e produção de mudas. Atendeu 1.800 produtores rurais com novos pomares, instalando 4 Packing-House, 5 câmaras frigoríficas, 5 unidades de difusão de tecnologia, 1 unidade de transformação e apoio a produção de 2.038.522 mudas. O esforço conjunto do Governo do Estado com a iniciativa privada culminou na inauguração da primeira fábrica de suco de laranja do Paraná.

O Programa de Produção Animal, idealizado para viabilizar a adoção de tecnologias que garantam o aumento da produtividade da pecuária do Estado, utilizou instrumentos a que, dificilmente, os pequenos criadores teriam acesso em condições normais. A inseminação artificial e a transferência de embriões foram as tecnologias eleitas para o melhoramento genético do rebanho bovino leiteiro.

O Projeto de Apoio à Inseminação Artificial para bovinos leiteiros - PIA, atingiu 15.600 propriedades rurais, realizando a inseminação de 100 mil fêmeas o que resultou no nascimento de 60.000 animais. O Sub-programa de Transferência de Embriões teve seu início com a inauguração da Central de Transferência de Embriões - CTE, em

Castro que apresentou a produção de 175 embriões viáveis e a comercialização de 17 receptoras prenhes. O Programa de Produção Animal apoiou a implantação de 6 minicentrals para a transferência de embriões em conjunto com diversas entidades.

Na área de Alimentação Animal, deu-se continuidade ao Programa de Recuperação Intensiva das Pastagens do Arenito Caiuá - REIPAR, que atendeu a 1.461 produtores rurais, atingindo a 29.252 ha de pastagens. A área trabalhada para silagem e para fenação atingiu 13,0 mil ha, propiciados pelo apoio à aquisição de 14 colhedoras de forragem e 1 conjunto de fenação, que se somaram aos 52 conjuntos de fenação e 76 colhedoras de forragem já existentes.

O Subprograma Centros de Produção apoiou a implantação de 7 Centros Municipais que, somados aos 59 já existentes, atenderam a 112 mil produtores.

Dando continuidade ao Subprograma de Ovinocultura, a SEAB repassou 69.219 fêmeas e apoiou a aquisição de 31 tosquiadeiras e 18 conjuntos de equipamentos para trabalhos artesanais em lã.

O setor de Apicultura, o Programa de Produção Animal deu apoio a 242 apicultores na aquisição de equipamentos apícolas.

O Programa de Apoio à Produção do Novilho Precoce, lançado no final de 1993, atendeu a 24 produtores com financiamento de reprodutores e instalações para confinamento. Já o Programa Vaca Leiteira, através do financiamento de matrizes leiteiras, em 94, elaborou 104 projetos atingindo 1.018 fêmeas.

O Subprograma de Pesca e Aquicultura atendeu a 15 Associações/colônias/cooperativa, atingindo 1.410 pescadores/piscicultores, além do suporte à implantação de indústria de beneficiamento de pescado em Palotina.

Além dessas ações, o Programa de Produção Animal atuou em Bubalinocultura, Suinocultura, Sericicultura e organização dos criadores através de Associações, Sindicatos, Cooperativas e Sociedades Rurais.

As atividades específicas de Defesa e Fiscalização Agropecuária, com a finalidade de garantir a boa qualidade dos insumos utilizados na agropecuária, a sanidade animal e vegetal, e, por conseguinte, a produção de alimentos.

Graças aos trabalhos realizados pela Defesa Sanitária Animal, o Paraná credenciou-se como exportador de carnes principalmente bovina, e de frangos. Foram vacinados, em 1994, 7.810.627 bovinos.

Foi ampliada a área de vacinação contra a Peste Suína Clássica, abrangendo agora todo o Estado e efetuada a implantação do Programa de Erradicação da Febre Aftosa.

Dando continuidade aos trabalhos de fiscalização realizados pelo Serviço de Inspeção do Paraná, que objetiva a qualidade higiênico-sanitária dos produtos e, por consequência, a saúde da população, foram fiscalizados 325 estabelecimentos de produtos de origem animal e construídos, reformados ou reaparelhados 67 matadouros municipais.

Com a aprovação da Lei nº 10.799 de 25.05.94 e o Decreto 4.210 de 01.11.94, tornou-se obrigatória a Inspeção Sanitária e Industrial em todo o território estadual de todos os produtos de origem animal.

O Serviço de Inspeção de Sementes e Mudanças vem propiciando, através da certificação e fiscalização, o aumento da produtividade via introdução de novas variedades e da garantia da qualidade desses insumos. Neste período, foram inspecionados 160.000 hectares de campos de sementes, assegurando a qualidade de 418.927 toneladas de sementes e 120.200.000 mudas, ou 1.228 inspeções.

A qualidade dos insumos (agrotóxicos, sementes, mudas, fertilizantes e corretivos) foi garantida através de 18.448 fiscalizações, realizadas em estabelecimentos que comercializam esses produtos. Foram coletadas 12.552 amostras de agrotóxicos, sementes e mudas para análise laboratorial.

Merece destaque a disponibilidade do Banco de Dados informatizado sobre Agrotóxicos, que contém informações agrônômicas sobre 789 marcas comerciais e que possibilita informações técnicas à disposição da agricultura paranaense.

Foram liberados 12.303,78 ha de área para o plantio de citros em todo o Estado.

Continua o monitoramento da vespa da madeira com a instalação de 3.500 árvores armadilhas, visando salvaguardar o maior parque florestal de pinus SPP do Sul do Brasil.

Através do Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti, Laboratório de Diagnóstico de Doenças Animais e Vegetais, em apoio aos diversos programas desenvolvidos, foram realizados 100.858 exames.

Dentro do Programa por Equivalência Produto - "PANELA CHEIA" foram efetuados 14.730 contratos de financiamento no valor de 55 milhões de dólares e 41 contratos no Programa BOM EMPREGO AGROINDUSTRIAL, no valor de 1,0 milhão de dólares. O objetivo maior é apoiar os investimentos produtivos nas propriedades rurais.

Na CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A.-CEASA/PR, o apoio à comercialização de hortigranjeiros, realizado apenas com recursos diretamente arrecadados, possibilitou a movimentação de aproximadamente 874.520 toneladas de produtos, nas CEASAS de Curitiba, Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel e no Hortomercado de Santa Quitéria (Curitiba).

Considerando-se os preços médios praticados ao longo do ano, a transação das 874.520 toneladas, correspondeu à cerca de US\$ 318,5 milhões (trezentos e dezoito milhões e quinhentos mil dólares) que, em comparação à 1993 e registrou um incremento de 3% no volume comercializado e 28,6% no preço médio, que passou de US\$ 0,28/kg para US\$ 0,36/kg, refletindo principalmente a elevação ocorrida por ocasião da transformação da moeda. Ainda assim, a cotação média de 1994 é 15% inferior a de 1990, já que no Plano Collor, apesar do congelamento, o preço médio por kg alcançou US\$ 0,42.

Já o programa Atendimento a Famílias de Baixa Renda que é operacionalizado com recursos repassados pelo Tesouro do Estado, além de contar com o Fundo Rotativo de Contas oriundo do BNDES, propiciou a venda de aproximadamente 7.575 toneladas referente a 29 produtos básicos (arroz, feijão, açúcar, farinha de trigo, óleo de soja, etc.), beneficiando 41.950 famílias em 33 municípios do Estado, as quais tiveram acesso a tais gêneros essenciais com uma economia média de 18,5%. As vendas efetuadas através dos Mercadões Populares (ônibus), Compras Comunitárias e Armazéns Comunitários (fixos), visando especificamente às famílias cadastradas com até 3 salários mínimos de renda, atingiram cerca de 4,17 milhões de dólares.

Finalmente, cabe destacar o Projeto COOPNUTRI-Termo de Cooperação Nutricional que possibilitou a doação de 829.000 kg de produtos hortifrutícolas, sem condições ideais de comercialização na CEASA/Curitiba, suprimindo as necessidades nutricionais de 32.380 pessoas, em 132 entidades assistenciais, devidamente credenciados pelo PROVOPAR e Prefeitura Municipal de Curitiba.

Dentro da atividade de Armazenagem, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ-CODAPAR

concluiu as obras da Indústria de Moagem de Calcário dolomítico de Guapirama, com uma capacidade para até 100.000 toneladas de calcário/ano.

A Classificação de Produtos de Origem Vegetal, realizada pela EMPRESA PARANAENSE DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS-CLASPAR, constituiu-se em atividade auxiliar de comercialização, que objetivou aproximar os diferentes agentes do mercado, estabelecendo parâmetros de qualidade, mediante normas pré-estabelecidas de padronização da produção agrícola. É instrumento de apoio à comercialização e à Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal. Foram classificadas 7.160.000 toneladas de produtos.

No porto de Paranaguá, a CLASPAR controla a qualidade de produtos agrícolas destinados à exportação, especificamente farelo de soja e óleo de soja, visando enquadrar os lotes formados em "pool" de exportação às exigências do mercado internacional, contribuindo desta forma na obtenção de melhores preços e no resgate da imagem do Brasil junto aos países importadores.

O INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ-IAPAR atuou na geração e difusão do conhecimento científico e no campo tecnológico para o desenvolvimento da agropecuária e do setor agro-industrial paranaense, executando 146 projetos de pesquisas através da condução de 360 experimentos.

Destaca-se o lançamento de novas variedades de feijão IAPAR-72 e de laranja doce IAPAR-73; produção de 815,4 toneladas de sementes básicas das diversas culturas e distribuição de 82.600 borbulhas, além da prestação de serviços de avaliação de cultivares, execução de 41.687 análises de solos e 2.054 análises de nutrição animal, principalmente a difusão de resultados científicos.

Dando continuidade ao Projeto de Pesquisa Agropecuária e Treinamento do Programa PARANÁ RURAL, o IAPAR atua no monitoramento de 05 microbacias e na condução de experimentos em manejo e conservação do solo; fruticultura; desenvolvimento florestal e de racionalização de insumos.

O Projeto Sistema de Meteorologia do Paraná-SIMEPAR, uma parceria IAPAR e COPEL, está implantando no Paraná um sistema avançado em termos científicos e tecnológicos, para gerar dados e previsões na áreas de meteorologia, climatologia, recursos hídricos e ambientais.

2.7. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.7. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O Secretário Especial da Indústria e do Comércio desenvolveu seus trabalhos visando à promoção econômica e ao desenvolvimento industrial do Paraná.

Para alcançar os objetivos propostos foi efetuado levantamento dos incentivos fiscais estaduais - diretos e indiretos (SANEPAR, COPEL, DER) - e municipais, catalogando e divulgando o trabalho de cada município para atração de empresas.

No exercício de 1994, merecem destaque as seguintes atividades: criação de 1.535 novas empresas no primeiro semestre do exercício correspondendo a 11,6 empresas/dia útil; contato com 50 empresas de outros estados, consolidando a transferência de 9 delas para o Paraná; 2.110 operações solicitadas ao Programa Bom Emprego Industrial/Urbano, correspondendo a R\$130 milhões de investimentos, R\$ 83 milhões de financiamentos 14.454 novos empregos gerados e manutenção de 15.915 empregos.

O Paraná foi indicado pelo Ministério das Relações Exteriores, como Estado Destaque na Feira de Hannover de 1995, cabendo ao Secretário Especial da Indústria e do Comércio, por designação do Governador, a coordenação dessa participação. Foi firmado convênio com o SEBRAE/BRDE/SEPL-IPARDES, para a definição, por região, de setores estratégicos e prioritários ao desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Além disso, cabe registrar, ao fim do exercício, o lançamento do Programa Pró-Paraná, elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria de Estado da Fazenda, que apresenta condições para a intensificação da industrialização do Paraná.

Dentre as atividades desenvolvidas, cabe mencionar:

- Gestões junto à Comunidade Comum Européia para posterior elaboração de documentos, em conjunto com o Centro de Integração Tecnológica do Paraná-CITPAR, visando aprovar a instalação do Eurocenter em Curitiba, com o objetivo buscar novas tecnologias dos países da Comunidade paranaenses e empresas da Comunidade Comum Européia. A solicitação da instalação do escritório foi aprovada pela CCE, aguardando-se definição da data de instalação.

- Desenvolvimento das atividades decorrentes do convênio SEIC/ITAMARATY - Projeto SIPRI - que visa à transferência de tecnologia e atração de investimentos estrangeiros para o Paraná.

- Divulgação de oportunidades de cooperação entre empresas paranaenses e estrangeiras, encaminhadas através dos consulados e embaixadas do Brasil no exterior, bem como, à missões estrangeiras e diplomáticas em visita ao Estado do Paraná.

- Elaboração do projeto final sobre Barracões Industriais, em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, conforme Decreto n. 3.105, de 18/03/94.

- Assinatura de convênio de cooperação técnica com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE, para desenvolver ações em nível municipal que possibilitem a implantação e consolidação de barracões industriais. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em 15 municípios.

- Execução do projeto "Levantamento do Setor Florestal e Madeireiro do Paraná", desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme Termo de Cooperação Técnica entre SEIC/UEPG. O trabalho foi apresentado ao setor madeireiro das regiões dos Campos Gerais e Cascavel e suas conclusões identificam as reais necessidades e ações a serem implantadas com vistas à recuperação do setor madeireiro nestas regiões.

- Execução e coordenação das atividades da indústria e do comércio, que compõem, junto com a agropecuária, a EXPOSUL INTERNACIONAL, realizada no período de 15 a 23 de outubro de 1994. Foram obtidos resultados significativos com a presença de 330.000 pessoas; comercialização da indústria e do comércio R\$ 17,7 milhões; participação estrangeira (consulados, missões comerciais e câmaras de comércio): 15 expositores; participação nacional: 265 expositores.

- Participação na III Exposul Internacional com a organização e efetivação da I Rodada de Negócios Internacional", reunindo 113 empresas, sendo 33 estrangeiras.

- Abertura do escritório do Mercosul em Buenos Aires, com apoiado pela FIEP, CEXPAR e BANESTADO, com o objetivo de assessorar empresas paranaenses no comércio de exportação de produtos industrializados aquele país, caracterizando-se como suporte a micro, pequenos e médios empresários, dando-lhes o status necessário para a concretização de seus negócios.

- Assessoramento aos trabalhos desenvolvidos pelas "Casa Mercosul" de Cascavel, Foz do Iguaçu e Londrina, no contato com empresários locais no intuito de instruí-los quanto à adaptação as novas normas de comércio exterior que vigorará a partir de janeiro de 1995.

- Manutenção, pelo Núcleo Mercosul, de atividades rotineiras de contatos com empresários e representações oficiais da Argentina, Paraguai e Uruguai. Efetuado acompanhamento dos subgrupos de trabalho e do Grupo Mercado Comum, onde se enquadram a política de comércio exterior dirigida ao Mercosul e os procedimentos administrativos na importação e exportação comercial.

- Pesquisa sobre o Perfil do Investidor Paranaense mediante entrevista em 4.509 estabelecimentos industriais implantados no Estado no exercício de 1993 e 1º semestre de 1994, envolvendo o apoio das prefeituras municipais através dos órgãos responsáveis pela área de indústria nos municípios.

- Viabilização do acesso, via CELEPAR, ao Balcão Sebrae para pesquisas de insumo e produtos de empresas paranaenses.

- Atualização da base de dados do Sistema de Informações da Indústria e do Comércio, abrangendo 168.467 estabelecimentos.

- Acompanhamento do convênio SEIC-FIEP, sobre indicadores conjunturais da indústria paranaense.

- Estruturação de cadastro de entidades e organismos internacionais - não governamentais - para viabilização de convênios de intercâmbio na área econômico-social.

- Realização do IV Encontro Estadual dos Secretários Municipais de Indústria e Comércio, em junho, com participação de representação de cerca de 100 municípios, com o objetivo de discutir a atração de investimentos para o Estado.

- Indicação pelo Ministério das Relações Exteriores, do Estado do Paraná como "Estado Destaque" na Feira de Hannover que será realizada em abril de 1995, cabendo ao Secretário Especial da Indústria e do Comércio coordenar esta participação.

- Viagem do Secretário Especial da Indústria e do Comércio e Assessor para Colônia, Frankfurt, Stuttgart, Munique e Hamburgo, para manter contatos com entidades privadas e do Governo da Alemanha em preparação à participação do Estado do Paraná como "Estado Destaque" na Feira de Hannover de 1995.

2.8. ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.8. ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No exercício de 1994, a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia-SETI desenvolveu suas atividades em consonância com as estratégias governamentais, conforme descrito a seguir.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A área da Ciência e Tecnologia envolve a Coordenadoria de Ciência e Tecnologia-CCT, a Minerais do Paraná-MINEROPAR e o Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR.

A COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA desenvolveu projetos e programas especiais, buscando cumprir as prioridades governamentais.

- Programa Paranaense de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Micro e Pequena Empresa-PADT, desenvolvido em conjunto com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE, com a interveniência da SEPL, SEFA e SEIC, tendo sido contratados 3 projetos, estando em análise financeira 6 projetos e, em análise preliminar, 2 projetos.

- Parque Tecnológico Agroindustrial do Oeste, convênio firmado entre SETI, FUNDETEC, Município de Cascavel, TECPAR e DER, com a interveniência da SEPL, visando dotar a região Oeste de uma infra-estrutura tecnológica (laboratórios) e apoio empresarial (treinamento na área de gestão) e incubadora tecnológica compatíveis com as necessidades regionais.

- Sistema de Informações Geoquímicas do Paraná-SIGEP, convênio firmado entre SETI e MINEROPAR, cabendo a esta o desenvolvimento de "Estudos Geoquímicos Orientativos" e a constituição da "Base de Dados Geoquímicos" e à SETI o apoio financeiro e acompanhamento das etapas do projeto.

- Incubadora Tecnológica de Curitiba-INTEC, dirigida e coordenada pela CCT/SETI; inaugurou suas instalações com 1.500 m² de área construída, cuja obra foi financiada pela Fundação Banco do Brasil e TECPAR.

- Rede Araucária-Rede Paranaense de Pesquisa, constituição de Conselho Gestor, presidido pela SETI e de Comitê Técnico, coordenado pela UFPR.

- Prêmio Paranaense de Ciência E Tecnologia, Coordenação das atividades para o julgamento do 8º Prêmio e da cerimônia oficial de entrega dos prêmios nas áreas de Ciências de Engenharia e Ciências Biológicas; lançamento do 9º Prêmio nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e Ciências da Saúde.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR

O TECPAR, em 1994, orientou suas atividades para "Promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e industrial do Paraná, a produção de biológicos e a prestação de serviços laboratoriais, contribuindo para melhoria da qualidade de vida da população".

A Área de Tecnologia Química e Biológica abrange um amplo campo de atividades, desenvolveu testes, análises, projetos especiais e consultoria a empresas e outros interessados.

O setor de Divisão de Química Orgânica realizou serviços de assistência tecnológica para indústrias de alimentos e bebidas, defensivos agrícolas e resíduos e medicamentos.

No campo da Divisão de Química Inorgânica foram elaborados pareceres e prestados serviços de consultoria técnica a pequenas e médias empresas e análises de 4.073 amostras: minérios e minerais, solos, fertilizantes, produtos industriais, pareceres técnicos e absorção atômica.

A Divisão de Química Industrial realizou ensaios físico-químicos de matérias-primas ou produtos de indústrias de cerâmicas, de borracha, de plásticos, tintas, vernizes, solventes, madeiras, couros, domissanitários, combustíveis e lubrificantes, efetuando análise de 2.610 amostras.

A Divisão de Análises Biológicas é responsável pelo controle e orientação técnica às indústrias, permitindo-lhes identificar, avaliar e eliminar problemas que possam comprometer a qualidade de seus produtos. Realizam também ensaios para avaliação de potência e inocuidade em imunobiológicos; foram efetuadas análises de 6.075 amostras.

As atividades de pesquisa, desenvolvimento de produtos biológicos, técnicas de diagnósticos e prestação de serviços especializados às indústrias estão a cargo da Divisão de Biologia Ambiental.

Atendendo à demanda nacional, o Departamento de Produção Industrial produziu vacinas anti-rábica Canina e para uso humano, antígeno para Diagnóstico Brucelose, tuberculina P.P.D. Mamífera, Aviária, antígeno para Diagnóstico Brucelose pró-Valenta, totalizando 25.310.995 doses.

O Departamento de Produção Animal, com significativo contingente de animais mantidos sob rigorosas condições técnicas, deu suporte necessário à manutenção do elevado padrão de qualidade de vacinas; aos trabalhos de pesquisa nas áreas de biotecnologia e toxicologia, e no controle da qualidade de medicamentos e equipe médico-hospitalares. A excelência desses biotérios é reconhecida pela OPS/OMS, que os recomenda como Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Técnicos para a América Latina. Produziu ainda: 6.409.018 camundongos, 35.619 ratos e 3.322 cobaias, totalizando 6.448.159 unidades;

O Departamento de Tecnologia Industrial com o objetivo de promover o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos industriais paranaenses, atuou junto às indústrias prestando serviços técnicos e informações científicas voltadas à geração e adaptação de tecnologias, através de suas divisões: Metal Mecânica; Eletro-Eletrônica; de Engenharia; de Informação Científica e Tecnológica Industrial.

Encontram-se em andamento 31 projetos, entre os quais destacam-se o Qualidade Paraná, Mecânica de Precisão, Sistemas Especialistas, capacitação em Metrologia e Microtécnica.

Foram firmados os seguintes convênios de cooperação:

. RELAT - de âmbito do MERCOSUL, composto pelos Institutos do Brasil (TECPAR), Argentina (CERIDE), Paraguai (INTN) e Uruguai (LATU), objetivando a infra-estrutura laboratorial adequada a critérios e procedimentos padronizados e reconhecidos, que tenham credibilidade internacional.

. NRI/CNPq/IBCT - o Núcleo Regional de informações Tecnológicas do Paraná - NRI/PR objetiva oferecer serviços de

informação tecnológica e industrial nas áreas de metal-mecânica, Eletro-Eletrônica e Agroindústria.

. INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE, promoção de intercâmbio técnico e institucional nas áreas científicas e tecnológicas.

. CRIQ - convênio de Cooperação Técnica com o CENTRE DE RECHERCHE INDUSTRIELLE DO QUEBEC.

MINERAIS DO PARANÁ S/A - MINEROPAR

A MINEROPAR, no exercício de 1994, dentro de sua missão precípua de atuar na área de geologia e mineração, realizou as seguintes atividades:

Programa de Pesquisa de Recursos Minerais

- Projeto Calcário Agrícola - Norte Pioneiro - descoberta de duas jazidas de calcário em Guapirama e Sapopema.

- Projeto Calcário Calcítico - Vale da Ribeira - descoberta e caracterização de um depósito de calcário em Cerro Azul.

Programa de Geologia Básica e Temática

- Projeto Geologia de Planejamento - Atendimento a 13 municípios, visando ao disciplinamento do uso e ocupação do solo, em convênio firmado com a FAMEPAR e COMEC.

Sistema de Informações Geoquímicas do Paraná - SIGEP

Institucionalizado através do Decreto nº 4.088/94, cujo objetivo é dotar o Estado do Paraná de um sistema capaz de gerar, organizar e manter base de dados geoquímicos, com a finalidade de subsidiar os setores agrícola, ambiental, de saúde e recursos minerais, com o apoio financeiro da SETI.

Atração de Investimentos

No exercício, foram ratificadas as negociações com as empresas privadas interessadas, através de processo licitatório nos minerais a seguir: Carvão Antracitoso, Campina dos Pupos; Calcário Agrícola em Sapopema e Guapirama; Ouro em Campo Largo.

Apoio às Instituições Públicas

Consubstanciou-se através de cooperação técnica com os Estado de Mato Grosso do Sul e Roraima, com transferência pela MINEROPAR de "know how" nas áreas de prospecção e geologia de planejamento e inúmeros órgãos do Estado (CODAPAR, CASA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, etc.).

Levantamento das Potencialidades Minerais dos Municípios

Através de Acordos de Cooperação, a empresa subsidiou, mediante pesquisa geológica, cinco municípios, com informações de seus potenciais, permitindo à municipalidade a atração de indústrias do setor.

ENSINO SUPERIOR

As principais atividades desenvolvidas pela SETI, através da Coordenadoria de Ensino Superior-CES, Universidades Estaduais de Londrina-UEL, Maringá-UEM, Ponta Grossa-UEPG, do Oeste do Paraná-UNIOESTE e do Centro-Oeste do Paraná-UNICENTRO e das Faculdades Estaduais de Curitiba-FAP e EMBAP, de Paranaguá-FAFIPAR, de Jacarezinho-FAFIJA, FAEFIJA e FUNDINOPI, de Apucarana-FECEA, de Campo Mourão-FECILCAM, de Cornélio Procópio-FAFI/CP, de Paranavai-FAFIPA, e de União da Vitória-FAFI/UV, no exercício de 1994, foram as seguintes:

- consolidação do Sistema Estadual de Ensino Universitário Público e gratuito de qualidade, envolvendo a Capital e os grandes pólos regionais do Paraná, com benefício para 45.661 acadêmicos;

- manutenção de 16 instituições de Ensino Superior Estadual, sendo 5 Universidades e 11 Faculdades Isoladas, abrangendo 155 cursos de graduação, 134 cursos de pós-graduação: 20 em nível de *stricto sensu* (18 de mestrado e 02 de doutorado); 116 em nível de *lato sensu*

(especialização), corresponde a um universo de 4.897 docentes, atuando em atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração e 3.105 técnicos-administrativos;

- a formação e qualificação de profissionais, nas mais diversas áreas do saber, incrementando o mercado de trabalho com 7.623 graduados e 4.272 pós-graduados;

- o incentivo à qualificação dos Docentes de Ensino Superior, através da titulação em pós-graduação e permanentes atualizações com atividades de curta duração;

- a autorização para funcionamento dos Cursos de Ciências Contábeis, Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória; Licenciatura em Matemática, a ser ministrado fora de sede, na cidade de Palmeira, UEPG; Ciências Econômicas, FAFIG/UNICENTRO de Guarapuava; Reconhecimento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE;

- a avaliação sistemática do Sistema de Ensino Superior, visando a uma melhor distribuição quantitativa e qualitativa de esforços e recursos, detectando áreas deficitárias e áreas sobrecarregadas, a fim de realizar os investimentos coerentes ao processo de desenvolvimento social;

- aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Informações do Ensino Superior do Paraná, objetivando o estabelecimento de diagnóstico para a elaboração de diretrizes e política para o 3º Grau;

- o Programa de Integração/Capacitação, com vistas à capacitação dos profissionais de ensino de 1º e 2º Graus das Escolas Públicas, através da SEED/CES-SETI;

- a manutenção e administração do Hospital Universitário de Londrina e dos Colégios Agrícolas de Ponta Grossa e Campo Mourão;

- o desenvolvimento de pesquisas em projetos para diversas áreas do conhecimento, reforçando o papel do Estado como indutor do processo de desenvolvimento sócio-econômico;

- o III Fórum de Licenciaturas, visando ao aperfeiçoamento do Ensino Superior;

- a elaboração de Projeto de Informatização das Faculdades Estaduais Isoladas, com vistas à melhoria da qualidade da gestão administrativa do ensino superior e da pesquisa dessas instituições.

2.9. TRANSPORTES

2.9. TRANSPORTES

Em 1994, as ações do governo no setor de Transportes foram dirigidas, principalmente, para o melhoramento e manutenção das redes rodoviárias municipal e estadual, como também para dotar o Estado de sistema ferroviário e portuário eficientes.

No que concerne à rede de rodovias municipais, deu-se ênfase aos programas de pavimentação poliédrica, que apresenta menor custo de implantação, absorve mais mão-de-obra e proporciona custo de manutenção mais baixo, bem como aos programas de adequação de estradas e construção de pontes de concreto, executados em parceria com as prefeituras.

Por outro lado, através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, deu-se andamento ao programa do BID IV, destinado a recuperar e rejuvenescer uma grande extensão de pavimento da malha estadual.

Na área ferroviária, o Governo através da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A., aplicou vultosos recursos financeiros em obras de infra e superestrutura da ligação Guarapuava-Cascavel, que está sendo executada em convênio com o Exército Nacional, com data de conclusão prevista para o final do período. O destaque ao sistema ferroviário é justificado pela necessidade de escoar a produção de influência ao porto de Paranaguá, a custos mais econômicos do que os rodoviários, visando com isso não só alcançar competitividade nos mercados internacionais, mas também viabilizar a atividade produtora.

Na área portuária, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina encerra o ano alcançando a marca histórica na movimentação de cargas, atingindo mais de 17 milhões de toneladas, entre a importação e a exportação, ou seja, um crescimento de 14,55% em relação a 1993.

Esse desempenho foi devido a condições operacionais implementadas nos portos de Paranaguá e Antonina, tais como melhoramentos, reformas e manutenção do sistema existente.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

A rede rodoviária do Estado do Paraná está estruturada em três níveis distintos (federal, estadual e municipal) que, atuando de forma integrada, constituem o Sistema Rodoviário do Estado do Paraná..

A sua extensão total é da ordem de 261.344,35 km, sendo desses 245.619,68 km referentes ao sistema municipal, 12.426,97 km ao estadual e 3.297,70 km ao federal.

A rede estadual pavimentada sob jurisdição do Estado e conservada pelo DER/PR, perfaz atualmente 9.872,1 km, incluindo os segmentos duplicados.

CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

Pode-se afirmar que o Estado já dispõe de uma infra-estrutura rodoviária básica implantada, não exigindo de imediato obras novas de grande porte. Contratou e concluiu a pavimentação asfáltica de 41,31 km de rodovias, a construção de 2.386,57 m de obras-de-arte especiais e permanecem em andamento a pavimentação de 380,25 km e a execução de 3.846,87 m de pontes, dos quais 4.522,30 refere-se à ponte sobre o rio Paraná em Guaíra.

Destacaram-se as seguintes obras concluídas no ano: o trevo, em Ponta Grossa, na intersecção da BR376 com PR151, e o Contorno Norte de Curitiba (PR092-BR277).

Entre as obras em andamento cabe citar:

- Ponte sobre o rio Paraná em Guaíra
- Duplicação da BR376 (Curitiba - Garuva)
- Capanema - Marmelândia
- Cascavel - Jota Esse
- Inácio Martins - Guamirim
- Teixeira Soares - Guaragi
- Tibagi - Telêmaco Borba
- Palmital - Laranjal
- Jota Esse - Cafelândia
- Rio Branco - Entr. PR082
- Ponte e acesso internacional sobre o Rio Sto. Antonio
- Coronel Vivida - Honório Serpa
- Bituruna - Porto Vitória
- Contorno Norte de Maringá
- Irati - Imbituva

Ainda na construção de novas rodovias, o DER/PR tem desenvolvido um programa de pavimentação poliédrica em rodovias vicinais com baixo volume de tráfego (até 300 veículos / dia).

Foram concluídos 180,00 km de pavimentação poliédrica, através de convênios com municípios, e estão em andamento outros 2.883,00 km

Com relação aos projetos, foram concluídos 1.241,23 km de projetos estruturais, 276,62 km de restauração e 2194,15 m de pontes e viadutos.

Na área de CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS, entre os serviços rotineiros e de melhoramentos realizados relativos à segurança rodoviária, destacam-se a reposição de sinalização horizontal em quase 1.200 km de rodovias estaduais e a produção de 2.720 m² de placas para sinalização vertical.

Na CONSERVAÇÃO PERIÓDICA, foram executados através do Programa Normal e da cooperação financeira do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), 248,80 km de Lama Asfáltica e 243 ,07 km de Recapeamento e Restauração e estão em andamento, atualmente, 128,00 km de lama asfáltica (Subprograma de Selagem) e 606,60 km de recapes e restaurações (Subprograma de Reabilitação).

APOIO RODOVIÁRIO AOS MUNICÍPIOS

A integração dos trabalhos de conservação em estradas rurais, respeitando as características de solo, as peculiaridades geográficas e a hidrografia local, é indispensável para o futuro da agricultura paranaense.

Desta forma, o DER/PR é o executor da adequação de estradas rurais municipais, no Programa Paraná-Rural, parcialmente financiado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

No ano, foram concluídos 2.300,00 km de adequação de rodovias, estando em execução outros 1.000,00 km.

Com as Patrulhas Rodoviárias do DER, foram executados revestimento primário em 1.956,16 km de rodovias municipais.

Deu-se continuidade ao Programa Mutirão de Pontes, onde o DER/PR realizou o fornecimento, transporte e montagem de 1.571,60 m

de vigas pré-moldadas de concreto para a construção de pontes em rodovias municipais.

Outra atividade de auxílio aos municípios foi a instalação de abrigos para passageiros em paradas de ônibus, no qual foram fornecidos, 262 abrigos para as Prefeituras Municipais, implantados nos pontos de parada mais necessários em estradas federais e estaduais.

MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS

O sistema Ferry-Boat, gerenciado pelo DER/PR, transportou um total de 830.702 veículos.

No sistema de transporte coletivo intermunicipal, foram transportados aproximadamente 69 milhões de passageiros, através de 41 empresas, que utilizaram 2.329 veículos em 746 linhas de operação.

TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Em 1994, foram repassados recursos para aquisição ou recuperação e manutenção de balsas e embarcações para os Municípios de Nova Cantu, Godoy Moreira, Mirador, Cantagalo, Lapa, São Pedro do Ivaí, Douradina e Guaraqueçaba no valor total de R\$ 270.608,01.

Além das atividades de acompanhamento junto aos órgãos federais, responsáveis pelo modal hidroviário, foram elaboradas mensalmente as planilhas de composição e cálculo das tarifas do serviço de Ferry-Boats, travessia da Baía de Guaratuba, bem como a SETR tem participado intensamente na avaliação de projetos hidroelétricos, apresentados nos Comitês Executivos de Estudos Integrados das Bacias dos rios Paranapanema e Ribeira do Iguape e nos estudos relativos à elaboração do Plano Diretor para utilização dos Recursos Hídricos do Estado do Paraná coordenado pela SEDU e executado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão.

REDE AEROPORTUÁRIA

O Transporte Aeroviário exige uma permanente preocupação com a manutenção e o melhoramento da rede básica do Estado, que conta com 84 aeródromos, dos quais 36 são públicos pavimentados. No período, foram desenvolvidas ações de conservação dessas instalações,

bem como foram feitos investimentos em equipamentos de proteção ao vôo, de modo a aumentar a segurança operacional desta modalidade.

Essas atividades objetivaram a consolidação da infraestrutura aeroviária do Estado, principalmente pela instalação de equipamentos de proteção ao vôo, principalmente através de pintura de sinalização horizontal de pista, cujas obras receberam o aporte de aproximadamente R\$ 357.000,00.

Cabe destacar a execução do Projeto de Engenharia para ampliação da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Cascavel, em mais 600 metros, devidamente aprovado junto ao Ministério da Aeronáutica no valor de R\$ 1.141.369,68.

Elaborado e encaminhado ao Ministério da Aeronáutica Termo Aditivo aos Convênios firmados entre o Estado do Paraná e aquele Ministério, relativos à construção da pista de pouso e decolagem do novo aeroporto de Maringá.

Foram definidos os valores de R\$ 1.931.902,00 como contrapartida do Estado e R\$ 4.507.772,00 como participação do Ministério, com recursos do PROFAA - Programa Federal de Auxílios a Aeroportos.

A execução da obra está a cargo da Prefeitura Municipal de Maringá, conforme Convênio específico firmado para esse fim.

Foi elaborado o novo Mapa Aeroviário do Estado tendo sido impressos 5.000 mapas distribuídos nos aeroportos para pilotos, proprietários e demais usuários do sistema.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

A Estrada de Ferro Paraná Oeste - Ferroeste S/A, sociedade de economia mista controlada pelo Estado, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, detém a concessão federal para construir uma ferrovia entre Guarapuava e Guaíra, numa extensão de 419 km.

Orçada em US\$ 600 milhões, a obra foi modulada em duas fases: a primeira, com 248 km, ligando Guarapuava a Cascavel; a segunda, com 171 km, unindo Cascavel a Guaíra.

Na primeira fase, existem dois módulos. O módulo I, que liga a linha da RFFSA em Guarapuava ao terminal rodoferroviário da Cooperativa Agrária de Entre Rios Ltda., numa extensão de 16 quilômetros, concluída em 1993.

A celeridade e o volume de recursos verificados na construção do trecho relativo ao módulo II, da primeira fase, ligando a Cooperativa Agrária à cidade de Cascavel, num total de 232 km, demonstra que a modalidade ferroviária de transportes foi a que mais recebeu a atenção do atual governo, por entender que os custos de comercialização da produção brasileira de soja tem sido muito elevados, principalmente pela ausência de modal adequado de transportes nas áreas de maior densidade.

O traçado da ferrovia abrange regiões que apresentam condições de preço e desempenho de produção competitivos. Sua área de influência atinge o oeste e o sudoeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, leste e nordeste do Paraguai e norte da Argentina. A Ferroeste atenderá áreas interligadas por outros modais de transportes e integrará um moderno sistema de escoamento de toda a sua área de influência, além de trazer, no sentido Porto-inteiro, insumos agrícolas a custos menores.

Executada pelos Batalhões de Lages (SC) e Araguari (MG), por força de convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Exército, a ferrovia, em dezembro de 1993, atingia 50% dos trabalhos de infra-estrutura concluídos.

Neste ano, a terraplenagem, as obras-de-arte corrente e especiais (bueiros, drenagem, túnel de 400m, pontes, viadutos e interseções), que se definem como infra-estrutura, foram totalmente concluídas, com investimentos na ordem de 96.5 milhões de dólares, com recursos provenientes do Tesouro do Estado.

Os procedimentos licitatórios promovidos pela FERROESTE, inclusive uma concorrência internacional, viabilizaram a aquisição de todos os insumos necessários à superestrutura, tendo sido empregados recursos, aportados pelo erário, no montante de 41 milhões de dólares nas compras de trilhos, dormentes de madeira e concreto, brita lastro, aparelhos de mudança de vias, chumbadores de dormentes, grampos para trilhos e outros materiais de fixação.

Como resultado da concorrência internacional, para aquisição de 17.000 toneladas de trilhos, foram providos outros 10 milhões de dólares representados por origens de recursos de terceiros, mediante aceite de notas promissórias vencíveis em 12, 18 e 24 meses.

Os trabalhos de avançamento da superestrutura (assentamento de dormentes, trilhos, lastros, etc.) possibilitam prever que a ferrovia chegará à Cascavel até o final deste ano.

Na cidade de Cascavel foram iniciadas as obras de construção do Terminal Integrado de Cargas, pressupondo, em decorrência, que a próxima safra de verão já possa ser transportada pela ferrovia.

COORDENAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS DE TRANSPORTES

Visando à manutenção e melhoria de estradas rurais, recuperação de equipamentos rodoviários, construção e recuperação de instalações relacionados com o sistema de transportes, foram prestados 61 operações de auxílio financeiro a Municípios, totalizando R\$ 2.092.544,60 (dois milhões, noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).

A CPPT está representando a Secretaria de Estado dos Transportes na Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia, responsável pela licitação da concessão para construção, manutenção e exploração do Complexo Operacional Rodoviário sobre o rio Paraná, entre o Estado do Paraná - Brasil e o Departamento de Alto Paraná - Paraguai, que compreende a construção da nova ponte internacional de Foz do Iguaçu e a recuperação da Ponte da Amizade. O processo licitatório está iniciado, com a publicação do Edital e a apresentação de propostas prevista para 31/05/95.

Cabe citar a celebração dos Convênios de Cooperação Técnica e Financeira entre o Governo do Estado do Paraná e as seguintes Prefeituras Municipais :

Foz do Iguaçu - Construção da Avenida Beira Rio, ligando as Pontes Internacionais da Amizade e Tancredo Neves Valor do Convênio: R\$ 3.317.871,16

Campo Largo - Canalização do rio Cambuí, numa extensão de 1.080 metros. Valor do Convênio: R\$ 1.750.000,00

Matinhos - Duplicação do Contorno de Matinhos. Valor do Convênio: R\$ 3.112.645,20

Elaborado o novo Sistema Rodoviário Estadual, definindo a malha rodoviário sob jurisdição Estadual através do Decreto Estadual nº 3.016 de 28/01/94.

ATIVIDADES PORTUÁRIAS

Mesmo enfrentando grandes desafios, como a necessidade emergente de ampliar o espaço de atracação para atender à demanda de cargas, o sistema portuário paranaense apresentou crescimento na oferta de serviços em todos os segmentos. Nas cargas industrializadas ou semi-industrializadas, o ano foi generoso, com a ampliação projetada da clientela em 24%, se comparar com o desempenho do ano de 1993.

Nos granéis, o complexo soja mostrou-se mais ativo, aumentando os embarques de soja e farelo conseguiram ampliar em mais de 1 milhão de toneladas na relação com o ano passado, representando acréscimo de trabalho da ordem de 12%. O soja em grão contribuiu com 2,3 milhões de toneladas (em 93 o total foi de 1,8 milhão de toneladas) e os farelos somaram 5,8 milhões de toneladas, contra 4,9 milhões do ano anterior. No total, os granéis sólidos devem contribuir com 10,5 milhões de toneladas, respondendo por um acréscimo de 10%.

Já nos granéis líquidos, aponta-se para o excepcional desempenho do mercado exportador de óleos vegetais, que saltou de 262 mil para 774 mil toneladas, trinta dias antes de encerrar o ano. No conjunto, a variação foi de 19,77% em relação a 1993, representando importante acréscimo de trabalho neste segmento. A movimentação dos granéis líquidos pode chegar a quase 4 milhões de toneladas.

Estrategicamente situado no continente Sul-Americano e com privilegiada localização geográfica, bem ao centro de uma rica região industrial e produtora agrícola do País, o sistema portuário do Estado constitui-se no ponto que liga em menor distância, regiões de consumo/produção do Brasil com países do Mercosul - Argentina, Paraguai e Uruguai.

A avaliação geo-econômico tem sido decisiva para a manutenção e expansão da clientela do porto, quando acrescentada à preocupação com a qualidade total e produtividade dos serviços no porto. O porto de Paranaguá é detentor do título de maior exportador de cereais da América Latina. E vem somando esforços para agregar eficiência e competitividade, reduzindo o tempo de permanência dos navios e da carga em Paranaguá. Para isso vem dinamizando a operacionalidade dos terminais que atuam na área dos fertilizantes, congelados, bobinas de papel, madeira e outros. E quer, ainda, prosseguir na política de parceria do Estado com a iniciativa privada. A parceria iniciou-se na década de 70 no sistema Corredores de Exportação com resultados tão importantes que

projetam Paranaguá como um porto moderno e, em muitos pontos, identificado com terminais marítimos dos países industrializados.

Os portos de Paranaguá e Antonina movimentarão 17 milhões e 204 mil toneladas de mercadorias, registrando crescimento de cargas na ordem de 14,55% em relação ao desempenho obtido no ano passado, conforme dados constantes do demonstrativo a seguir.

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA SEGUNDO OS ANOS DE 1990 -
1994 EM MIL TONELADAS

ANOS	PORTO DE PARANAGUÁ			PORTO DE ANTONINA	TOTAL
	CARGA GERAL	GRANÉIS SÓLIDOS	GRANÉIS LÍQUIDOS		
1990	1.587	8.619	2.703	22	12.931
1991	1.694	8.181	2.446	1	12.322
1992	1.713	8.684	2.618		13.015
1993	2.249	9.509	3.261		15.019
1994*	2.790	10.463	3.915	36	17.204

FONTE: APPA/SETR

(*) ESTIMATIVA

A carga geral, industrializada e semi-industrializada, foi o setor que obteve maior crescimento no ano, chegando ao patamar de 2,8 milhões de toneladas movimentadas, com expansão de 24% em relação ao ano de 1993.

No tocante à Receita Cambial, os portos de Paranaguá e Antonina tiveram uma participação substancial na Balança Comercial, com mais de US\$ 3,5 bilhões de receita cambial. O aumento da receita, em relação ao ano de 1993, foi aproximadamente de US\$ 1,0 bilhão. As maiores movimentações responsáveis por esse crescimento foram as exportações de madeira/manufaturada, soja em grão, farelos e óleos vegetais.

RECEITA CAMBIAL 1990 - 1994

ANO	TON. LÍQUIDA (milhões)	RECEITA (US\$ bilhões)	RECEITA (US\$/t)
1990	8,3	2,591	312,17
1991	7,9	2,396	303,29
1992	8,2	2,498	304,63
1993	9,8	2,434	248,42
1994*	11,9	3,540	297,51

FONTE: APPA/SETR

(*) ESTIMATIVA

Os portos de Paranaguá e Antonina, sofrendo os impactos da implantação das reformas administrativas e de gestão, através da Lei 8.630/93, não obteve investimentos com recursos provenientes do Governo Federal tendo sido cancelados todos os recursos destinados a projetos para os portos.

Atendendo às necessidades prementes, a Administração dos Portos, com um esforço de trabalho, aplicou recursos próprios na ordem de US\$ 6 milhões na manutenção de equipamentos e instalações.

PORTO DE ANTONINA

O porto de Antonina experimentou, ao longo de 1994, os primeiros sinais de sua reativação, situação esta que vem a se concretizar tendo em vista aos projetos que ora se verifica.

Após estudos batimétricos e geofísicos, melhoria da sinalização hidrográfica para a navegação, reforma do guindaste, reparo nos armazéns e limpeza no cais e pátios, Antonina recebeu o primeiro navio em maio, depois de mil dias sem movimento.

Desde então não cessou o fluxo de navios, tendo alcançado o número de 10, sendo 7 de longo curso, devendo chegar a 14 até o final do ano.

No ano, serão movimentadas mais de 36 mil toneladas de mercadorias e, a considerar pelos próximos navios programados, a tendência que se verifica é da manutenção do ritmo da movimentação

compatível com as estruturas atuais e dentro de padrões considerados satisfatórios.

Além do açúcar e caulim foram manipulados ácido bórico, borato de sódio e bobinas de papel.

O contrato operacional firmado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina com a Flutrans-Terminais Marítimos S/A., descortina um novo horizonte para Antonina, uma vez que o terminal Barão de Teffé será inteiramente adaptado à operação com barcas que movimentarão cargas em navios fundeados ao largo.

Foi objeto de concorrência pública o terminal Frigorificado da Ponta do Félix, que deverá estar operando em 2 anos, na Baía de Antonina, dentro da área do porto organizado, que representará um importante avanço tecnológico na manipulação de cargas congeladas e ou frigorificadas.

2.10. ENERGIA

2.10. ENERGIA

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Derivação do Rio Jordão

Para aumentar em 550.000 Mwh por ano a capacidade da Usina Hidrelétrica de Segredo, estão em andamento as obras de desvio de parte da vazão do rio Jordão para o reservatório daquela usina.

Afluente do Iguaçu que deságua 2 km a jusante de Segredo, o rio Jordão terá mantida, abaixo da barragem de desvio, vazão mínima de 10 metros cúbicos por segundo, aproveitada por pequena central hidrelétrica de 6,5 MW de potência instalada.

A partir de janeiro de 1994, a COPEL assumiu a execução do projeto executivo da derivação do rio Jordão cuja elaboração está em andamento.

As obras civis desse empreendimento, após licitadas, foram contratadas e encontram-se em desenvolvimento, de acordo com o cronograma, que prevê sua conclusão em meados de 1996.

Usina Hidrelétrica de Salto Caxias

Situada no rio Iguaçu, entre os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, a Usina tem potência projetada de 1.240 MW e deverá começar a operar em dezembro de 1998.

Após a concessão da licença de instalação pelo Instituto Ambiental do Paraná, e da aprovação pelo Ministério de Minas e Energia - Departamento Nacional Águas e Energia Elétrica do projeto básico, mediante a Portaria nº 332, de 15.04.94, teve início o processo referente à concorrência internacional das obras civis desse empreendimento.

Em 31.08.94, foram recebidas 18 propostas de um total de 31 empresas participantes da licitação, sendo 9 individualmente e 22 agrupadas em 9 consórcios. O resultado final da licitação foi divulgado no início de dezembro.

Durante todo o ano de 1994, prosseguiram as atividades de elaboração do projeto básico (mecânico, elétrico e de meio-ambiente) e do projeto executivo (civil) pelo consórcio projetista encarregado desse trabalho.

AUTOMATIZAÇÃO DE SUBESTAÇÕES E USINAS

A COPEL adotou a automatização de subestações e pequenas centrais hidrelétricas como uma de suas prioridades, com vistas à redução dos custos operacionais e melhoria da confiabilidade do sistema elétrico.

Através da supervisão e controle mais eficientes do fornecimento de energia, a serem alcançados com seu programa de automatização, a COPEL atingirá níveis de qualidade mais adequados às exigências de seus consumidores.

O programa, que é plurianual, vem sendo implantado gradativamente. Até o final de 1994, o número de subestações automatizadas alcançará 23 unidades, representando 26% do total programado. O número de centros automatizados de operação de estações elevou-se para 9 unidades, correspondentes a 82% do total do programa. Com uma pequena hidrelétrica já automatizada, o programa prossegue com a implantação de automatização em outras duas usinas.

A implantação do programa vem propiciando melhoria da qualidade dos serviços da empresa e redução de seus custos. Com os resultados já alcançados nesse programa, iniciado em 1993, estima-se em US\$ 1,6 milhão a economia anual proveniente da redução dos custos operacionais. O investimento para atender ao programa, em 1994, foi da ordem de US\$ 6,4 milhões.

DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Programa Qualiluz

Concluído em julho, o Programa representou um investimento de US\$ 8,8 milhões, em obras para redução da quantidade e da duração das interrupções no fornecimento de energia elétrica, de modo a garantir aos consumidores serviço de melhor qualidade. Por esse programa, foram realizadas obras de construção de 233 km de linhas de distribuição, reforço de 256 km de linhas e alimentadores já existentes, melhoria em 684 circuitos em baixa tensão e construção de rede compacta no Município de Maringá.

Rede Compacta

A COPEL está implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização próxima das redes de distribuição. Essas redes evitam corte e poda das árvores e melhoram a qualidade do fornecimento ao reduzir o número de desligamentos.

Foram implantados 50 km de rede compacta na cidade de Maringá, com investimento de US\$ 1,4 milhão, beneficiando diretamente mais de 44.000 habitantes.

Convênios com outras prefeituras estão sendo realizados com vistas à implantação de redes compactas, tendo sido firmados convênios para implantação inicial em Foz do Iguaçu e Londrina de 11 km e 25 km de redes compactas, respectivamente.

Programas Sociais

O maior programa de eletrificação rural em andamento no País, o FORÇA RURAL, comercializou, mais de 8.500 ligações, alcançando o total das 50.000 ligações projetadas, tendo concretizado 36.500 dessas ligações, com investimento de US\$ 22,1 milhões.

O FORÇA COMUNITÁRIA, programa social de eletrificação urbana, atingiu sua meta inicial de 80.000 ligações um ano antes do previsto, levando maior conforto para famílias carentes, com custo reduzido e condições facilitadas. O sucesso do programa levou a COPEL a elevar as previsões de ligações para 100.000. A nova meta também foi ultrapassada: só em 1994, foram comercializadas mais de 20.000 ligações, com investimento de US\$ 2,35 milhões.

Atendimento na Ilha das Peças

Para propiciar melhor qualidade de vida aos moradores e estimular o turismo na região, foram implantados, na ilha, 3.289 metros de redes de distribuição em alta e baixa tensão e dois grupos geradores diesel com 150 kVA de potência cada um, assegurando, com isso, o atendimento de 140 ligações de energia elétrica, cujo investimento foi da ordem de US\$ 380 mil.

Além dos programas citados, foram ampliados os sistemas de distribuição e transmissão de energia elétrica, de modo a assegurar a qualidade e a confiabilidade dos mesmos, tendo sido registrado um

aumento de cerca 4,7% no número de ligações e o consumo foi da ordem de 4,0% superior ao do ano anterior.

Com o objetivo de reduzir seus custos e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de seus serviços, beneficiando o consumidor, a COPEL obteve do DNAEE, em caráter pioneiro no Brasil, autorização para realizar as leituras dos medidores de energia elétrica a cada 90 dias, a partir do mês de outubro de 1994.

Assim, entre uma leitura e outra, as faturas mensais são emitidas com base na média do consumo medido no trimestre anterior.

A implantação da leitura trimestral foi feita de forma gradativa, abrangendo um terço dos consumidores da área urbana em outubro, o segundo terço em novembro e o restante em dezembro.

OFERTA DE GÁS CANALIZADO

Medidas efetivas estão sendo tomadas para dotar o Paraná de gás canalizado. Energético nobre, não poluente e de largo emprego nos setores produtivos, o gás significará um salto de qualidade para a indústria paranaense.

A oferta desse novo energético será de fundamental importância para assegurar competitividade às nossas empresas, tanto em termos econômicos quanto em qualidade, e também para a atração de novos investimentos e geração de novos empregos.

Para tanto, foi ultimada a criação da COMPAGÁS - Companhia Paranaense de Gás, empresa controlada pela COPEL e que marca a parceria da concessionária estadual de energia com a PETROBRÁS Distribuidora e com capitais privados, através da DUTOPAR.

A COMPAGÁS nasce comprometida com a eficiência da sua controladora, a COPEL, e com a mesma responsabilidade social de propiciar o desenvolvimento do Paraná, elevando o padrão de vida da sua população.

APRESENTAÇÃO DA COPEL AO MERCADO DE CAPITAIS

Com vistas à obtenção de recursos para os programas de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a COPEL transformou-se, em companhia de capital aberto; com registro

junto à Comissão de Valores Mobiliários-CVM, obtido em 04.04.94, a Companhia passou a ter seus papéis negociados nas principais bolsas de valores do País.

ASPECTOS FINANCEIROS

Empréstimos para o Programa de Investimentos

A COPEL assinou com a ELETROBRÁS contratos de financiamento com recursos oriundos do FINEL - Fundo de Financiamento da ELETROBRÁS, no montante de R\$ 366.153 mil, sendo R\$ 307.713 mil para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, R\$ 37.240 mil para o programa de transmissão e R\$ 21.200 mil para o programa de distribuição.

Os projetos da COPEL foram aprovados sem restrições pelo Comitê de Priorização do FINEL e, dentre todas as concessionárias do setor elétrico, a Empresa foi a que obteve o maior volume de recursos de financiamento.

Tais empréstimos, aliados à venda das ações da COPEL de propriedade do Governo do Estado, viabilizam de forma definitiva a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, fortalecendo ainda mais a imagem da Companhia e, conseqüentemente, valorizando suas ações.

Foi assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID um aditivo ao contrato que financiou parte da construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, transferindo a sobra de recursos, no montante de US\$ 45 milhões, para a obra de Derivação do Rio Jordão.

Resultados Financeiros

A COPEL realizou sucessivos lucros nos trimestres de março, junho e setembro. No balancete de 30.09.94 o lucro apurado era de R\$ 58.071 mil. Isso demonstra que a gestão da Companhia se pautou pela contínua busca de eficiência. Com esse resultado inédito, a Companhia avança futuras operações de captação de recursos, via emissão de ações ou debêntures conversíveis.

2.11. EDUCAÇÃO

2.11. EDUCAÇÃO

Com a preocupação de cumprir as metas determinadas no Plano de Governo e concretizar os compromissos assumidos por esta administração junto aos paranaenses, a Secretaria de Estado da Educação-SEED voltou suas ações para a melhoria e universalização da educação básica; valorização do magistério; reversão do fracasso escolar; gestão democrática da escola, com a participação da comunidade; e, resgate da importância do ensino público.

O Governo do Estado executou uma série de medidas que apontaram para a modernização e descentralização da máquina administrativa. Mas, principalmente, optou a administração estadual por sair dos gabinetes oficiais e se abrir às mais diversas parcerias.

Estas parcerias, que respaldaram as propostas de resgate da escola pública, universal e gratuita, se deram em várias frentes: com o magistério, através do diálogo aberto, franco e incentivador do agente primeiro da Educação, que é o professor; com a União e com os municípios, numa articulação necessária para se assegurar às crianças, jovens e adultos a oportunidade do ensino regular, especial e supletivo; com instituições de ensino superior, dentro de projetos voltados à reciclagem e ao aperfeiçoamento do quadro de pessoal administrativo e docente; com a sociedade, convocando a comunidade e seus segmentos organizados para participarem do debate educacional, da gestão da escola e da implementação de propostas dirigidas aos educandos com necessidades especiais, às classes marginalizadas e àqueles que não tiveram acesso aos bancos escolares em idade própria.

As ações de ordem interna e as parcerias levaram à consecução dos compromissos públicos, garantindo a recuperação da imagem da escola pública paranaense e assegurando o resgate da cidadania.

São inegáveis os avanços que a escola pública do Paraná alcançou, chegando a um invejável patamar, reforçando e estruturando bases da Educação para o século XXI.

Hoje, a escola pública define seus rumos; apresentando autonomia administrativa, com trabalho articulado entre direção e conselho escolar; a escola tem autonomia financeira, através dos recursos distribuídos pelo Fundo Rotativo; possui autonomia pedagógica,

incentivando a busca de inovações e desenvolvimento de seu projeto político-pedagógico.

O saldo principal das ações desencadeadas nos últimos quatro anos, no entanto, está evidenciado num enfoque moderno para a Educação: “a educação é para todos e é compromisso de todos”. Este compromisso da sociedade paranaense ficou patente quando da discussão, neste ano, em torno do Pano Decenal de Educação Para Todos do Estado do Paraná. Os 371 municípios elaboraram seus planos decenais e 90% das escolas apresentaram propostas feitas pelos educadores. A comunidade entendeu que deve participar do processo educativo e ajudar na sua execução. Hoje, com efeito, o Paraná possui um plano democrático, global e integrado para a educação nos próximos dez anos.

ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

Na área do 1º Grau, a Secretaria de Estado da Educação logrou alcançar a universalização do ensino fundamental, proporcionando a cobertura de 95% da clientela. Melhorou a qualidade do ensino ofertado às crianças paranaenses, através da maior distribuição de insumos didático-pedagógicos e do desenvolvimento de ações de inovação e experimentação. Produziu cadernos pedagógicos a partir do currículo básico, para todas as áreas e disciplinas.

Também fez ampla e sistemática distribuição de livros às bibliotecas das escolas. Desenvolveu programas de qualificação dos quadros técnicos da administração central e dos Núcleos Regionais, conquistando sintonia e articulação entre as equipes de diversas instâncias.

Implantou, experimentalmente, o Ciclo Básico de Alfabetização num continuum de quatro séries em 122 escolas estaduais, visando à eliminação da reprovação.

Lançou o Programa Estadual de Saúde Bucal, para levar aos escolares orientação sobre higiene bucal e ações de escovação e de bochecho com flúor.

Consolidou um contrato de empréstimo junto ao Banco Mundial - BIRD, para desenvolver o Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná - cujo valor de 200 milhões de dólares garantirá

investimentos em expansão e melhoria da rede física, treinamento de pessoal e aquisição de material didático e outras ações.

ENSINO DE SEGUNDO GRAU

Na esfera do 2º Grau, foram consolidadas as propostas pedagógicas do setor, expandindo a oferta de vagas para atender à demanda reprimida.

Hoje, o ensino de 2º grau está presente em 99% dos municípios, com um crescimento na ordem de 34% das matrículas. Proporcionou, ainda, o aperfeiçoamento dos professores e demais profissionais que atuam nos estabelecimentos da rede estadual e assegurou condições efetivas de atualização para cerca de 55 mil professores, diretores, coordenadores de cursos/habilitação/estágio.

A necessária reestruturação curricular dos cursos técnicos também foi implementada, contemplando as áreas de saúde, agrícola, florestal, secretariado e administração. Com relação à melhoria das instalações físicas, ampliação das bibliotecas e instrumentalização dos laboratórios dos cursos técnicos, a Secretaria da Educação adquiriu laboratórios de física/química/biologia e distribuiu acervos bibliográficos.

Estas medidas, além de provocarem a elevação dos índices de aproveitamento, induziram à redução das taxas de evasão e repetência, como se constata especialmente na rede de colégios agrícolas. A propósito, o ensino agrícola é hoje referencial, não só pelos seus estabelecimentos regulares mas, também, pelo Programa das Casas Familiares Rurais, que, através da pedagogia da alternância, levam educação informal aos filhos dos pequenos agricultores e estendem ação educativa às suas famílias. Cabe salientar, ainda, os Seminários de Avaliação Escolar - que possibilitaram a discussão profunda da metodologia de avaliação escolar adotada, resultando na Campanha de Retorno à Escola e no projeto "2º Grau passado a limpo", como concretização de uma redução naquelas taxas de evasão e repetência.

O fecho positivo das ações nesta área conseguiu-se neste ano, com a obtenção de sinal favorável do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID a um programa que deverá orientar aproximadamente US\$ 200 milhões para a melhoria da qualidade do ensino e incentivo à preparação de técnicos para o mercado de trabalho,

tendo em vista a expansão industrial e os avanços tecnológicos dentro de uma economia em processo de globalização.

ENSINO SUPLETIVO

O compromisso com a cidadania levou à implementação de uma série de ações e parcerias, voltadas aos segmentos da população que não tiveram acesso aos bancos escolares ou que, por inúmeros motivos, se afastaram da escola.

Com cursos supletivos de alfabetização e de escolarização, levou aos trabalhadores das indústrias, aos bóia-frias e aos índios não só uma educação de qualidade, mas também, uma consciência democrática e social.

Esta possibilidade de recuperação do tempo perdido foi materializada através de uma rede abrangente de Centros e Núcleos Avançados de Ensino Supletivo e da abertura de espaços nas empresas privadas; e contou com a valorização efetiva do professor que atende a estes jovens e adultos das mais diversas condições sociais, culturais, econômica e psicológicas. Os saldos são indiscutivelmente positivos e expressiva a clientela atendida. No entanto, a luta maior é, e deverá continuar sendo, assegurar ao cidadão o direito de freqüentar o ensino regular na idade apropriada.

RECURSOS HUMANOS

No trato das políticas de pessoal, se algumas metas deixaram de ser cumpridas, o Governo do Estado sempre esteve aberto ao diálogo e sempre buscou um atendimento diferenciado ao magistério. Demonstração de que houve acerto na condução do processo e prova de que houve sintonia com os anseios dos professores é o fato de que, durante os quatro anos desta administração não se registrou sequer um dia de paralisação do magistério, sendo o Paraná, neste aspecto, uma exceção nacional. A preocupação do Governo do Estado em garantir a regularidade no setor ficou evidente com a promoção de concursos públicos e de testes seletivos. No tocante à valorização salarial do professor, a Secretaria de Estado da Educação elevou o nível de 39.931 professores com concursos de promoção vertical e diagonal, criou gratificações (20% para quem leciona em escola de difícil acesso ou no ensino noturno, 35% de apoio educacional, 45% para os que exercem

cargo de direção nas escolas, entre outras) e assegurou aumentos diferenciados do restante do funcionalismo. A Secretaria da Educação deixa, em andamento, as propostas de enquadramento nos Quadros Próprio do Magistério e Único de Pessoal dos professores amparado pela Lei 10.219/92 e de criação de novas séries de classe e níveis de vencimento (F-6 e G-7) para os que possuem cursos de pós-graduação em nível de especialização mestrado ou doutorado.

Para maior articulação e entrosamento entre os diversos setores, a SEED aproximou o Centro de Treinamento do Magistério do Paraná-CETEPAR dos Núcleos Regionais para elaboração de planos de capacitação do magistério e de implementação de cursos, dando ênfase à emergente concepção de filosofia educacional calcada da Escola Cidadã. A perfeita articulação, a existência de espaços adequados e o planejamento criterioso possibilitaram a todos os professores a participação em cursos de 80 horas/ano - a partir de 1994, graças a uma extensa rede de antenas parabólicas e da instrumentalização de Núcleos Regionais e escolas-, possibilitando ao professor cumprir metade desta carga horária sem se deslocar de seu município. O CETEPAR também ganhou repercussão nacional, em função dos trabalhos desenvolvidos dentro dos projetos de "Pedagogia de Informática Educativa" e de "Ensino à Distância", tornando-se efetivamente um referencial para outros estados.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Paraná, nos últimos doze anos, é o Estado que mais vem priorizando a Educação Especial, voltada aos cidadãos portadores de deficiências. Vale salientar que a ONU estima em 10% da população com algum tipo de deficiência, constituindo, no Paraná, portanto, este um universo de aproximadamente 900 mil pessoas. Dentro da política de expansão e interiorização da Educação Especial, foram atingidos cerca de 39.000 alunos, sendo 17.753 atendidos em escolas do Estado e 21.641, em escolas mantidas por organismos não governamentais conveniados à Secretaria de Estado da Educação.

Foram criados 754 programas especiais no ensino regular, sendo 163 na área da deficiência auditiva, 13 na de física, 508 na de mental, 65 na de visual, dois na de distúrbios de aprendizagem, seis na de conduta típica, e cinco na área de múltiplo atendimento. Através de convênios, foram implantados 74 programas em instituições filantrópicas

de ensino especializado. Além da ampliação do atendimento, buscou-se a melhoria dos serviços através de maior articulação com os Núcleos Regionais; capacitação e atualização dos recursos humanos; oferta de estudos adicionais por instituições de ensino superior e em nível de 2º Grau; repasse de verbas do salário-educação e do Tesouro Estadual, para ampliação de convênios com as entidades de ensino especializado; repasse de recursos para construção, manutenção e reformas; cedência de professores ou convênios específicos para as áreas de educação artística, física e musical; piso salarial equivalente ao nível PB-2 e mais 50% de gratificação para os professores com especialização. Todas as ações implementadas no Ensino Especial - inúmeras delas em parceria com secretarias e órgãos públicos, com instituições privadas e com segmentos organizados da sociedade - também foram norteadas pela preocupação de assegurar integração e normalização na comunidade do cidadão portador de deficiência.

Deve-se salientar a estreita sintonia com o governo federal e o acerto na condução das políticas de implantação e de gestão dos Centros de Atenção Integral à Criança - CAIC's. Através destes centros, a administração estadual conseguiu trazer para o Paraná investimentos da ordem de US\$ 120 milhões, materializados em 28 unidades que já estão em funcionamento com atendimento a 40.000 crianças de pré-escola e 1º grau.

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Para o exercício de 1994, foi elaborado um novo Plano de Metas devidamente aprovado pelo Conselho Escolar.

Apoio Pedagógico à Professores e Alunos

- Propiciadas palestras, cursos, seminários e congressos internos e externos para professores e alunos.
- Implantação total do projeto Político Pedagógico.
- Instalação do Laboratório de Matemática.
- Continuidade na construção do prédio que abrigará o Laboratório de Mecânica de solos no Canteiro de Obras.
- Aquisição de 338 livros para a atualização do acervo da Biblioteca e recebidos em doação 589 títulos.

- Auxílio aos alunos carentes com o funcionamento do Banco de livros didáticos usados e uniformes.
- Manutenção do fornecimento de merenda escolar gratuita ou subsidiada aos alunos e funcionários carentes.
- Elaborado o Plano Diretor de Informática do CEP.
- Viabilizada a assinatura de Termo de Convênio entre SEED e SEPL/IPARDES visando à aquisição de equipamentos de informática para a informatização interligada da área administrativa.
- Apoio total a assuntos culturais.

Apoio para a Melhoria da Qualidade Administrativa

- Efetivadas várias palestras para a melhoria do desempenho do pessoal de serviços gerais, inspetores de alunos, recepcionistas, seguranças, porteiros e atendentes da merenda escolar;
- Escolarização em nível de 1ª a 4ª série pelo sistema de ensino supletivo para funcionários de serviços gerais;
- Apoio pedagógico para servidores em nível de 5ª a 8ª série, em convênio com o Centro de Estudos Supletivos de Curitiba.

INSTITUTO EDUCACIONAL DO PARANÁ - FUNDEPAR

No exercício de 1994, a FUNDEPAR atuou dentro das atribuições que lhe são conferidas tais como construção, ampliação, reformas e conservação de prédios escolares; o suprimento das unidades escolares com materiais, equipamentos, utensílios e gêneros; estudos e pesquisas sobre temas afetos à educação, e promoção de atividades relacionadas ao incentivo à melhoria e à expansão do ensino.

Construção, Ampliação, Reforma e Conservação

Neste área, as ações foram dirigidas com vistas a eliminar a superlotação de turmas, os turnos intermediários e a utilização de ambientes adaptados para atividades docentes, realizou obras de reparos, melhorias e restaurações, atingindo um total de 44.000 m² de obras concluídas e 160.000 m² em andamento e; a iniciar, uma previsão de 136.000 m².

Suprimento das Unidades Escolares

Nesta atribuição a FUNDEPAR , deu prosseguimento ao programa de aquisição de materiais e equipamentos destinados às unidades novas, ampliações e reposição, além do que foi desenvolvido o Programa de Recuperação de Carteiras Escolares.

Programa Estadual de Alimentação Escolar

Em convênio com o Governo Federal através da FAE, a FUNDEPAR adquiriu cerca de 13 mil toneladas de gêneros alimentícios que atenderam 1.100.000 alunos das redes de ensino federal, estadual, municipal e filantrópica, em 76% dos dias letivos, constituindo-se em feito inédito na história do programa.

Pesquisa em Educação

Sob este tema, a FUNDEPAR destaca três atividades relevantes para o exercício de 94. A efetiva implantação do Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE, iniciada no exercício de 93. Este programa permitirá a implantação gradativa da informatização na escola, assegurando à administração a visão global da rede pública de ensino. A elaboração da versão preliminar e participação na versão definitiva do Programa “Avaliação do Rendimento Escolar”, no Projeto “Qualidade no Ensino Público no Paraná” do Banco Mundial. Finalmente, desenvolveu-se em convênio com o MEC o Sistema de Avaliação do Ensino Básico SAEB 1990.

Programa de Apoio Escolar

O Projeto Xadrez na Escola envolveu 407 escolas distribuídas em 109 municípios; o Projeto Fazendo Arte na Escola ampliou para o Município de Cascavel do Projeto Piloto iniciado em 1993 em Curitiba, atendendo um total de 46 escolas e tendo beneficiado cerca de 2.200 alunos.

2.12. SAÚDE

2.12. SAÚDE

A Secretaria de Estado da Saúde-SESA é responsável pela política estadual de saúde em concordância com a política nacional e os planos de desenvolvimento econômico e social do Estado, bem como pela programação, orientação normativa, condução, coordenação, execução e controle de seu cumprimento por parte das instituições públicas e privadas. Tem como finalidade essencial a realização de atividades relacionadas com a melhoria e proteção do padrão de saúde da população e com o oferecimento de serviços de saúde na área ambulatorial, hospitalar, de auxílio diagnóstico e terapêutico; e a defesa sanitária da população, inclusive contra calamidade.

A execução direta das ações de saúde em nível de atuação descentralizada está sob responsabilidade do Instituto de Saúde do Paraná-ISEP.

Dentre as ações desenvolvidas pela SESA/ISEP no decorrer de 1994, destacam-se:

PROJETO VIDA MELHOR

O Projeto Vida Melhor tem como linhas básicas a Maternidade Segura e a Infância Protegida, abrangendo os subprojetos e seus componentes, conforme especificado a seguir.

Assistência à Saúde (Programa de Saúde da Família-PSF, Programa Leite é Saúde, Programa de Planejamento Familiar, Sistema de Alojamento Conjunto).

Vigilância Epidemiológica e Sistemas de Informação (implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional-SISVAN, da Vigilância Epidemiológica da Rubéola Congênita e da Investigação da Mortalidade Infantil; implementação da Vigilância Epidemiológica das Doenças Imunopreveníveis e do Sistema de Informação sobre Nascimentos).

Saneamento Básico.

Assistência Farmacêutica.

Equipamentos para a Rede Pública.

Captação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Capacitação dos Profissionais de Saúde.

A sua operacionalização foi iniciada no mês de junho e, entre as principais realizações, pode-se destacar:

- a contratação de 4.250 Agentes Comunitários de Saúde-ACS em 356 municípios que realizaram, até novembro, 1.500.000 visitas domiciliares, cadastramento e acompanhamento de 430.000 famílias; acompanhamento de 20.000 gestantes e 70.000 crianças menores de 2 anos; registro de 12.000 menores de 2 anos com diagnóstico de diarreias e orientação para uso de Sais de Reidratação Oral - SRO; e outras ações relativas à saúde materno-infantil, como o incentivo ao aleitamento materno, controle de vacinas, captação precoce da gestante, avaliação nutricional de gestantes e crianças, orientação alimentar, orientação sobre higiene e saneamento básico e encaminhamentos para unidades competentes (dados parciais);

- a distribuição de 14.895.860 unidades de medicamentos;

- a distribuição de 468.000 Cartões da Criança para as mães nas maternidades e serviços de saúde;

- a liberação de R\$ 1.008.150,00, contemplando 82 municípios com prioridades 1 e 2, tendo como meta a construção de 1.550 privadas de fossa seca e 4.630 módulos sanitários;

- a reciclagem de 3.980 profissionais de nível médio e superior nas áreas de saúde da criança, saúde da mulher e alojamento conjunto; reciclagens para profissionais de saúde que atuam na rede ambulatorial e hospitalar, pública e privada, e para profissionais que desenvolvem ações de vigilância alimentar e nutricional;

- a distribuição de um milhão de colheres-medida para preparo do soro caseiro;

- a Resolução 126/94 que instituiu o Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Infantil;

- a implantação de Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional em 21 municípios do Estado, sendo que os demais encontram-se em fase de organização;

- a implantação do Sistema de Nascidos Vivos em todos os municípios, necessitando implementação mediante aquisição de equipamentos de informática e treinamentos específicos.

SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA

A rede estadual de hemoterapia e hematologia conta, hoje, com 9 agências transfusionais regionais, 4 núcleos de hemoterapia e 4 hemocentros funcionando. Através da mesma, foram realizadas 35.823 coletas de bolsas de sangue, 66.966 transfusões, 339.972 exames de sangue dos doadores, a produção de 67.981 hemocomponentes e a realização de 3.296 consultas de urgência/emergência no Hemocentro de Curitiba.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Visando atender ao Convênio ISEP/Central de Medicamentos - CEME do Ministério da Saúde, foram produzidas 3.000.000 unidades de Mebendazol 100 mg e 272.000 unidades de Tetraciclina 250 mg, pelo Laboratório do Centro de Medicamentos do Paraná - CEMEPAR.

Para a rede própria e prefeituras municipais, 24.650 frascos de 100 ml de Hipoclorito de Sódio a 2,5%, 24.800 litros de Hipoclorito de Sódio a 1% para desinfecção hospitalar da rede do ISEP, 1.475.000 comprimidos de Mebendazol 100 mg, 18.542.080 comprimidos de Mebendazol 200 mg e 2.529.500 comprimidos de Hidroclorotiazida 50 mg.

Distribuíram-se 104.722.882 unidades de medicamentos para reposição trimestral a regionais de saúde, hospitais próprios do ISEP, convênios e municípios (medicamentos comprados pela SESA ou recebidos da CEME); 5.676 frascos de Ciclosporina (medicamento para transplantados) e 9.263.140 unidades de vacinas e soros.

APOIO LABORATORIAL

Através do Laboratório Central do Estado - LACEN, que atua no nível de investigação e pesquisa para apoio à área ambulatorial, de vigilância epidemiológica e sanitária, foram realizados de janeiro a setembro: 8.871 exames em bacteriologia, 28.167 em imunologia, 4.801 em virologia, 19.700 em controle de qualidade (Hanseníase), 1.517 em controle de qualidade (Tuberculose); 1.804 em controle de qualidade (Análises Clínicas); 193 em toxicologia (específicos para Saúde do Trabalhador) e 9.805 em bromatologia (amostras analisadas).

Para suprir as necessidades do LACEN, laboratórios regionais e equipes de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, realizou-se o preparo de 1.038.292 ml de meios de cultura e de 2.402.920 ml de reativos e corantes.

MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Na área ambulatorial, a totalidade dos municípios paranaenses está gerenciando os serviços básicos de saúde. Quanto à rede especializada, 12 municípios assumiram os Centros Regionais de Especialidades - CREs (Curitiba - parcial; Guarapuava e Telêmaco Borba, em 1992; Paranaguá, Cascavel, Campo Mourão, Paranavaí, União da Vitória e Foz do Iguaçu, em 1993; e Umuarama, Jacarezinho, Pato Branco e Cornélio Procópio em 1994).

Na área hospitalar, 270 municípios do Estado já assumiram o gerenciamento das internações hospitalares, estando sob controle das Secretarias Municipais de Saúde a distribuição das Autorizações de Internações Hospitalares - AIHs.

Quanto à Vigilância Sanitária, 352 municípios já assumiram a execução das atividades de vigilância. De janeiro a setembro, ocorreu a estruturação de equipes de vigilância sanitária em 9 municípios que já possuíam algum serviço nessa área e a estruturação da vigilância sanitária em 29 municípios.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

Atendimento Ambulatorial

Os atendimentos realizados por todos os prestadores do SUS perfizeram um total de 65.523.326 atendimentos básicos, 12.834.790 consultas médicas básicas, 3.435.172 consultas médicas especializadas, 843.031 consultas com procedimentos de urgência/emergência, 5.004.863 exames de patologia clínica, 729.459 exames de radiologia, 693.470 exames especializados e 3.150.959 terapias especializadas. Através da rede própria estadual, prestou-se 1.661.204 atendimentos básicos, 800.783 consultas médicas básicas e especializadas, 35.822 consultas de urgência e emergência, 225.564 exames de patologia clínica, 46.372 exames de radiologia, 39.062 exames especializados e 462.582 terapias.

Atendimento Odontológico

Todos os prestadores do SUS realizaram 8.672.594 procedimentos individuais em odontologia, sendo que deste total 78.324 pela rede própria estadual. Com relação aos procedimentos coletivos, que incluem o bochecho com flúor e orientações de higiene bucal, foram atendidas 1.218.811 crianças da 1ª a 4ª série do 1º grau de escolas públicas, com 25.561.594 bochechos.

Atendimento Hospitalar

À SESA/ISEP, como gerente ao nível estadual do Sistema de Internações Hospitalares do SUS, coube a distribuição e controle de 671.698 Autorizações de Internações Hospitalares - AIHs. O número de pacientes que deram entrada nos 12 hospitais próprios do ISEP foi de 10.960 (janeiro a setembro).

Imunização

Na vacinação de rotina e campanha, independente de faixa etária, foram aplicadas 481.835 doses de vacina Tríplice, 2.603.808 doses de Antipólio, 152.708 doses de BCG, 273.873 doses de Anti-Sarampo, 345.237 doses de vacina Dupla, 240.842 doses de vacina Toxóide-Tetânica e 29.132 de Anti-Rábica. Para os menores de 1 ano, alcançou-se as seguintes coberturas na rotina: 81,3% (Tríplice), 82,3% (Antipólio), 100,3% (BCG) e 102,3% (Anti-Sarampo).

Na 1ª etapa da Campanha Antipólio, foram vacinadas 1.046.099 crianças menores de 5 anos, ou seja, 118,6% do esperado; e na 2ª etapa foram vacinadas 1.025.430 crianças, atingindo-se 116,3% de cobertura.

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Através do Centro Formador de Recursos Humanos do ISEP, foram desenvolvidos os seguintes cursos: o Curso de Auxiliar de Enfermagem, com a participação de 600 alunos em 20 turmas (6 concluídas e 14 em andamento); o Curso de Técnico em Higiene Dental com 229 alunos em 9 turmas (9 em andamento); o Curso de Técnico em Patologia Clínica com 25 alunos em 1 turma (em andamento); o Curso de Atendente de Consultório Dentário com 14 alunos em 1 turma

(concluída); e o Curso Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental com 30 alunos em 1 turma (em andamento).

Já a Escola de Saúde Pública do Paraná promoveu, entre outros eventos, o Curso Especialização em Saúde Pública, 780 horas, em convênio com a Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP.

OBRAS

No que se refere a construções, reformas ou ampliações, foram executadas 37.162 m² de obras no ano de 1994. Destacam-se: a Central de Apoio do Capanema em Curitiba (6.888 m²), o Hospital Geral Mauro Senna Goulart (1.025 m²); o Hospital Oswaldo Cruz (4.097 m²); o Centro Regional de Especialidades Marechal em Curitiba (6.000 m²); o Hospital São Sebastião da Lapa (11.913 m²); o Hospital Municipal de Manoel Ribas (2.042 m²); e o Hospital Municipal de Nova Londrina (1.030 m²).

2.13. JUSTIÇA E CIDADANIA

2.13. JUSTIÇA E CIDADANIA

A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania promoveu, em 1994, ações voltadas a desenvolver uma política penitenciária adequada.

Com a inauguração da Penitenciária Estadual de Londrina, iniciou-se a descentralização dos serviços de custódia.

Continuando o Programa de Investimentos em novas unidades penais, foi ampliado o número de vagas no Sistema Penitenciário.

Com o objetivo de melhorar a segurança da população, através da ampliação e melhoria nas unidades penais, bem como a valorização do ser humano como cidadão, a SEJU através de suas Unidades desenvolveu os programas detalhados a seguir.

CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES - CONEN/PR

Suas atividades estiveram voltadas à prevenção, orientação às escolas, empresas e grupos comunitários; recuperação e orientação através de textos e material didático.

A prevenção se constitui na maior preocupação do CONEN/PR e vem se desenvolvendo nos mais diferentes segmentos da sociedade: escolas, empresas, grupos comunitários, grupos religiosos, grupos de jovens, clubes de serviços, visando à conscientização da população no que se refere aos malefícios provocados pelas drogas.

O programa de prevenção das drogas é composto de 11 módulos que vão desde a prevenção e tratamento até a legislação vigente.

Em 1994, o CONEN/PR prestou atendimento a mais de 100 famílias incluindo menores de rua.

Vale destacar que as atividades atingiram diretamente um universo de 4.500 pessoas, em sua grande maioria, educadores que atuam na prevenção.

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO

O Conselho Penitenciário do Estado realizou 211 sessões, nas quais apreciou 2.238 processos de indulto, comutação de pena e livramento condicional. Efetuou visitas de inspeção a todos os estabelecimentos prisionais do Sistema Penitenciário, além da execução de 52 Cerimônias de Livramento Condicional, tendo apreciado os processos de indulto no prazo estabelecido.

COORDENADORIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA - CODIC

Nessa área merece ser citada a elaboração das minutas ao Projeto de Lei que cria o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná, bem como do Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual de Idoso.

Criou-se o Projeto Pró-Reestruturação e Orientação à Vitima de Crime-Próvic.

Foram publicados inúmeros trabalhos que retratam a preocupação com diversos segmentos desprivilegiados da sociedade, conforme relacionados a seguir.

- "Coletânea de Textos para os Direitos dos Idosos", com uma tiragem de 8.000 exemplares;
- "Educar para os Direitos Humanos" No. 03 e No. 04 com uma tiragem de 6.000 exemplares;
- "Cartilha dos Direitos da Mulher com uma tiragem de 5.000 exemplares.

A CODIC providenciou a tradução e a confecção dos cartazes: "Os Princípios das Nações Unidas para os Idosos".

O Projeto PRÓ-CIDADANIA fornece através de convênios com prefeituras e entidades, documentação a pessoas comprovadamente carentes. Em 1994, foram celebrados 354 convênios, envolvendo o montante de R\$ 139.200,00 (cento e trinta e nove mil e duzentos reais).

Foram organizados debates e ministrados cursos e palestras, encontros e seminários, dando continuidade ao Projeto Educar para os Direitos Humanos, chegando a 1.154 horas/aula realizados em diferentes municípios do Paraná.

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ

Essa unidade presta o atendimento judiciário aos economicamente carentes em todas as Varas Cíveis da Capital, Varas Especiais, bem como as Curadorias Especiais. Na área criminal, o atendimento jurídico é efetuado em todas as Varas da Capital, incluindo as Especiais.

Em suas várias áreas de atuação, prestou atendimento, na capital, a aproximadamente 30.000 pessoas. Através de 141 convênios firmados com prefeituras municipais, faculdades e universidades, foi proporcionado o atendimento jurídico aos necessitados do interior do Estado, a mais de 50.000 pessoas.

Ressalta-se, neste exercício, a aquisição de móveis e equipamentos de informática, melhorando assim o atendimento à população.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - DEPEN

Na coordenação das atividades de custódia e segurança dos estabelecimentos e órgãos de execução penal, o DEPEN vem dando cumprimento à Lei de Execução Penal, e promoveu a manutenção e melhoria nas instalações e na estrutura física das unidades penais.

Além da assistência material, foram desenvolvidas ações para a reintegração social dos apenados, com programas de profissionalização, educação, assistência jurídica, psicológica, social, médica e religiosa.

O Sistema Penitenciário teve a sua população carcerária acrescida de 12%, sendo que houve 2.775 saídas definitivas do sistema, enquanto houve 2.687 entradas de novos detentos.

Nas medidas de melhorias no atendimento e assistência jurídica dos presos, procedeu-se à implantação do sistema informatizado de acompanhamento de processos e de benefícios legais.

Dentre as obras realizadas, cabe destacar a conclusão da Penitenciária Estadual de Londrina, de 6.300 m², com capacidade para aproximadamente 400 presos, inaugurada no primeiro trimestre do ano.

Está em andamento a construção da Penitenciária Estadual de Maringá, de 4.900 m² para aproximadamente 400 presos, com previsão de término de 60% das obras até dezembro.

Foram iniciadas as obras de preparo do terreno para a construção da Penitenciária Estadual de Cascavel, com projetos em andamento, de 4.900 m² e capacidade para 400 presos.

Na Colônia Penal Agro-Industrial de Tamarana foram executados projetos de recuperação nos pavilhões e demais instalações.

Foi elaborado projeto arquitetônico para a construção da Prisão Provisória de Londrina, de 1.950 m², para abrigar 100 presos, bem como processo licitatório para construção dos muros, passarelas e guaritas.

As atividades de educação atenderam a 1.012 presos, com 126 novos alfabetizados, matriculados 379 na 1o. à 4o. série, 387 na 5o. à 8o. série do 1o. grau e 120 no 2o. grau.

A divisão Ocupacional e de Qualificação do DEPEN, implementou a ocupação da mão-de-obra dos internos, sendo firmados 46 convênios com empresas privadas e 10 convênios com órgãos públicos, com ocupação de 981 presos em canteiros de produção além de 1.432 presos em atividades de manutenção e conservação dos estabelecimentos penais.

Nas atividades de ressocialização, foram realizados 53 cursos de profissionalização, atendendo 772 presos.

A ESCOLA PENITENCIÁRIA DO PARANÁ - ESPEN, promoveu a realização de 15 cursos de treinamento e reciclagem com 42 turmas, atendendo a 1.250 servidores do Sistema Penitenciário.

O PATRONATO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ - PATR, na execução do "Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso - Pró-Egresso", mediante a efetivação de 20 convênios com entidades públicas e privadas, deu atendimento a 12.070 egressos e apenados, 2.480 solicitações de benefícios legais e mais de 10.440 atendimentos assistenciais. Através da execução do "Programa de Assistência ao Apenado nas Cadeias Públicas", foi dado atendimento a mais de 460 solicitações de benefícios legais, cerca de 2.360 atendimentos assistenciais, em mais de 300 cadeias públicas visitadas.

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

No ano de 1994, o PROCON desenvolveu diversas ações no sentido de levar à população paranaense a efetiva orientação, informação, proteção e defesa de seus direitos enquanto consumidores.

Dentre os projetos desenvolvidos destacam-se:

- "Nenhum Município sem PROCON", através do qual foram criadas 19 coordenadorias, totalizando 30 PROCONs municipais.

- "Comparação de Preços de Produtos de Consumo Básico". A partir deste projeto, a população passou a ter acesso aos preços praticados por 11 redes de supermercados de Curitiba, com a divulgação semanal da pesquisa de preços de 92 (noventa e dois) produtos de consumo básico, num total de 70 pesquisas de preços realizadas.

- "ABC do Consumidor" visa educar e conscientizar o consumidor acerca de seus direitos, através da elaboração e distribuição de material educativo (folders, cartilhas, imprensa, etc).

- "Ação Conjunta na Defesa do Consumidor" e "Alerta Fornecedor", atividades que integram todos os órgãos que exercem fiscalização direta ou indireta dos direitos do consumidor no Estado do Paraná, através do qual foram realizadas 12 ações fiscalizatórias.

- "Capacitação e Integração Jurídica", o PROCON/PR elaborou 21 pareceres e estudos técnicos-jurídicos solicitados por fornecedores de produtos ou serviços, sindicatos e pela coordenação do PROCON, acerca de contratos, embalagens e legislação, dentre outros assuntos.

- "Elaboração e Execução de Normas para as Relações de Consumo".

- "Escuta PROCON", através do qual são divulgadas dicas, informações e posicionamentos do PROCON nas rádios de todo o Estado.

- "Disque PROCON 1512", "Fala PROCON" e "Escreva PROCON", através dos quais foram atendidos cerca de 35.000 consumidores que, pessoalmente, por carta, ou através do telefone, buscaram informações ou a reparação de danos que eventualmente lhes tenham sido causados em uma relação de consumo.

Ao todo, o PROCON/PR atendeu cerca de 55.000 pessoas, entre consumidores, fornecedores de produtos ou serviços, técnicos do interior e de outros Estados, que buscaram informações.

O PROCON/PR elaborou propostas para a criação e implantação do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, que será o gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, para o qual reverterão as multas aplicadas pelo órgão.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - DIOE

Nesse Departamento, foram desenvolvidos vários projetos e atividades, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade paranaense a atender à demanda de serviços gráficos da administração Pública Estadual.

Na área administrativa merece citar a elaboração de um novo Regulamento do DIOE; o processo de solicitação de concurso público, já autorizado, com objetivo de recompor 60% do quadro de pessoal, atualmente funcionando com os menores aprendizes e estagiários; a criação de uma Biblioteca e Arquivo, em fase de implantação, com os equipamentos já comprados e instalados; e a execução de novo piso do depósito de papel, próprio para resistir a grandes toneladas, sendo este serviço executado pelo DECOM.

Para essa área, foi desenvolvido um amplo projeto de informatização, em fase final de aquisição de equipamentos, que visa atender às necessidades do órgão no que se refere aos sistemas disponibilizados pela CELEPAR, compostos principalmente pela base de dados do Estado, como folha de pagamento, protocolo integrado, controle de bens móveis, entre outros.

Na área de produção, as mudanças estiveram voltadas para a modernização do parque gráfico, já que a indústria gráfica tem evoluído de forma acelerada, não só no que se refere à computação gráfica, como aos demais equipamentos, o que torna obsoletos os atuais. Com esse objetivo, vários equipamentos e materiais foram adquiridos: uma processadora de chapas negativas, duas amarradeiras, uma dobradeira, uma máquina fotográfica horizontal de lente 48mm e outros.

Na área do jornal, além de um novo sistema de coordenação, desde a montagem até a distribuição, foi mudado todo o lay-out, de

modo a agilizar o processo, e adquiridas mesas especiais para a montagem do jornal e retoque dos filmes.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ - IPEM

No exercício de 1994, o IPEM-PR realizou supervisão, coordenação e controle das seguintes atividades:

- Metrologia Legal: aferições iniciais, periódicas e eventuais em medidas e instrumentos de medir e pesar, bem como as fiscalizações quantitativas em produtos pré-medidos;

- Qualidade Industrial: inspeções e certificação de capacitação de veículos, destinados ao transporte de produtos perigosos. Fiscalização e verificação têxteis, verificação e aferições em produtos de certificação compulsória, tais como, preservativos masculinos, fios e cabos elétricos, capacetes automotivos, mangueiras e reguladores de GLP, extintores de incêndio e brinquedos infantis;

Foram aferidos 99.255 instrumentos com 1.980 autos lavrados.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ - JCP

Nessa área merece destaque:

- a Descentralização de Serviços da Junta Comercial do Paraná para 15 Escritórios Regionais que passaram a deferir os processos, através da interligação on line com a sede, agilizando e melhorando o atendimento aos usuários.

- Convênio com o Departamento Nacional de Registro do Comércio-DNRC, e Contratação de Empresa de Informática para Substituição do Sistema SIRCOM pelo Sistema SIARCO, visando custear, em parte, a aquisição de equipamentos e informática necessários para a consecução do Projeto de informática e Descentralização, foi firmado convênio entre o DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio e a Jucepar. O investimento realizado aproximou-se de R\$ 300.000,00, montante utilizado na compra de equipamento para a sede e os escritórios regionais.

Entre julho de 1993 e dezembro de 1994, foram saneados 5.180 Livros de Registro de Comércio, das empresas constituídas antes

de 1978, centralizando-se documentação das Sociedades Anônimas e Sociedades Limitadas, procedimento que facilitará para usuários, a busca de informações.

Existe, ainda, a necessidade de serem saneados documentos relativos às Cooperativas e Armazéns Gerais.

O departamento de microfilmagem realizou a preparação, a operação, o processamento, a duplicação e o enjaquetamento, ultrapassando os dois milhões de tarefas, relativas a empresas, procedimentos estes que trarão vantagem e acesso rápido a cópias e fotocópias de documentos.

A Junta Comercial do Paraná encerra o ano com a microfilmagem de documentos referentes à praticamente todas as firmas individuais.

Estão arquivados na Junta Comercial do Paraná, a documentação de aproximadamente 1.200.000 empresas, sendo que, pelas estatísticas presumidas, não chegam a 300.000 as que se encontram em atividade.

2.14. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

2.14. TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

A Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA, para o cumprimento dos objetivos nas áreas de assistência social, trabalho e desenvolvimento comunitário, pautou sua ação, em 1994, no trabalho em parceria com órgãos governamentais e não governamentais, evitando assim duplicidades e dispersão de recursos, e garantindo, com esse esforço conjunto, soluções mais racionais para os problemas diagnosticados.

Na área social, as ações foram centralizadas na Fundação de Ação Social - FASPAR e desenvolvidas através do Programa Meu Irmão, cuja proposta metodológica foi avaliada e reformulada, estabelecendo-se o redirecionamento das ações de assistência social, parcerias interinstitucionais, articulações com a sociedade civil organizada, reordenamento das estruturas existentes e capacitação de pessoal com prioridade para a difusão da Lei Orgânica da Assistência Social, difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente, municipalização de algumas Unidades Sociais Oficiais, implementação do Programa de Proteção Especial.

Em função do redimensionamento dos programas, foram estabelecidos dois níveis de competência, a saber: ações diretas e indiretas. No primeiro grupo, destacam-se:

- a inauguração e implantação do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator-CIIAAD;
- a formação de comissão estadual com o objetivo de avaliar o caminho percorrido e definir uma metodologia de intervenção no Paraná, no atendimento ao adolescente autor de ato infracional;
- a articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Prefeitura Municipal, Segurança Pública e Conselho Municipal, nos Municípios de Londrina, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, para reordenar o atendimento ao adolescente autor de ato infracional;
- a implantação da proposta de atendimento à comunidade do Centro de Formação Profissional de Campo Comprido, dentro da proposta pedagógica de Educação pelo Trabalho;
- a articulação com a Secretaria de Educação visando a assinatura de termo de compromisso entre a SETA/FASPAR/SEED.

tendo como objetivo o Projeto Clube do Irmão Caçula que passará a integrar a ação daquela Secretaria;

- a articulação com prefeituras e conselhos municipais visando à municipalização da Unidade Social Oficial de Tibagi, Educandário Manoel Ribas, em Castro, o Educandário Caetano Munhoz da Rocha, em Curitiba, Nicolau Kopérnico, em Mallet e Bernardo Barbosa Milleo, em Piraí do Sul;

- a assinatura de convênio com a APAE/Curitiba para manutenção da pessoa portadora de deficiência das Unidades Sociais Oficiais;

A FASPAR atendeu em suas 20 Unidades Sociais Oficiais - USOs, 3.853 crianças e adolescentes órfãos, abandonados, deficientes físicos e/ou mentais e adolescentes autores de infração penal.

As ações indiretas desenvolvidas pela FASPAR compreenderam:

- a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

- o reordenamento técnico dos Núcleos Regionais através de supervisões integradas macrorregionais;

- a realização de 14 eventos com um total de 566 participantes para qualificação e reciclagem de recursos humanos na área social no estado;

- o acompanhamento do cumprimento dos 500 dias do Pacto pela Infância - UNICEF, onde o Paraná assumiu posição privilegiada no cenário nacional;

- a assinatura de convênio com o IPARDES, Sanepar, Copel e Tribunal de Contas para a inserção do Cadastro e Registro de Entidades Sociais do Paraná, na base pública do Sistema Estadual de Informação. Através do Banco de Dados, também foi realizada pesquisa e acompanhamento sistemático da implantação e funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Conselhos Tutelares, visando à situação específica de cada município e a obtenção do quadro geral do Estado;

- o apoio técnico e financeiro a 313 entidades sociais particulares e 144 prefeituras municipais, beneficiando 37.529 pessoas entre crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência, famílias, meninos de rua, etc, em atendimento aos programas Escola Oficina, Irmão Caçula, Proteção Especial (abrigo e casas lares). No valor acima.

constam os repasses feitos a 83 entidades sociais particulares e 42 prefeituras municipais, no valor de R\$ 325.400,00, com recursos do convênio com o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA, beneficiando 10.519 crianças e adolescentes dentro do Programa de Proteção Especial e atendimento em meio aberto com profissionalização.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberou sobre o repasse de recursos da ordem de 850 mil reais, do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência para a execução de 54 projetos na área de proteção especial voltados à população infanto-juvenil em situação de risco pessoal e social no Paraná, possibilitando uma aproximação maior entre o Conselho Estadual e os 236 Conselhos Municipais.

O Conselho Estadual representou o elo de ligação com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, participando e divulgando suas promoções.

Na área do trabalho, as ações desenvolveram-se através de programas voltados à capacitação e reciclagem profissional, ao fomento a iniciativas econômicas de caráter coletivo, ao fortalecimento do movimento sindical, à melhoria das condições de trabalho, proteção à saúde e segurança no trabalho, através de ações preventivo-educativas, à promoção do artesanato paranaense, à intermediação de mão-de-obra, ao atendimento dos beneficiários do seguro desemprego, à geração de informações sobre o mercado de trabalho, inclusive através da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED na Região Metropolitana de Curitiba, à formação sócio-política dos trabalhadores, à informação sobre legislação trabalhista através do Disque Trabalhador, à erradicação do trabalho infantil e regularização do trabalho juvenil e ao apoio ao trabalhador rural volante.

Merece destaque a criação e instalação do Conselho Estadual do Trabalho, de caráter permanente, deliberativo e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, empregadores e Estado.

O Programa do Artesanato Paranaense foi divulgado em nível nacional através do lançamento do livro "Desvendando o Artesanato", o qual apresenta uma breve trajetória histórica sobre o ofício do artesão, discussão das questões sociais embriçadas na produção artesanal, os aspectos culturais simbólicos e cognitivos do artesanato e uma análise da produção artesanal enquanto segmento ativo da economia, por ocasião da realização do XXIV FONSET - Fórum Nacional de Secretários do

Trabalho, quando foi realizada, também, uma mostra do artesanato paranaense, sendo homenageada a artesã Zélia Scholz que demonstrou, in loco, a técnica de tecelagem primitiva.

Todas as ações desenvolvidas tiveram como característica básica a parceria com entidades sindicais, prefeituras municipais, entidades profissionalizantes, associações comerciais e industriais, órgãos federais, estaduais e outros. Como exemplo deste trabalho, cabe citar o Termo de Cooperação técnica e financeira firmado entre a Secretaria do Trabalho e da Ação Social, a Central Única de Trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP e Instituto Nacional de Educação à Distância para o desenvolvimento conjunto de programação em saúde e segurança no trabalho, a ser veiculada por multimeios, primeiramente aos metalúrgicos, depois aos trabalhadores rurais e outros. Ainda com relação ao Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador, foram desenvolvidos 40 eventos em parceria com o movimento sindical, cujos temas versaram sobre as melhorias dos ambientes de trabalho, o papel dos cipeiros e das CIPAS, mapeamento de riscos e árvores de causas, envolvendo 1.200 trabalhadores.

Outras ações realizadas neste programa foram: emissão de dez mil cartilhas sobre comunicação de acidentes de trabalho em parceria com o Fórum Interestadual de Saúde do Trabalhador, realização do Encontro de Comunicação Rural em Saúde e Segurança do Trabalhador para formação de 60 correspondentes de cidadania, para veicular informações que evitem os acidentes no meio rural, negociação com a Fundação Instituto Tecnológico Industrial - FITI, para o desenvolvimento de ações efetivas nos ambientes de trabalho por solicitação das empresas.

Em abril, foi assinado o convênio com o Ministério do Trabalho, no valor de R\$ 3.873.000,00, para o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua com vistas à execução das atividades inerentes à operacionalização do Programa Seguro Desemprego, intermediação de mão-de-obra, reciclagem profissional, geração de informações sobre o mercado de trabalho, incluindo a Pesquisa sobre Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba, em convênio com o IPARDES e desenvolvimento de projetos especiais, por intermédio do Sistema Nacional de Emprego no Paraná - SINE/PR. Foram implantadas 46 agências do SINE, cobrindo as

principais cidades do Estado, mediante parceria com prefeituras municipais, associações comerciais e industriais, sindicatos de trabalhadores, SENAC e outros.

A Universidade Popular do Trabalho, no ano comemorativo dos seus cinco anos de atividades, realizou e propiciou 215 eventos de formação política, com a participação de 25.159 trabalhadores.

Através do Programa de Formação para o Trabalho e Cidadania, foram realizados 105 eventos para a formação de lideranças sindicais, com a participação de 4.200 trabalhadores.

Na área comunitária destacam-se as ações voltadas ao planejamento de assentamentos rurais regulamentados, integradas com órgãos governamentais e entidades não governamentais, à melhoria da qualidade de vida de pequenos e micro produtores rurais, através do repasse de equipamentos e construções para projetos coletivos, a capacitação de equipes de operacionalização do Programa FUNDEC, em parceria com a EMATER e Banco do Brasil, a capacitação de lideranças comunitárias, quer seja na estruturação de associações ou mobilização da comunidade, a organização de cadastro de entidades populares, caracterizando um perfil das mesmas no Paraná.

2.15. SEGURANÇA PÚBLICA

3.15. SEGURANÇA PÚBLICA

O gradativo avanço nas áreas tecnológicas, industrial e de urbanização, concorre fatalmente para o aumento das necessidades do homem. O crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, aliado ao desajuste social, reduzem as oportunidades, para muitos, de suprir licitamente suas necessidades básicas e alcançar o desejado desenvolvimento social, tangenciando inevitavelmente ao desequilíbrio psicológico do indivíduo.

O crime organizado surge como atividade altamente lucrativa, tendo os marginais desenvolvido técnicas sofisticadas, além de dispor de modernos e vastos recursos materiais.

A criminalidade, dentro de um quadro geral do País, atingiu índices alarmantes e os veículos de comunicação social estão a divulgar, diariamente, notícias inquietantes de delitos cometidos seguidos de violência.

Diante de tal quadro, a comunidade está a exigir dos órgãos responsáveis pela segurança pública medidas urgentes de proteção.

Sabe-se que governar, hoje, no nível federal, estadual e municipal, é administrar uma crise muito séria, é estabelecer prioridades naquilo que, por sua natureza, já é prioritário.

A Polícia é um dos ramos da administração pública que mais recebe críticas. Até certo ponto, é natural que isto aconteça, não só porque ela intervém em situações críticas, como pela amplitude e abrangência dessa atuação e dos variados interesses que a mesma envolve.

Na verdade, a Polícia não lida com causas da criminalidade, mas com seus efeitos. As causas lhe escapam e são várias.

A qualidade do trabalho policial depende quase que exclusivamente da disponibilidade de pessoal, do padrão intelectual, do treinamento e dos meios disponíveis.

A complexa tarefa de produzir e distribuir serviços no campo da segurança pública, no Estado do Paraná, obteve ótimos resultados no ano de 1994.

A SESP, através de suas unidades, manteve novamente os quantitativos de incidência criminal, sob controle, não se observando,

por auspicioso, a crescente escalada da violência e da criminalidade que se espalha nas grandes cidades do País.

No ano de 1994, deu-se continuidade ao processo de reequipamento das polícias civil e militar, bem como grande número de obras foram concluídas, além de reparos, adaptações, reformas, manutenção e conservação.

O homem policial tem sido reciclado em constante aperfeiçoamento metódico e adequado à nossa realidade conjuntural.

Através da formação, da especialização, do aperfeiçoamento e da reciclagem de policiais, o contingente policial está sendo treinado, de forma a primar pelo domínio de técnicas, de táticas e de conhecimentos especializados para execução eficaz do serviço policial.

Entretanto, a eficácia da polícia além do elemento humano, depende de instrumentos de trabalho modernos e infra-estrutura de apoio que lhe permitam aumentar a produtividade.

Para assumir significativa relevância no campo policial, o posicionamento geográfico do Paraná, como pólo de convergência e com obrigatório fluxo e refluxo de migrantes, inclusive malfeitores, a prevenção delitiva é executada mediante a metodologia de ação mais conveniente.

A obstinada atividade operacional preventivo repressiva que se desenvolve no Estado, mercê de operações conjugadas de amplo espectro, coordenadas pela SESP, tem minimizado a ação deletérica do crime organizado, afastando suas rotas de influência para além divisas. Igualmente, a resultante dessas atividades conjuntas sobre o indivíduo criminoso isolado reflete-se no desestímulo ao porte ilegal de armas, certamente um perigoso predisponente criminógeno.

De outro lado, a atividade de polícia judiciária, nas informações qualificadas à Justiça Criminal, sobre os crimes não evitados, concorreu para a instauração de 31.804 inquéritos policiais, participando decisivamente para a responsabilização penal de milhares de indiciados, observando-se que os diversos órgãos de polícia científica elaboraram 68.214 exames periciais, e o Instituto de Identificação, expediu 390.324 documentos.

Constatou-se, ainda, que foram atendidas mais de 230.102 ocorrências pelos organismos policiais, dando mostras de um trabalho sistemático e muito próximo da comunidade, a exigir a progressiva consolidação de ações e programas voltados à satisfação dos anseios

individuais e coletivos de maior segurança e tranqüilidade como corolário da imprescindível ordem pública.

No ano de 1994, a SESP despendeu R\$ 125,10 milhões, sendo R\$ 79,6 milhões em "PESSOAL", R\$ 21,3 milhões em "OUTRAS DESPESAS CORRENTES", R\$ 18,5 milhões em "INVERSÕES FINANCEIRAS" e R\$ 4,7 milhões em "OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL".

Para 1995, há previsão de serem empregados na SESP, recursos da ordem de R\$ 183,87 milhões, sendo R\$ 124,4 milhões em "PESSOAL", R\$ 35,1 milhões em "OUTRAS DESPESAS CORRENTES", R\$ 23,2 milhões em "INVESTIMENTOS", R\$ 0,965 mil em "INVERSÕES FINANCEIRAS" e R\$ 0,200 mil em "OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL".

As Principais realizações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em 1994, estão descritas a seguir.

No âmbito da POLÍCIA CIVIL, houve um aumento no quadro de pessoal, com a nomeação de 660 servidores de diversas carreiras policiais civis e, excluídos 92.

De recursos oriundos do FUNRESPOL, foram adquiridos 1.473 equipamentos para o setor administrativo, 47 equipamentos para o Instituto Médico Legal-IML; mobiliário e equipamentos para a Escola de Polícia Civil e S.D.P. de Cornélio Procópio.

Através da Escola de Polícia Civil, foram administrados vários cursos durante o período, dos quais destacamos: Formação Técnico Profissional para policiais civis (alunos novos), Segurança para condutores de táxi, Formação de Vigilantes, Treinamento para atendimento ao público nota 10, Aperfeiçoamento em vistoria de veículos automotores, Reciclagem em ação policial, etc, num total de 2.541 alunos.

O Instituto de Identificação emitiu um total de 331.324 documentos, como 1ª e 2ª via de identidade, atestados, cédulas com retificação, etc.

Em 1994, foram construídas oito delegacias de polícia em municípios diversos, perfazendo um total de 1.262,60 m². Também

foram concluídas obras de reparo, manutenção e complementares em mais oito municípios paranaenses.

Encontra-se em andamento a construção de 17 novas delegacias, espalhadas pelo interior do Estado, totalizando 1.732,54 m², bem como obras de reparo, manutenção e complementares estão sendo executadas em quatro delegacias de polícia.

No âmbito da POLÍCIA MILITAR, houve inclusão no quadro de pessoal de 493 e exclusão de 766 policiais militares. A Academia Policial Militar do Guatupê conta com 151 alunos oficiais.

O Comando de Policiamento da Capital, prestou atendimento a cerca de 20.760 ocorrências e o Comando do Policiamento do Interior, a cerca de 62.712.

O número de atendimentos em todo o Estado chegou a cerca de 75.467, em providências como policiamento de locais de ocorrências, assistência em acidentes, salvamento de pessoas, animais e objetos.

O CORPO DE BOMBEIROS atendeu a mais de 3.319 ocorrências em Curitiba, e 7.690 no interior do Estado, entre princípios de incêndio, incêndio em veículos, explosões, risco de vida de pessoas, animais, desabamentos, alagamentos etc..

Cabe, ainda, citar a construção do Quartel do Batalhão de Polícia Florestal, com 415,00 m² em Guaraqueçaba, concluída em 1994.

2.16. POLÍTICA HABITACIONAL

2.16. POLÍTICA HABITACIONAL

O problema habitacional no Brasil é parte da questão social vivida pela população, provocada pela recessão imposta à sociedade por interesses das elites, principalmente, financeiras.

Somente uma política de desenvolvimento, que contemple o emprego e a redistribuição da renda nacional, permitirá uma redução significativa do déficit habitacional.

Apenas o trabalho estável, remunerado dignamente, permitirá o acesso da maioria da população brasileira à casa própria. Ao Governo Federal, caberia assumir o encaminhamento para a solução desse problema.

O fracasso das políticas federais ligadas à questão habitacional, foi provocado pela má administração e pela corrupção instaladas por muitos anos na gestão dos sistema financeiro da habitação, e por políticas econômicas recessivas, que reduziram os recursos destinados à moradia.

Os estados e municípios, em decorrência destes fatos, têm assumido, compulsoriamente, a função de minorar o vergonhoso déficit de 10 milhões de habitações em todo o País.

Um rápido retrato dos desvios da situação se revela na aplicação dos recursos do FGTS que, sendo dinheiro do trabalhador, têm sido utilizados na construção de edifícios de luxo e, quando destinado à população de baixa renda são construídas unidades de péssima qualidade que, aliada ao superfaturamento de custos, resultam na impossibilidade de pagamento das altas prestações contratadas.

No Paraná, o déficit habitacional se deve à transformação ocorrida na agricultura paranaense a partir da década de 70. A nova estratégia de exploração agrícola atingiu drasticamente a estrutura tradicional, baseada na exploração e produção em pequenas propriedades. A contraposição à estrutura fundiária estabelecida pelo processo de colonização desde o início do século se refletiu na concentração de propriedades, na adoção da mecanização e de produtos cultivados em grande escala, com o objetivo de exportá-los. Isso provocou a expulsão em massa da população não adaptada à nova estrutura para a periferia das cidades.

Este desenvolvimento econômico, alterou a distribuição da população no Estado, num crescente e irreversível processo de urbanização, visto que, em 1970, 36% da população do Estado vivia nas cidades e 64% no meio rural. Em 1991, 73% da população era urbana e 27%, rural. Em segundo plano, a política recessiva imposta à Nação nos últimos 15 anos, tem provocado o desemprego e a queda real dos salários, inviabilizando o acesso da população de baixa renda à moradia.

Frente a este quadro, o Governo do Paraná tomou a decisão política de enfrentar o déficit, ao destinar recursos do Tesouro para a realização de um programa de habitações populares.

Com estes recursos, o Secretário Especial da Política Habitacional através da Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR, está desenvolvendo o Programa CASA DA FAMÍLIA, em parceria com as prefeituras municipais e com a população.

A estratégia está baseada na cooperação entre o Estado e os Municípios, em parceria, em que estes entram com a doação do terreno, implantação da infra-estrutura e administram diretamente as obras; o Estado financia os custos da construção, elabora os projetos técnicos, presta assistência técnica, social e comercial durante e após a construção das obras; e o mutuário participa com a mão-de-obra em regime de mutirão.

As prestações não excedem 20% do salário mínimo, para casas com 52,20 m², em alvenaria.

Os marcos referenciais do Programa são os seguintes:

- atender as famílias mais necessitadas com renda até 3 salários mínimos, pois não são atendidas pelos programas convencionais de financiamentos habitacionais do SFH;

- proporcionar ao morador uma casa pronta, que atenda às necessidades dos componentes das famílias;

- sistema construtivo em alvenaria e cerâmica vermelha, pois trata-se de tecnologia tradicionalmente apropriada pela população, propiciando incentivo à produção das olarias em todo o Estado;

- parceria entre o Governo do Estado (repassador de recursos financeiros), prefeituras municipais, (Gerentes dos recursos repassados em regime de administração direta), e os mutuários (responsáveis pela mão-de-obra em sistema de ajuda mútua, na construção das moradias);

- prestação compatível com a renda dos moradores de no máximo 20% do salário mínimo.

O Programa constrói casas unifamiliares, com 52,20m², em alvenaria, com 3 quartos, copa/sala/cozinha, banheiro e varanda, cobertura de telha de barro, forro interno, implantada em lote de no mínimo 200m², a um custo unitário de R\$ 2.750,00, com um prazo de financiamento de, no máximo, 300 meses.

Com os recursos do Tesouro do Estado, de forma expressiva e fluxo contínuo, com seriedade, transparência e eficiência, a parceria estabelecida no programa Casa da Família apresenta-se como vitoriosa, pois, já atendeu de 47.330 famílias com moradias concluídas e em execução, beneficiando a 236.650 paranaenses, com a adesão de 296 municípios, em 690 conjuntos habitacionais.

O montante de recursos alocados, alcançam R\$ 129.830.716,42, para a produção de 2.291.406,78 m² de área construída, viabilizando a geração de 26.981 empregos diretos durante a construção das casas.

Além disso, foi implementado, no âmbito da Região Metropolitana de Curitiba o Programa LOTE DA FAMÍLIA, que já viabilizou a oferta de 1.037 lotes, beneficiando 5.185 pessoas, representando um investimento de R\$ 1.022.938,60, para a produção de lotes urbanizados, dotados de infra-estrutura, destinados ao atendimento à população ocupante de áreas críticas na região, com renda de até 2 salários mínimos.

Encontra-se em desenvolvimento o Projeto PROFESSORA MARIA AUGUSTA, destinado a atender aos professores e funcionários públicos estaduais, com renda mensal entre 3 e 10 salários mínimos, proprietários de um lote urbanizado, em regime de autoconstrução.

A COHAPAR é a responsável técnica e o BANESTADO S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO é o agente financeiro.

Este projeto já atendeu 266 famílias, com um volume de recursos da ordem de R\$ 1.930.586,44.

QUADRO I - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DA FAMÍLIA

	1994 (Até 30/11/94)	1991-1994
MUNICÍPIOS CONVENIADOS	109	296
Nº UNIDADES CONTRATADAS	10.010	47.330
Nº CONVÊNIOS ASSINADOS (CONJUNTOS HABITACIONAIS)	136	690
VALOR CONVENIADO	R\$ 28.559.118,40	R\$129.830.716,42
UNIDADES CONCLUÍDAS	8.269	24.638

2.17. CULTURA

2.17. CULTURA

A adoção de diretrizes e políticas públicas formuladas para o atual período de Governo, na área da cultura, esbarrou em quatro restrições básicas, que o Órgão, gradativamente, pretendeu superar com o desenvolvimento de um conjunto de programas.

Estas restrições revelam a própria história da Secretaria de Estado da Cultura-SEEC, surgida, originalmente, como dependência da área de educação e sedimentada, entre outras coisas, pelas idiosincrasias dominantes entre os segmentos da sociedade com interesses na área e, ainda, pela posição quase sempre periférica da mesma no "aparelho de estado", senão vejamos: excessiva centralização histórica de atuação na Capital do Estado, geradora de disputas de espaço com a municipalidade curitibana e com empresas que investem em mídia cultural em Curitiba; falta de instrumentos de gestão que permitam a atuação prévia, concomitante ou posterior, por parte de seus dirigentes, coisa que não é particular da área, mas de todo o "aparelho", o que agrava sobremaneira a sua situação específica, pela falta de instrumentos de coordenação geral; falta qualitativa e quantitativa de recursos humanos (a área da Cultura opera com cerca de 2/3 de estagiários); e orçamento insuficiente e muitas vezes em descompasso com o andamento e as necessidades concretas dos programas da área.

A superação desses "gargalos" tentada, particularmente, nos dois últimos anos, envolveu a adoção de duas vertentes de ações que demandaram, por seu turno, dois tipos de resposta por parte da Secretaria, de um outro perfil de atuação, não mais baseado na execução direta de tarefas, mas predominantemente voltado para o exercício de uma liderança institucional, com a sociedade, com os municípios, com os artistas... As duas vertentes mencionadas e a sua objetivação concretas nas ações da SEEC, são as que seguem:

a) descentralização da atuação do Órgão, através dos programas "Oficinas Integradas de Cultura" (20 a 30 cursos executados simultaneamente, numa microrregião, durante uma semana, conforme a demanda por município) e "O Paraná da Gente: Terra História Memória" (levantamento do patrimônio cultural a nível local), programas estes que já envolvem cerca de 50% dos municípios paranaenses;

b) melhoria dos padrões de gestão corporativa, com o desenvolvimento de metodologias, instrumentos e práticas de

integração da atuação das suas unidades, embasadas num processo de informatização, ainda incipiente, que permitiram a programação, acompanhamento e controle da execução das ações com repercussão orçamentária-financeira, processo que, apesar de parcialmente manual, apresentou bons resultados para estratégia de atuação da Secretaria, principalmente na captação de recursos. Tais ações, integradas a um programa amplo de treinamento de recursos humanos, tenderam a garantir maior efetividade na atuação da mesma.

Com a preocupação de "executar a política de editoração de interesse histórico-cultural do Estado do Paraná", a Assessoria de Editoração procedeu à realização e premiação de concursos literários.

A Bienal Brasileira de Design realizou, no ano de 1994, retrospectivas e exposições.

Na produção do material de apoio às atividades das unidades da SEEC, através da criação e da execução de cartazes, convites, catálogos e demais impressos, bem como o desenvolvimento de atividades na área editorial, através do acompanhamento gráfico da produção de livros ou álbuns e outras publicações de caráter cultural, a Coordenadoria de Desenho Gráfico providenciou a execução de 350.000 impressos, com destaque para o Seminário Internacional "100 Anos da Revolução Federalista".

A Coordenação do Sistema Estadual de Museus-COSEM promoveu exposições e a realização do Circuito Oficial de Salões de Arte, além de exposições realizadas por artistas paranaenses em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, bem como a montagem de exposições no Palácio Iguçu em Curitiba;

Na área museológica, foram efetivadas cerca de 102 exposições pelos diversos museus tais como: Museu Alfredo Andersen-MAA, Museu Paranaense-MP, Museu De Arte Do Paraná-MAP, Museu De Arte Contemporânea-MAC, Museu Da Imagem E Do Som-MIS, além do desenvolvimento de inúmeros projetos ligados aos setores de arqueologia, histórico, folclórico, entre outros. Nesse campo, merece ressaltar a realização da exposição "Suite Volard" com 100 gravuras originais de Pablo Picasso.

Cabe citar o desenvolvimento e realização de oficinas de artes plásticas regulares, de férias, pelo Centro Juvenil de Artes Plásticas - CJAP.

O Centro de Conservação e Restauro - CCR prestou apoio técnico a municípios e museus no tocante à conservação e restauro do patrimônio cultural.

A Casa João Turin - CJT promoveu a organização e realização de 5a. Gincana Cultural da Casa João Turin - "Revivendo o Paranismo".

Além de todas as atividades desenvolvidas pela Coordenação e seus Museus, todas elas mantêm um atendimento efetivo às escolas particulares e públicas, comunidade e municípios do interior do Estado.

Entre as AÇÕES DE PRESERVAÇÃO, a Coordenadoria de Patrimônio Cultural - CPC que tem como missão institucional a promoção de medidas necessárias para o tombamento, a recuperação, a restauração, a conservação e a preservação de bens históricos, artísticos e arquitetônicos, sítios arqueológicos e áreas de interesse ecológico ou paisagismo, realizou 3 tombamentos, 19 projetos de restauração, prestou assessoria Técnica para 9 projetos de prefeitura, em especial os de Curitiba (Rua XV, Ruínas de São Francisco, Arcadas do Pelourinho, Sociedade Garibaldi, entre outros); efetuou fiscalização de obras de preservação de áreas urbanas nos Municípios de Paranaguá, Lapa, Morretes, Antonina; realizou atividades relacionadas ao tropeirismo; promoveu cursos ligados à área de Patrimônio Cultural, destacando o IV Congresso Latino Americano sobre Cultura Arquitetônica e Urbanística em Curitiba; e execução do Projeto Missões Jesuítas, Caminho do Itupava.

Nas AÇÕES DE INVENTÁRIO destaca-se o projeto "O PARANÁ DA GENTE: TERRA HISTÓRIA MEMÓRIA" que é uma tentativa de levantar, com apoio de inúmeros órgãos estaduais e municipais, de forma rápida, simples e objetiva, o patrimônio cultural de cada município. O levantamento não será efetuado de forma convencional, mas será um processo participativo, com membros das comunidades, servidores municipais, estudantes voluntários etc., não iniciados na questão de inventário do patrimônio cultural, usando, tão somente, mas o que é muito importante, os seus dotes de sensibilidade e vivência concreta nas suas comunidades, nas questões de história e memória locais.

Esse processo amplamente participativo, de levantamentos e discussões locais e regionais, gerador de grandes saldos educativos em todas as suas fases, nos levará ao levantamento e apropriação, em meio eletrônico, das principais questões do patrimônio cultural de cerca de

50% dos municípios paranaenses, levantadas, discutidas, e apropriadas num sistema de referência estadual de patrimônio cultural.

Em linhas gerais, o Projeto envolve três grandes fases: a primeira etapa, já concluída, de Treinamento de Coordenadores Locais e Pesquisadores, conta, hoje, com 183 municípios envolvidos e cerca de 457 pesquisadores e coordenadores inscritos. A segunda fase prevê o Cadastramento de Bens e Manifestações Culturais e a terceira, a Avaliação Global do Projeto.

A Coordenadoria de Ação Cultural - CAC, na sua missão de integrar as ações culturais do Estado com as demais forças atuantes na área cultural, levou a efeito as ações de Oficinas Integradas de Cultura que têm demonstrado eficácia no processo para o desenvolvimento da política cultural do Estado.

Realizadas em 120 cidades do interior do Paraná, com a participação de mais de 15.000 alunos, os diversos cursos têm proporcionado, além de conhecimentos nas áreas específicas, o desenvolvimento da cultura local, descobrindo e incentivando novos artistas, a formação de grupos de teatro, de dança, de música, além de criar espírito de responsabilidade com o patrimônio cultural local.

A parceria Estado, Município e Comunidade somam disposição, responsabilidade e sobretudo "vontade de fazer", garantindo o sucesso da iniciativa.

Em 1994 as Oficinas Integradas de Cultura aconteceram em 2 etapas, sendo a primeira continuação do programa dos anos anteriores, em regiões com sede nas cidades de Paranaguá, Castro, Andirá, Umuarama, Cascavel e Foz do Iguazú. A segunda etapa será de reciclagem, realizando três cursos a cada dois meses.

O Estado custeia os cachês, as passagens dos professores-artistas e técnicos, produz o material impresso e fornece o material de consumo das Oficinas, orienta a organização e desenvolvimento das mesmas e promove o espetáculo de abertura.

O município-sede se responsabiliza pela estadia e alimentação dos professores, dos técnicos e da equipe do espetáculo (esta com apenas um pernoite), assim como pelo equipamento do espetáculo de abertura.

O Projeto Viva o Museu - Museu Paranaense - Música Erudita promoveu, de março a dezembro, duas apresentações mensais com um público de aproximadamente 500 pessoas.

Merece destaque, ainda, a realização do Festival Folclórico e Infante Juvenil de Etnias do Paraná; 14º Festival de Música de Londrina - Popular e Erudita; Curso de Viola de Gamba; 6º Festival de Música de Cascavel; 3ª Mostra Espetacular de Teatro Paranaense de Bonecos; Teatro para o Povo.

Durante o período, foram editados 4 suplementos do Jornal Nicolau nºs. 52, 53, 54 e 55, com uma tiragem de aproximadamente 50 mil exemplares cada um, cuja distribuição foi realizada, principalmente, através dos correios, além da Biblioteca Pública do Paraná.

A Coordenadoria de Pesquisa e Documentação-CPD com o objetivo de estimular e apoiar a realização de pesquisas no campo histórico e cultural do Estado, realizou exposições sobre o Folclore Paranaense; Artesanato Paranaense do Litoral, Cerro Azul e Prudentópolis, entre outras.

RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ - TVE

Mantenedora da Rádio Estadual AM e FM e da TV Educativa-Canal 9, tem como missão institucional testemunhar a vida cultural do Paraná, oferecendo informações, entretenimento, lazer e diversão, bem como a retransmissão de programas da TV Cultura de São Paulo.

No ano de 1994, realizou-se a unificação, em um único prédio, das estruturas de Rádio e Televisão, com a construção de novos espaços, reformulação e adequação dos existentes.

Foram superados os fatores que impediam a retransmissão dos sinais da TV CULTURA de São Paulo, permitindo a elaboração de uma programação própria da TVE - Curitiba, baseada nas programações das Televisões Roquete Pinto e Fundação Padre Anchieta e efetuada mudança dos transmissores da Rádio AM 630 da Vila Formosa para a Colônia Penal Agrícola, permitindo a operação dentro dos limites autorizados pelo Ministério das Comunicações.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ - BPP

Tem como principais finalidades o estímulo à informação e outras formas de acesso democrático ao conhecimento; a contribuição para o desenvolvimento cultural da comunidade, promovendo a iniciativa da pesquisa, da difusão e do debate de idéias; a criação de espaços

internos e externos para atividades de animação cultural; o estímulo à criação de bibliotecas municipais em todo o Estado e a cooperação para sua administração.

A BPP realizou a conclusão da Obra de Reforma e Ampliação do Prédio e a implantação dos serviços informatizados de cadastramento do acervo e do usuário.

Além de ações de extensão, exposições itinerantes, preservação, ampliação e reposição de acervo, treinamento de servidores e aquisição de diversos materiais permanentes com destaque para sistema de antifurto e os equipamentos de multimídia.

CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA - CCTG

Sua finalidade institucional consiste no desenvolvimento das artes cênicas, dança e música, na formação e ampliação de platéias, bem como em permitir a expansão do mercado de trabalho de artistas, técnicos e produtores dessas áreas.

Durante o ano, foi oferecido ao público mais de 570 espetáculos nos seus três auditórios - Bento Munhoz da Rocha Netto, Salvador de Ferrante e Glauco Flores de Sá Brito, atraindo mais de 200.000 espectadores.

O Teatro Guaíra promoveu espetáculos para seus Corpos Estáveis, Orquestra Sinfônica do Paraná e Ballet Teatro Guaíra, mais o Teatro de Comédia do Paraná, abrindo espaço para músicos, bailarinos e atores mostrarem seu talento ao público em geral. Foram dezenas de apresentações, tanto na capital como inúmeras vezes no interior, e até mesmo, fora do Brasil. Neste caso, cabe ressaltar a participação do Ballet Teatro Guaíra no Festival de Danza Del Mercosur em Montevidéu - Uruguai.

Os concertos realizados pela Orquestra Sinfônica do Paraná obtiveram grande sucesso. Face ao invejável repertório da OSINPA, bem como à capacidade de inovação de seus maestros, foi convidada a acompanhar a soprano-húngara, Eva Marton, uma das maiores vozes do século, num concerto memorável.

A Escola de Danças Clássicas que objetiva transformar promissores talentos em brilhantes artistas, apresentou neste ano o espetáculo "Memórias de Um Palco", em homenagem aos 20 anos do auditório Bento Munhoz da Rocha Netto. Bailarinas de destaque do

Ballet Teatro Guaira, como Regina Kotaka e Vania Kesokzowski, que iniciaram seu aprendizado na Escola de Danças Clássicas, participaram da montagem com as alunas atuais.

O Teatro de Comédia do Paraná produziu diversos espetáculos e o Teatro para o Povo, promoveu apresentações com entrada franca aos domingos, consolidando-se na vida artístico-cultural da cidade. Prestigiaram este Projeto mais de 40.000 espectadores, que assistiram desde óperas, concertos, bailados até peças infantis.

O Centro Cultural Teatro Guaira tem procurado preservar a maioria das suas produções artísticas, bem como as artes cênicas no Paraná. A intenção desta Casa é resgatar a identidade cultural do Paraná culminou neste ano, com a publicação da revista Teatro Guaira - uma edição que narra a história dos 110 anos de trajetória de um dos maiores Teatros da América Latina, por onde passaram grandes artistas de renome nacional e internacional.

2.18. ESPORTE E TURISMO

2.18. ESPORTE E DO TURISMO

As atividades desenvolvidas pelo Secretário Especial do Esporte e Turismo, através da Superintendência Estadual do Esporte e Turismo - SETUR, no ano de 1994, contemplam as áreas esportiva e turística com vistas ao cumprimento das políticas e diretrizes traçadas para o período.

No campo do ESPORTE, buscou-se, o aprimoramento da qualidade técnica de seus atletas, bem como a projeção do esporte rendimento do Paraná para um lugar de destaque no cenário nacional, com a realização dos XXXVII JOGOS ABERTOS DO PARANÁ, em 13 regionais e uma final, com a participação de 7.005 atletas nas fases regionais e 3.444 atletas na fase final.

Os JOGOS DA JUVENTUDE DO PARANÁ criados em 1987, objetivam contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens atletas paranaenses. Contando com a participação de 10.907 atletas de 231 municípios, foram realizados em 08 fases regionais e uma final.

Nos JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS, competição de âmbito nacional realizada em Recife, o Paraná fez-se representar em cinco modalidades esportivas, sagrando-se campeão em basquetebol feminino.

Os JOGOS ABERTOS BRASILEIROS realizados em Venâncio Aires/RS, competição instituída pelo Ministério da Educação e do Desporto, visando à confraternização entre as equipes campeãs estaduais dos Jogos Abertos, contou com a participação de 220 atletas paranaenses que competiram em oito modalidades diferentes.

O PROJETO VIVA MAIS O VERÃO consiste na realização de atividades de esporte-lazer proporcionadas aos veranistas que freqüentam os balneários paranaenses. Foram beneficiadas com o evento cerca de 460.000 pessoas, com esportes populares, além do serviço de informação aos turistas.

Objetivando elevar o nível técnico das representações municipais, o PROJETO PÓLOS ESPORTIVOS esteve voltado para a Especialização Esportiva, atendendo à necessidade de difusão da prática do esporte olímpico entre a juventude paranaense. Estão em funcionamento 67 pólos em 37 municípios.

O PROJETO PARANÁ OLÍMPICO constituiu-se num incentivo aos atletas e técnicos paranaenses, através de bolsa-auxílio, mediante a convocação dos mesmos para seleções nacionais, em competições de nível sulamericano, panamericano, mundial e olímpico. Com o patrocínio financeiro do BANESTADO, o projeto beneficiou 15 atletas.

O PROJETO FRUTOS DA TERRA com a finalidade de promover o incentivo técnico, educacional e financeiro a jovens talentos esportivos do Estado e, ainda, criar condições para o surgimento de novos valores, foi prestado auxílio a 240 atletas com uma bolsa de meio salário mínimo mensal, com recursos provenientes da SERLOPAR.

O PROJETO PARANÁ NACIONAL, com objetivo semelhante ao do Projeto Paraná Olímpico, este projeto visa amparar financeiramente atletas e técnicos de alto nível, evitando sua evasão do Estado, ou mesmo seu retorno às atividades na administração estadual. Foram atendidas, em média, 65 pessoas/mês em 1994.

Merece destaque o PROJETO NOSSA QUADRA, iniciado em 1992 com o objetivo de propiciar aos municípios a construção de quadras esportivas em escolas públicas em parceria com a SETUR e FUNDEPAR. Neste exercício, foram repassados recursos para a construção de 16 quadras.

Na área de TURISMO, foi firmado convênio com a EMBRATUR para "VISTORIA E CONTROLE DE QUALIDADE EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS" com a operacionalização de um sistema de registro e classificação de empreendimentos turísticos no Estado, através da SETUR. Foram efetuadas ações de avaliação e vistorias em meios de hospedagem e agências de viagens

Operacionalizou-se, ainda, a venda e controle da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes, tendo sido comercializadas 600.000 fichas.

Editado em 1994, o CALENDÁRIO DE EVENTOS TURÍSTICOS apresenta os principais eventos de cunho turístico de todas as regiões do Estado, onde foram catalogados cerca de 225 eventos que deverão se realizar no próximo ano.

Com o objetivo de ampliar cada vez mais o universo das informações relativas ao setor turístico, promoveu o Estudo da Demanda

Turística em Foz do Iguaçu e em Curitiba, onde foram aplicadas pesquisas, via questionário, a 29.906 pessoas.

Na prestação de INFORMAÇÕES TURÍSTICAS, através do telefone 1516, foram atendidas 7.728 solicitações de usuários, com o fornecimento de informações sobre meios de hospedagem, transporte e atrativos naturais.

O PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO foi responsável pela realização dos eventos:

a) Seminários Técnicos de Turismo.

Tem por objetivo conscientizar a comunidade e as autoridades municipais para o planejamento da atividade turística, onde participaram 28 municípios e 288 participantes.

b) Jornada de Turismo Rural.

Tem por objetivo o aproveitamento do potencial agrícola e pecuário do Paraná, para exploração de um novo segmento, ou seja, Turismo Rural. Participaram 15 municípios, 290 empresários e 11 associações rurais.

Como forma de incrementar, divulgar e promover o turismo em nível estadual, nacional e internacional, a Superintendência Estadual do Esporte e Turismo, além de distribuir material técnico promocional, como posters, Shell folders, livretos, folhetos, calendário de eventos e adesivos, participou de eventos nacionais e internacionais.

Com o objetivo de ampliar as relações turísticas e comerciais com outros estados brasileiros e outros países, foram realizados, em 1994, três WORK SHOPS DE TURISMO, sendo um nacional e dois internacionais.

O CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA acolheu cerca de 69 eventos, tendo sido ocupado no decorrer do ano por 110 pessoas em 160 dias de atividade, com taxa de ocupação de 44,4%.

Merece destaque a conclusão, em setembro de 1994, das obras do CENTRO DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL DE CAIOBÁ, em Matinhos, estando em condições de iniciar suas atividades.

2.19. ADMINISTRAÇÃO GERAL

2.19. ADMINISTRAÇÃO GERAL

O novo ritmo de trabalho adotado na Secretaria de Estado da Administração, no período de abril a dezembro/1994, possibilitou a concretização de inúmeras realizações. Tivemos a oportunidade de sediar no mês de novembro o XVII FÓRUM DOS SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, que contou com a presença do Ministro da Fazenda - Dr. Ciro Gomes, do Governador do Estado do Paraná - Dr. Mário Pereira e dos Secretários da Administração de 17 Estados Brasileiros, o evento foi importantíssimo pois foram discutidos assuntos extremamente complexo como remuneração dos funcionários públicos dos Estados e do País.

O treinamento e desenvolvimento dos Recursos Humanos foi caracterizado por três grandes programas. Um dos programas promoveu a formação de 35 funcionários em Administração Pública, num convênio com a Fundação Getúlio Vargas, cuja formação básica gerencial prepara os funcionários para atuarem nas áreas de Finanças, Recursos Humanos, Administração Geral, Planejamento e Informática, realizado num convênio envolvendo a Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Faculdades Positivo, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, através do IPARDES e a Secretaria da Administração, proporcionou treinamento a 150 servidores.

A SEAD deu início ao programa de Qualidade Total, sendo treinados mais de 1.200 funcionários, no desenvolvimento das diversas etapas do programa (Educação, Treinamento e Aperfeiçoamento). Na fase do aperfeiçoamento, 50 servidores foram preparados para atuar como agentes multiplicadores dos conceitos e técnicas da qualidade total em suas unidades, convênio com a Fundação Cristiano Otoni - Universidade Federal de Minas Gerais. Foram realizadas 6 palestras de temas da atualidade contando com a participação de mais de 1000 pessoas.

Na gestão de Recursos Humanos, destacam-se a elaboração de estudos e projetos do Plano de Cargos, Carreira e Salários, readequação das tabelas salariais visando ajustá-las à realidade do mercado de trabalho. Agilização de procedimentos da função jurídica de Recursos Humanos, implantação do cartão magnético em substituição ao cheque salário, informatização das certidões de Revisão de Pensão, realizações de 15 estudos de dimensionamento de pessoal nas diversas unidades, realização de 36 concursos públicos, implantação das

atividades de Engenharia de Segurança no Trabalho, implantação do vale transporte e reorganização da área de Perícia Médica.

Na coordenação de atividades administrativa, destaca-se a política de redução de custos com energia elétrica e telefonia, dentre outras, sendo aprovada a criação de uma comissão de conservação de energia, vinculada ao Programa Estadual de Conservação de Energia, elaboração de critérios para contratação de vigilantes.

No setor dos Transportes, foram adotados novos procedimentos para melhorar o gerenciamento da frota da Administração Direta que atualmente conta com 3.724 veículos e realizados 2 leilões, sendo ativados 320 veículos inservíveis.

A Administração de Material procedeu à instauração de 643 processos de compras, com aplicação de mais de 15 milhões de reais na aquisição de materiais.

Implementada uma nova sistemática de correção e acompanhamento dos preços de mercado através de metodologia desenvolvida pelo IPARDES e agilização nos procedimentos de aquisição e estocagem de combustíveis, permitindo atender as requisições em prazos reduzidos.

Na gestão do Arquivo Público, iniciaram-se os trabalhos de estudos e projetos de construção da nova sede do Arquivo Público. Foi realizado um programa de divulgação das atividades do arquivo, sendo promovido um curso sob o patrocínio da Associação dos Amigos do Arquivo Público, SEAD/DEAP e Banestado. Através da edição de decreto criando a tabela de temporalidade, foi atendida uma antiga reivindicação do Departamento de Arquivo Público.

Na área de Obras e Manutenção das Construções Civas do Estado, foram realizadas 2.716 obras envolvendo, aproximadamente, R\$ 100 milhões.

Cabe destacar o mérito do DECOM, reconhecido em nível nacional, por ocasião da exposição ao Ministro da Justiça dos critérios de construção da Penitenciária de Londrina, cujos custos por metro quadrado são os menores do Brasil.

No âmbito do Instituto de Previdência do Estado, foram quadruplicadas a rede de atendimento hospitalar, clínico e laboratorial, passando de 133 para 634 o número de convênios. Ampliadas mais 73 agências do IPE no interior, que conta, agora, com 110 agências. Cabe mencionar a reforma do Centro Cirúrgico de Curitiba e reequipagem do

Centro Previdenciário de Londrina. Adoção de marcação de consultas através de senhas eletrônicas, reduzindo filas e facilitando o atendimento aos servidores.

Durante o ano de 1994, foram realizadas pelo IPE mais de 200.000 consultas e mais de 100.000 exames laboratoriais além de 22.600 atendimentos odontológicos e 32.000 internamentos hospitalares.

Finalmente, cabe destacar a modernização administrativa implementada com a instalação de 350 microcomputadores e impressoras, interligando os órgãos da SEAD, através de uma Rede Estadual de Dados da Capital, com as coordenadorias do Interior e a CELEPAR, o que certamente irá facilitar os trabalhos e melhorar os serviços prestados pela SEAD ao público interno e externo.